

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS/UFMA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FRANCISCO ERNESTO BASÍLIO GOMES

DAS “TREVAS” À “LUZ”: os Canela a caminho do “desenvolvimento sustentável”

São Luis/MA
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS/UFMA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FRANCISCO ERNESTO BASÍLIO GOMES

DAS “TREVAS” À “LUZ”: os Canela a caminho do “desenvolvimento sustentável”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elizabeth Maria Beserra Coelho

São Luis/MA
2007

Gomes, Francisco Ernesto Basílio

Das “trevas” à “luz”: os Canela a caminho do “desenvolvimento sustentável”./ Francisco Ernesto Basílio Gomes.- São Luis, 2007.

120f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão.

1. 1.Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) – Maranhão 2. Índios Canela – Maranhão I. Título

CDU 572.95 (812.1)

FRANCISCO ERNESTO BASÍLIO GOMES

“DAS “TREVAS” À “LUZ”: os Canela a caminho do “desenvolvimento sustentável”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elizabeth Maria Beserra Coelho

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^o Dr^a Elizabeth Maria Beserra Coelho (Orientadora)
Doutora em Sociologia - UFC

Prof.^o Dr^o. João Pacheco de Oliveira
Doutor em Antropologia Social - UFRJ

Prof. Dr^o Adalberto Luis Rizzo de Oliveira
Doutor em Políticas Públicas - UFMA

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação marca o final de mais um ciclo que se completa através da contribuição de algumas pessoas fundamentais seja no apoio teórico e reflexivo seja através do amparo afetivo, principalmente nos momentos de dificuldades.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha orientadora Elizabeth Coelho, a quem devo gratidão pela orientação (intelectual e afetiva) coerente e pela paciência e seriedade com que encara seu trabalho.

Aos meus colegas do mestrado (turma de 2005), por todos os momentos compartilhados e pelas reflexões coletivas que contribuíram para a complementação de minha formação. Em especial, a José Barros Filho e Gerson Lindoso pela amizade sincera e momentos de descontração.

À Christiane Mota, colega de turma e parceira de longas jornadas. Com ela, desde a graduação, e também na construção dessa dissertação, pude dividir momentos de insegurança, alegrias e discussões enriquecedoras.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa Estado Multicultural e Políticas Públicas, Caroline Oliveira (maninha), Rodolpho Sá, Bruno Habib, Mônica Almeida, Fabiano Soares, Daniela Nunes, João Marcelo Macena (parceiro de campo), Antonio Santana, Nelma (parceira de campo), Helen Patrícia, Socorro Alves de Sousa, Katiane Cruz, Michel Jackson e Aurora que contribuíram com discussões e críticas para a construção desse trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS/UFMA, por terem contribuído para minha formação. Em especial, aos professores Sérgio Ferretti, Maristela Andrade, Sandra Sousa e Carlos Bendito Silva.

À professora Irllys Barreira (UFC), por ter se disponibilizado a ler meu projeto de pesquisa e enriquecido a construção do objeto.

Aos professores Horácio Sant’Ana Junior e Benedito Sousa pela participação na banca de qualificação contribuindo para o aprimoramento das discussões.

Nos momentos tortuosos desse percurso, tive sempre um porto seguro a me acolher. Agradeço profundamente a Rinaldy Paixão, amigo e irmão, pelo companheirismo e incentivo constante, principalmente por ter se posto sempre à disposição para ouvir-me, principalmente, quando a angústia e a incerteza me visitavam.

Aos técnicos do NEPE, em especial à Glória Cantanhede, por terem aberto as portas desse órgão e possibilitado a realização da pesquisa.

Aos técnicos do IICA no Maranhão, especialmente ao Dr. Josemar pela concessão de fontes indispensáveis a realização da pesquisa.

A Jonaton Junior e sua família, seu pai Jonaton e sua mãe Nice, pela acolhida carinhosa em sua casa concedendo-me apoio na fase de campo.

À Ana Néri Macedo Lopes e Thaís Ramos de Sousa, colegas de graduação, a quem devo gratidão, pois mesmo a distância se interessam por acompanhar-me e incentivar-me durante todo o percurso.

Aos professores Cupen e a auxiliar de enfermagem da aldeia Escalvado pela acolhida em suas casas e por terem possibilitado a articulação com alguns indígenas.

À Capes pela concessão da bolsa de estudos que me possibilitou a realização dessa pesquisa.

Às funcionárias da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS/UFMA, Cristina, Rejane, Luiza e Clores, por terem me ajudado prontamente sempre que precisei.

A seu Levi e Elizângela (xerox de Ciências Sociais) pela paciência de aguardar a data de pagamento da bolsa, e pela amizade sincera construída ao longo desses anos (desde a graduação).

Acima de todas as coisas agradeço a Deus, por ter me dado força e serenidade para esse encarar o desafio até o fim. Sou grato, também, por ter me concedido o relacionamento com tantas pessoas importantes para meu crescimento intelectual e moral.

A meus pais, Francisca Basílio e Ivan Gomes, pelo amor dedicado em todos os momentos, e pelo apoio e respeito incondicionais à minha escolha profissional.

A meus irmãos, Euclides e Eliabe, pela torcida constante.

Aos Canela do Escalvado, por terem prontamente aberto as portas de seu mundo a um Cupen e contribuído para construção dessa pesquisa e enriquecimento de meus conhecimentos.

Nós temos plurimundos,
multiculturas, o governo tem que
conhecer a diversidade de cada
povo de um modo geral, pra poder
respeitar a cultura uns dos outros.
(fala de um professor Canela)

Resumo

Esta dissertação faz uma análise do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR-MA) executado pelo Governo do Estado do Maranhão, no período entre 1998 e 2004, e a sua aplicação buscou apreender as relações entre o Governo do Estado do Maranhão e os povos indígenas. Procurou mapear as concepções de pobreza do Projeto, procurando identificar em que medida essas concepções contemplam as diversidades culturais dos povos indígenas. Analisa também a relação entre a perspectiva do combate à pobreza associado ao desenvolvimento sustentável, utilizada na execução do PCPR-MA. A análise está inspirada perspectiva dos “estudos pós-coloniais”, desenvolvida por autores como: Escobar (1996), Mignolo (2003) e Lander (2005). Toma como campo empírico as relações dos Canela com a eletrificação de sua aldeia, subprojeto do PCPR-MA.

Palavras – chave: Povos indígenas, pobreza e desenvolvimento sustentável.

SUMMARY

This dissertation analyses the Project of Combat to the Rural Poorness executed by the government of Maranhão State, in the period between 1998 and 2004, and its application to the indigenous people. The theoretical object to that dissertation is the comprehension of the relation between the government of Maranhão State and indigenous people. It was made the map of the conceptions of de poorness from the project trying to identify in what measure those conceptions contemplate the cultural diverseness of indigenous people. It is also analysed the relation between the perspective of the combat to the poorness associate to the tenable development used in the en forcement of the PCPR – Ma. The theoretical mention of the research is inspired in the perspective of the postcolonial studies developed by cry authors like: Escobar (1996) Mignglo (2003) and Lander (2005). I tried to understand the poorness like representation according to Sousa's approach (2001). It also realized a fieldwork in the indigenous village from Escavaldo, from indigenous people Ramkokamekra/ Canela objecting to understand as it has related to the electrical energy, result of the PCPR – Ma. Specifically trying to understand the cause of the choice in electrical energy as communal subproject of the combat to the poorness.

Key- Words: Indigenous people, poorness and tenable development.

LISTA DE SIGLAS

APCR: Projeto de Apoio a Pequenas Comunidades Rurais
CPDLS: Curso de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
FUNAI: Fundação Nacional do Índio
GEAGRO: Gerência de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural
GDR: Gerência de Estado de Desenvolvimento Regional
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
IICA: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IPEA: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
ISA: Instituto Socioambiental
NEPE: Núcleo Estadual de Projetos Especiais
OEA: Organização dos Estados Americanos
ONU: Organização das Nações Unidas
PAPP: Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PCPR: Projeto de Combate à Pobreza Rural
PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB: Produto Interno Bruto
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODEA: Programa de Distribuição de Estoques de Alimentos
PRODIM: Programa de Desenvolvimento Integrado
PRONAF: Programa Nacional de Incentivo à Agricultura Familiar
PSB: Partido Socialista Brasileiro
SEAGRO: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural
SSAD: Serviço de Saneamento e Abastecimento D'água
SSI: Supervisão de Serviços Indígenas
SIVAM: Sistema de Vigilância da Amazônia
UEMA: Universidade Estadual do Maranhão
UFMA: Universidade federal do Maranhão
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ANEXOS

Anexo I - Subprojetos financiados aos povos indígenas.....	119
Anexo II- Indicação de fotos dos resultados do PCPR-MA.....	120
Anexo III- Levantamento dos eletrodomésticos na aldeia Escalvado.....	121

Sumário

INTRODUÇÃO.....	14
1. O MUNDO COLONIAL E A CONSTRUÇÃO DO <i>ATRASO DO OUTRO</i> : colonização e “subalternização” dos saberes locais	22
2. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO COMBATE À POBREZA RURAL.....	31
2.1. O Maranhão no <i>combate</i> à pobreza rural.....	32
2.2 Por que combater a pobreza?.....	38
2.3 O local articulado ao global no “combate a pobreza”.....	41
2.4 A ritualização da “pobreza”.....	43
2.5 A imagem como recurso de marketing do PCPR.....	51
2.6 O Contexto das políticas de “combate à pobreza”:o universal e o particular em questão.....	54
3. IDENTIDADE E SUSTENTABILIDADE: Novos vieses no “combate à pobreza”.....	58
3.1 Os “mais pobres dos pobres”.....	60
3.2 Pobreza de saber.....	65
3.3 A identidade mobilizando os projetos: “ <i>gestão social do território</i> ”.....	67
3.4 A capacitação para o “desenvolvimento sustentável”	75
3.5 A formação das capacidades locais.....	78
4. DAS “TREVAS” À “LUZ”, DA “POBREZA” AO “DESENVOLVIMENTO”: a ação do PCPR junto aos Canela	80
4.1 Os indígenas a caminho do “desenvolvimento”	80
4.2 Uma ponte entre “dois mundos? A implantação da energia elétrica entre os Canela.....	94
4.2.1 Gerações em confronto: o caminho do branco e o caminho do índio	95
4.2.2 A opção pelas “duas culturas”.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	114

INTRODUÇÃO

Esta dissertação faz uma análise do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR-MA) executado pelo Governo do Estado do Maranhão, no período entre 1998 e 2004, e a sua aplicação aos povos indígenas. O PCPR-MA consiste em um conjunto de estratégias do Governo do Estado do Maranhão, em parceria com o Banco Mundial, para “combater a pobreza” no estado.

Análises de ações do PCPR-MA fizeram parte de minha monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais – UFMA. Nessa ocasião investiguei as ações, chamadas pelo Governo do Estado do Maranhão de “*assistência social*”, executadas junto aos povos indígenas, durante os anos de 2001 a 2004, dentre as quais constavam algumas desenvolvidas no âmbito do PCPR-MA, como os “Cursos de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável”-CPDLS.

Ao longo de sua execução, o PCPR-MA elegeu como público-alvo preferencial os povos indígenas, juntamente com as denominadas comunidades remanescentes de quilombos.

Os dados levantados na pesquisa de monografia instigaram-me pesquisar a forma como se deu a inclusão dos povos indígenas no PCPR-MA, ou seja, o que motivou a inclusão de segmentos étnica e nacionalmente diferenciados da sociedade brasileira, num projeto que visa combater a “pobreza rural”¹.

Privilegiei esse aspecto, vislumbrando que pudesse conter algum indicativo de respeito às diversidades étnicas e nacionais que caracterizam o Estado brasileiro e, o Maranhão.

Procurei, então, tomar essas questões como objeto de investigação, buscando construí-las teoricamente. Nesse processo, tenho percebido a propriedade do que afirma Bourdieu (2000, p. 26 -7):

¹ O PCPR-MA também atendida as comunidades negras rurais e comunidades quilombolas.

A construção do objeto – pelo menos na minha experiência de investigador – não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efectua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma serie de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.

A intenção inicial de realizar uma investigação sobre a “eletrificação” da aldeia dos Ramkokamekra/Canela² associou-se à necessidade de compreender melhor o PCPR-MA. Durante a pesquisa pude observar que se fazia indispensável uma análise profunda do Projeto, envolvendo a sua contextualização, sua concepção de pobreza e as estratégias de combate que adotou.

Percebi que esse seria um meio privilegiado para compreender como o Estado elabora suas estratégias de relação com os povos indígenas e como esses povos são por ele representados.

Nesse processo, a noção de *pobreza* referenciada no PCPR colocou-se como estratégica para a compreensão dos objetivos da ação do Estado face aos povos indígenas. Procurei então pensar a pobreza como o equivalente lógico do *subdesenvolvimento*, inspirado na perspectiva dos “estudos pós-coloniais”, desenvolvida por autores como: Escobar (1996), Mignolo (2003) e Lander (2005). Estes autores desconstruem a noção de “desenvolvimento” e procuram demonstrar como os saberes dos povos colonizados foram “subalternizados” através do processo de *colonialidade do poder* e do *saber*, ou seja, da imposição dos conhecimentos ocidentais como universais e hegemônicos, desconsiderando outras formas de construção de conhecimento.

Essa dissertação busca, nessa perspectiva, compreender as relações entre o Governo do Estado do Maranhão e os povos indígenas, tomando como campo empírico a implantação do PCPR-MA junto a esses povos. Analiso as concepções de pobreza expressas no Projeto, procurando identificar em que medida contemplam as diversidades culturais dos povos indígenas entre si e com relação à sociedade brasileira não-indígena.

Busquei então compreender de que forma os povos indígenas e as comunidades quilombolas eram percebidas como pobres. Procurei identificar as

² Um dos oito povos indígenas com terras localizadas na divisão administrativa do Maranhão. Esse povo é falante de uma língua classificada no Tronco Lingüístico Macro-Jê.

concepções de *pobreza* do PCPR-MA, percebendo-a como representação. Nesse sentido, a abordagem é realizada nos moldes do que foi feito por Sousa³ (2001). Ou seja, a reflexão da pobreza através da perspectiva bourdiana de “região”. Sousa (2001, p.13) afirma que:

“Considerar a pobreza como região, significa explicitar que todo processo de classificação é, na verdade, um processo de delimitação de um grupo social, de um critério de di-visão social, que se propõe a dar descontinuidade e impor fronteiras não apenas às regiões geográficas, mas também às regiões que compõem o velho e o novo, o homem e a mulher, o rico e o pobre”.

Além de tentar compreender a construção da “*pobreza*” presente no PCPR-MA, busquei identificar as estratégias de “combate à pobreza”, articulando o discurso e as práticas no âmbito do referido Projeto.

Fiz um mapeamento das concepções de *pobreza* adotadas pelo PCPR-MA, procurando demarcar os critérios que levam a classificação de agentes sociais como pobres, no caso em questão os povos indígenas, por quem exerce o “*rito de instituição*” (Bourdieu, 1992).

Realizei a pesquisa de campo em dois espaços privilegiados. Um deles, o Núcleo Estadual de Projetos Especiais – NEPE, órgão do Governo do Estado do Maranhão, responsável pela execução do PCPR-MA, ligado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. O outro, a aldeia Escalvado, do povo Ramkokamkra-Canela, na Terra Indígena Kanela/Buriti Velho, no município de Fernando Falcão-MA.

A pesquisa no Núcleo Estadual de Projetos Especiais-NEPE possibilitou-me entrar em contato com fontes primárias como relatórios do PCPR-MA e os discursos dos técnicos do NEPE, gestores do PCPR-MA. Apesar do fácil acesso aos documentos neste órgão, não foi possível conhecer o texto do projeto que deu origem ao PCPR-MA⁴.

Os vários agentes que atuaram na sua execução afirmavam a inexistência do projeto nas dependências da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e

³ Sousa (2001) desenvolve reflexões acerca da construção burocrático-administrativa da “pobreza” no Programa de Distribuição de Estoques de Alimentos – PRODEA.

⁴ Outros pesquisadores do PCPR-MA não tiveram acesso ao projeto que o origina.

Desenvolvimento Rural – SEAGRO, e do NEPE. A Superintendência do IICA no Maranhão, organismo internacional que promoveu uma avaliação do PCPR-MA, também afirmava não possuir nenhuma cópia do projeto. Essa situação expressa o descuido dos órgãos públicos no que se refere a documentos e informações importantes.

Cabe situar que algumas entrevistas marcadas com técnicos do NEPE, ou com pessoas que atuaram no PCPR-MA, tiveram que ser canceladas por motivo de viagem desses agentes⁵.

A pesquisa na aldeia Escalvado permitiu-me observar a relação dos Canela com a energia elétrica e resgatar o processo de seleção da eletrificação como projeto a ser efetivado na aldeia, mapeando a tensão que o caracterizou e a avaliação que fazem os Canela do seu cotidiano com a nova *luz!*

A opção por pesquisar o processo de eletrificação da aldeia dos Canela, decorreu do fato de tratar-se de um povo com o qual temos estabelecido contatos através de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelo grupo de pesquisa no qual estou inserido no âmbito da UFMA: o grupo Estado Multicultural e Políticas Públicas. Essa inserção facilitou meu acesso à aldeia, tendo em vista o reduzido tempo disponível para a realização do mestrado.

Canela é o nome pelo qual ficaram conhecidos dois grupos Timbira: os Ramkokramekrá e os Apanyekrá. Há diferenças significativas entre esses grupos vizinhos, que falam uma língua Timbira Oriental, da família Jê, classificada no Tronco Lingüístico Macro – Jê.

Timbira é uma denominação dada pelo etnólogo Curt Unkel Nimuendajú a 15 povos que ocupavam “toda a porção dos cerrados do atual estado do Maranhão (central e meridional) e parte do norte de Goiás” (AZANHA, 1984, p. 6). Nimuendajú (1946, p.6) classifica esses grupos utilizando o critério lingüístico, por considerar estreita a relação que há entre distribuição geográfica e relações lingüísticas

Esses povos foram denominados Timbira em função do que Nimuendaju (1946, p.12) denominou “unidade étnica” entre esses povos:

⁵ Alguns em campanha eleitoral, outros trabalhando na execução do Programa de Desenvolvimento Integrado – PRODIM, o PCPR-MA em sua nova fase.

The Timbira know that they are several tribes of a major ethnic unit, which they define above of all – apart from the greater or lesser linguistic homogeneity – by the presence of the hair furrow, earplugs, circular form of settlement, and log racing

O autor afirma que usa o nome Timbira porque, segundo ele, há ausência, entre esses povos, de uma denominação que expresse “a unidade étnica”. Para o autor a “individualidade étnica” desses povos é incontestável (1946, p. 6):

The ethnic individuality, homogeneity, and Gê affinities of the Timbira are too manifest to have been challenged by any serious observer. Opinions diverge solely as to their position within the Gê family; as to what tribes should be added to their branch of the Gê; and with respect to possible subdivisions.⁶

O grupo que tem sido denominado Ramkokamekrá, reúne diferentes povos, entre os quais os *Ràm-kô-kãm mē-kra* ou *Mē mōl-tüm-re*, os Mateiros que também foram chamados de *Irom-catêjê* (mato-povos), os *Xoo-kãm-mē-kra* (filhos da Raposa), *Carë-kãm-mē-kra* (filho do barro vermelho), os *Apaniekrá* (Filhos da Piranha), e os *Crôô-re-kãm me-hkra* (filhos dos Porco queixado).(Cf. Silva Júnior, 2006).

Essa mistura de diferentes povos faz com que os Canela do Escalvado não gostem de ser designados como Ramkokamekrá, pois seria privilegiar apenas um povo dentre vários. Por essa razão aqui utilizo o termo Canela ou Canelas do Escalvado.

Até a década de 1940, os Canela do Escalvado tinham menor contato com a sociedade nacional e com outros grupos indígenas do que os Apanyekrá. Atualmente ambos grupos têm sofrido uma forte interferência por parte de diferentes agências de contato, sertanejos e missionários. Em contrapartida, têm procurado reaver a autonomia de suas atividades produtivas e manter sua vitalidade cultural, expressa por uma complexa vida ritual, práticas xamânicas e intrincada organização social (Cf. www.socioambiental.org.br).

Os Canela do Escalvado possuem população de 1337 pessoas, segundo informações obtidas no site do Instituto Sociomambiental – ISA⁷. Sua principal aldeia Canela, Escalvado, é conhecida pelos sertanejos e moradores de Barra do Corda como

⁶ A individualidade étnica, homogeneidade e afinidades Jê dos Timbira são manifestas demais para serem contestadas por qualquer pesquisador sério. Opiniões divergem somente quanto a sua posição na família Jê, assim como quais tribos deveriam ser acrescidas ao seu ramo dos Jê e com relação a possíveis divisões. (tradução minha)

⁷ De acordo com o site os números datam do ano de 2001.

Aldeia do Ponto e localiza-se em torno de 70 km a sul-sudeste dessa cidade, no estado do Maranhão. A aldeia Escalvado é organizada no formato circular, reproduzindo a Forma Timbira⁸.

Os Canela vivem basicamente em áreas de cerrado com pequenos igarapés. A demarcação dos 125.212 hectares da Terra Indígena Canela ocorreu entre 1971 e 1983. Atualmente a Terra Indígena Kanela/Buriti Velho, localiza-se na divisão político-administrativa do município de Fernando Falcão – MA, devido ao desmembramento do município de Barra do Corda – MA, em 1996).

A principal figura mitológica dos Canela é Awkhê. Apontado na mitologia Timbira como herói cultural (CROCKER, 1976), para os Canela, *Awkhê* é representado como um dos seus que transcendeu as fronteiras do ser Canela e detinha o controle da trajetória Canela. São muitas as versões do mito do Awkhê, que vão sendo reatualizadas segundo as conjunturas histórico-sociais vividas pelos Canela.

Todas remetem para os poderes sobrenaturais de Awkhê, especialmente em se transformar em animais ou outras formas e ao dilema da escolha ancestral quando Awkhê teria estimulado os Canela a escolher entre seu mundo, representado pelo arco e a flecha, e o mundo dos brancos, representado pela arma de fogo. A opção dos Canela, então, teria sido pelo o arco e a flecha o que os teria mantido numa situação de subordinação em relação ao mundo dos brancos.

As relações entre os Canela e os não indígenas estão permeadas pela influência desse mito. São feitas associações entre a figura de Awkhê e agentes indigenistas ou divindades cristãs. Segundo Silva Junior (2006) a referência à dependência dos Canela em relação aos “*Cupê*”, presente em algumas versões do mito, remete a indignação de *Awkhê* com as atitudes dos seus ancestrais ao recusar a espingarda, negando a tecnologia do “branco” e condenando-se a viver nos cerrados e nas matas até seus últimos dias. Os movimentos messiânicos representariam a possibilidade de reeditar a escolha ancestral entre a espingarda e o arco e flecha.

Na análise que faço da escolha do subprojeto de eletrificação da aldeia procuro inserir essa escolha nessa dinâmica Canela que regula suas relações com o mundo dos brancos.

A descrição que faço do PCPR-MA resulta de uma construção baseada nos relatórios produzidos pelo órgão gestor e nos discurso de seus executores. Da mesma

⁸ Para maiores esclarecimentos sobre a Forma Timbira, Cf. Azanha 1984.

forma, o mapeamento das *representações da pobreza* também tem sido feito através das publicações e dos discursos de técnicos do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA⁹.

Na parte inicial da dissertação desenvolvo uma discussão a respeito do processo e *colonialidade do poder* (Mignolo, 2003) exercido sobre os povos indígenas, no processo de construção do *mundo colonial/moderno* (Mignolo, 2003). Destaco as formas pelas quais as cosmovisões e representações dos povos indígenas foram *subalternizadas* pelas nações européias e, posteriormente pelo Brasil, num processo de *colonialismo interno* (Cardoso de Oliveira, 1966).

Em seguida, apresento o contexto que dá origem ao PCPR-MA, discutindo inclusive o dissenso entre autores, alguns que atuaram na avaliação do PCPR-MA, com relação ao PCPR-MA representar, ou não, a continuidade de outros projetos voltados para o meio rural.

Nessa mesma parte, construo uma apresentação do PCPR-MA, com base nos documentos¹⁰ publicados pelo Governo do Estado do Maranhão, indicando seus princípios, seu público alvo e seus critérios de classificação dos *pobres*.

No item seguinte, me detenho especificamente sobre “*o ato de classificação dos pobres*”, discutindo critérios e a condição de *autoridade legítima* para realizar tal operação. Ponho em suspenso os critérios de classificação, pois os critérios, em geral, são universalizantes e o público-alvo do PCPR-MA ser marcado pela heterogeneidade.

Foi feita também uma contextualização das políticas desenvolvimentistas nas quais os projetos de “*combate à pobreza*” estão inseridos. E, em seguida, apresento a “nova” perspectiva de “*combate à pobreza*” que o PCPR-MA adotou, após avaliação realizada no decorrer de sua execução.

Dessa forma, apresento os novos princípios que orientam o projeto, a identidade e a sustentabilidade. Com base na *gestão social do território*, a *pobreza* passaria a ser combatida através de estratégias de desenvolvimento sustentável, baseadas nas potencialidades humanas, culturais e econômicas em cada *território*.

⁹ O IICA é um órgão da ONU, voltada para a cooperação técnica a países latino-americanos com relação ao desenvolvimento rural e combate à pobreza. O IICA tem sede no mesmo prédio que abriga o NEPE.

¹⁰ Relatório de Atividades, 2003 e Relatório Final, 2004.

Essa discussão é fundamental para o trabalho, pois é no bojo do projeto identidade e da perspectiva da *gestão social do território* que os povos indígenas passam a ser considerados público-alvo preferencial do PCPR-MA. Essa perspectiva traz consigo uma nova representação da *pobreza*, que procura se deslocar das mensurações de *renda per capita*, ou índices de desenvolvimento, mas, principalmente, da representação da *pobreza*, como ausência de poder.

Juntamente com a discussão do projeto identidade, inicio uma apresentação dos princípios de sustentabilidade que passam a nortear o PCPR-MA. Para melhor compreensão do desenvolvimento das estratégias de combate à pobreza relacionada aos povos indígenas apresento com detalhes o curso de desenvolvimento local sustentável a eles dirigido.

Finalmente, discuto o processo de escolha do subprojeto de implantação da energia elétrica pelos Canela, tomando como base suas narrativas que demonstram a tensão permanente ocorrida nesse processo entre o fascínio pela nova *luz* e o temor pelas conseqüências que dela possam advir.

1. O MUNDO COLONIAL E A CONSTRUÇÃO DO *ATRASO DO OUTRO*: COLONIZAÇÃO E “SUBALTERNIZAÇÃO” DOS SABERES LOCAIS.

No século XV, principalmente, a Europa se impõe como o centro do universo pelo fato de ter desenvolvido técnicas de navegação que lhe possibilitaram “desbravar”

continentes até então desconhecidos, com povos de culturas diferentes¹¹ do modelo ocidental, ou seja, “sem civilização”, como julgavam os colonizadores.

O processo de colonização promovido pelas grandes metrópoles europeias foi marcado pelo estranhamento entre povos de culturas diferenciadas. Nesse processo, as formas de organização social, política e cultural dos povos colonizados foram consideradas como inferiores pelos seus colonizadores.

O discurso sobre o “outro” toma forma, cientificamente, a partir dos séculos XVII e XVIII. Sobre esse período, Copans (1974, p.22) afirma que:

Vemos desenharem-se empiricamente os contornos de uma reflexão mais sistemática sobre as sociedades não europeias e sobre a natureza das sociedades e do homem em geral.

Essa fase constitui-se como um marco para as sociedades colonizadas em termos de mudanças e perdas culturais, pois os ataques às suas formas de organização social foram constantes. As tentativas de “civilização” foram realizadas das mais diferenciadas formas, abrangendo a escravização dos indígenas, bem como, a sua escolarização e cristianização.

Mignolo (2003), ao trabalhar com a perspectiva dos estudos “pós-coloniais”, destaca a subalternização dos saberes dos povos colonizados, apontando as formas pelas quais a colonização foi sendo realizada.

Esse autor afirma que (2003, p.23):

No século 16, missionários espanhóis julgavam e hierarquizavam a inteligência e civilização dos povos tomando como critério o fato de dominarem ou não a escrita alfabética. Esse foi um primeiro momento para a configuração da diferença colonial e para a construção do imaginário atlântico, que irá construir o imaginário do mundo colonial/moderno.

E acrescenta que (2003, p.23):

¹¹ Cabe destacar que a consideração de culturas diferentes está sendo feita por mim, pois os colonizadores consideravam tais povos desprovidos de culturas.

Ao se aproximar o fim do século 18 e o início do 19, o critério de avaliação já não era a escrita, mas a história. “Os povos sem história” situavam-se em um tempo “anterior” ao “presente”. Os povos “com história” sabiam escrever a dos povos que não a tinham.

Essas foram algumas das formas, utilizadas pelas metrópoles européias para tomar para si a “tutela” dos povos com que se depararam quando dos encontros com os povos nativos dos Novos Continentes. A colonização caracterizou-se pela desconsideração das formas de organização dos povos indígenas, das suas cosmovisões, dos seus hábitos rituais, e dos seus saberes.

No entanto, esse processo insere-se em um contexto muito maior. Os ideais iluministas que fundaram a modernidade ocidental estão intimamente ligados à colonização e à desconsideração das visões de mundo que se encontram fora da matriz racionalista ocidental-européia.

A racionalidade Iluminista caracteriza a ruptura com o tradicional, e o teocentrismo. Segundo Aquino (1997, p.118):

A principal característica da mutação mental que ocorreu no século XVIII foi a afirmação do homem como sujeito que representa a realidade, seu objeto.

A passagem da Idade Média à Idade Moderna está assentada no discurso da racionalidade, construída com base nos valores ocidentais europeus. Dessa Forma, o discurso sobre o “outro” se caracteriza como uma forma de consolidação do colonialismo. Os valores ocidental-europeus ganham supremacia sobre as populações encontradas no Novo Continente, que possuíam racionalidades próprias.

Portanto, a colonização caminhou em vários sentidos. Além da colonização das pessoas ocorreu também a colonização das idéias, dos modos de organização social, e, além de tudo, dos modos de conhecimento.

Sobre esse processo Lander (2005, p.26) afirma que:

Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo mas – simultaneamente – a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória (Mignolo, 1995) e do imaginário (Quijano, 1992). Dá-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual,

pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo – todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados - numa grande narrativa universal.

A colonização, então, fundamentou-se nos preceitos modernos, tomando o julgamento do “atraso” e da “inferioridade” dos nativos da América como um motivo para exercer o seu processo civilizador de administração das diferenças culturais através da centralidade dos valores europeus.

Os sistemas de conhecimento dos nativos foram desrespeitados e desconsiderados, tratados como conhecimentos ignoráveis por estarem pautados em bases que não se enquadravam nas explicações “racionais” e “científicas” do modelo europeu-ocidental. A revolução científica, operada pela modernidade, passou a considerar como conhecimentos válidos ou científicos aqueles que fazem parte da cultura acadêmica. Dessa forma, Mignolo (2003, p.31) afirma que:

Gnose e gnosiologia não são hoje em dia palavras familiares dentro das culturas acadêmicas. Familiares são palavras como epistemologia e hermenêutica, que são as bases das “duas culturas”, as ciências e as humanidades. Na verdade, hermenêutica e epistemologia são mais familiares porque vêm sendo articuladas dentro da cultura acadêmica desde o Iluminismo.

A *Gnose*, que estava associada ao campo de explicações do mundo, passou a significar conhecimento de forma geral, saberes míticos e irracionais. Mignolo (2003, p. 32) afirma que:

O termo gnosiologia no início do mundo colonial moderno, passou a designar o conhecimento em geral, ao passo que epistemologia ficou restrita à filosofia analítica e à filosofia das ciências.

E acrescenta sobre a *gnosiologia* na modernidade que (2003, p.32):

A gnosiologia diz respeito a um tipo de conhecimento não acessível à experiência dos sentidos - conhecimento atingido através da contemplação mística ou por puro raciocínio lógico e matemático.

Essa disciplinarização representa para as populações que estão fora do modelo ocidental de conhecimento a perda ou a repressão de suas formas de sistematização de conhecimentos e organização social.

As representações e formas de classificação do homem e da natureza construídas socialmente, tal como destacam Durkheim e Mauss (1901), tiveram que se adaptar às imposições dos colonizadores e buscar formas de resistência, sincretizar-se, e, em alguns casos, suprimir-se em nome de um único modo de conceber o mundo que se impunha como superior.

O que esse processo pode ter representado para os povos indígenas que tinham concepções construídas de acordo com as suas necessidades de explicação do mundo e convivência social?

Mignolo (2003), citando Mudimbe (32-3) aponta as oposições entre os sistemas de conhecimento tradicionais e aqueles que seguem o padrão da ciência moderna:

O “sistema africano tradicional de pensamento” opunha-se à “filosofia” da mesma forma que o sistema moderno ao tradicional: em outras palavras, a filosofia tornou-se um instrumento para a subalternização de formas de conhecimento para fora das suas fronteiras disciplinadas. Mudimbe introduziu a palavra gnose para captar uma ampla gama de conhecimento que a “filosofia” e a “epistemologia” haviam descartado.

O processo de colonização e expansão da modernidade ocorreu nesse contexto. No entanto, cabe questionar em que contexto ocorrem atualmente as relações entre as diferenças culturais e os Estados chamados nacionais.

As investidas da colonização européia nas Américas e o etnocentrismo racionalista empregado no processo de colonização não conseguiram aniquilar as diferenças culturais existentes.

Com a independência das colônias, todas essas diferenças tiveram que ser administradas pelos novos estados-nacionais. No Brasil, portanto, permaneceram as investidas¹² aos valores culturais dos povos indígenas, afro-brasileiros e imigrantes, pois para a construção da nação brasileira seria necessário que se falasse apenas uma língua e partilhasse uma só cultura.

¹² Através das políticas integracionistas de educação, principalmente.

Nesse contexto, não haveria espaço para a manutenção dos valores culturais e simbólicos das nações indígenas¹³. A estes foi imposta a cidadania brasileira, em detrimento de suas próprias nacionalidades, passando a ser tratados como índios genéricos¹⁴, devido também às idéias progressistas e positivistas que inspiraram o Império.

Aos segmentos de culturas diferenciadas dirigiam-se políticas integracionistas¹⁵ de proibição de línguas diferentes da portuguesa, escola única e religião católica. Essa situação configura o que Cardoso de Oliveira (1966) denominou “colonialismo interno”, ou seja, um país anteriormente colônia de uma metrópole europeia passa a desenvolver atitudes colonialistas sobre os segmentos diferenciados, pós-independência.

Durante todo o século XIX, até os finais do século XX, a perspectiva integracionista permaneceu viva tanto no plano legal, quanto nas ações governamentais com relação às diferenças culturais. A Constituição Federal de 1988 formalizou o respeito às suas organizações sociais, línguas¹⁶ e tradições indígenas. No entanto, essa formalização ocorre associada a imposição da língua portuguesa como obrigatória no ensino fundamental (Cf. art. 210).

Percebe-se, na relação entre os Estados Nacionais e culturas diferenciadas, a aplicação de concepções teórico-científicas fundadas no individualismo, racionalismo, evolucionismo, positivismo, desenvolvimentismo, dentre outras.

Os povos indígenas resistiram a todas essas investidas até conseguirem, no plano legal, e de forma ambígua, o direito à diferença. No atual momento, cabe questionar que caminhos têm tomado as políticas direcionadas aos povos indígenas em um país que se assume formalmente multicultural. Que princípios orientam tais políticas? Em que medida as cosmovisões dos povos indígenas e de outros segmentos diferenciados da cultura majoritária têm sido contempladas pelas ações governamentais?

¹³ Considero os povos indígenas como nações no sentido dado por Kymlicka, 1996, p.26) “nación significa una comunidad histórica, más o menos completa institucionalmente, que ocupa un territorio o una tierra natal determinada y que comparte una lengua y una cultura diferenciadas.

¹⁴ No sentido tratado por Coelho (2002), ou seja, índios de forma geral, sem especificidades nacionais.

¹⁵ Diretório de Pombal, Regimento das missões, Estatuto do Índio.

¹⁶ O Estatuto do Índio de 1963 já prevê o uso das línguas indígenas.

O Brasil é conhecido nacional e internacionalmente pelas desigualdades socioeconômicas. “Pobreza”, “fome”, “violência” são características que geralmente lhes são atribuídas. Nos últimos governos tem-se acompanhado a execução de programas e projetos sociais de “combate à pobreza”, o mesmo tem acontecido nas unidades da Federação. No âmbito federal, por exemplo, observou-se, principalmente durante a década de 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso, a execução do Programa Comunidade Solidária e todos os outros programas e projetos que dele se originaram como o PRODEA.

Algumas temáticas são transformadas em *problemas sociais* através da consagração estatal. Lenoir (1998, p.89) tratando da *gênese social dos problemas sociais* afirma que:

É por um processo de consagração estatal que determinados problemas da vida particular e apenas tematizados são transformados em problemas sociais que exigem soluções coletivas, muitas vezes sob a forma de regulamentações gerais, direitos, equipamentos, transferências econômicas, etc. Tais soluções são elaboradas, quase sempre, por “especialistas” benévolos ou profissionais. Uma das fases essenciais da constituição de um problema como problema social é justamente ser reconhecido como tal pelas instâncias estatais.

A *pobreza* enquanto *problema social* no Brasil emerge a partir da década de 1980, através das discussões travadas no Processo Constituinte e de campanhas de combate à fome. Sprandhel (2004, p.11) coloca o final do século XIX como um dos períodos em que a pobreza foi tematizada na sociedade brasileira.

No entanto, Sprandhel (2004, p.12) destaca que:

Mas foi nos anos 1980 que a pobreza se tornou tema central de reflexão e de ação política. A nova Constituição, promulgada em 1988, refletiu esta preocupação, ao garantir, em seu art. 3º, que um dos quatro objetivos fundamentais da República federativa do Brasil é “erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Em termos de governo, no entanto, a pobreza só passou a ser tratada como “problema” de fato nos 1990, no contexto da mobilização em torno da Campanha da Fome ação da Cidadania contra a Miséria e

pela Vida) e da realização do “ciclo social” de conferências da Organização das Nações Unidas (ONU).

A emergência da *pobreza* enquanto *problema social* no Brasil está imersa em um contexto de discussões que envolveram a sociedade civil através de campanhas sociais encabeçadas por intelectuais, como o sociólogo Herbeth de Sousa, o Betinho, o Governo, através do Processo Constituinte e os debates internacionais, através da ONU.

Sprandhel (2004, p.11) prossegue situando os debates sobre a *pobreza* no Brasil apontando que:

No final dos anos 1990 se falou muito em pobreza no Brasil. Em diversas ocasiões o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, declarou que o “o problema da pobreza” é tão antigo quanto a história do Brasil. O então presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, afirmou por sua vez que a miséria de nosso povo é “secular”. Nas audiências públicas da Comissão Mista de Combate à Pobreza, que aconteceram de agosto a dezembro de 1999 no Congresso Nacional, a mesma percepção da temporalidade da pobreza predominou.

Além das discussões nacionais sobre a pobreza, Sprandhel destaca a influência exercida pelos organismos internacionais para a definição dos *pobres* e os métodos de intervenção sobre a *pobreza* no país.

Sprandhel (2004, p.138) afirma que:

Existe um discurso e uma prática em relação à “pobreza” que é próprio dos grandes organismos internacionais, mais especificamente do banco Mundial (Banco Internacional de Reconstrução e desenvolvimento/BIRD), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Trata-se de um discurso que considera “a pobreza” e “os pobres” de forma quase naturalizada, como um dado da realidade, antigo no tempo e generalizado geograficamente. Em sua fase mais recente e progressista, como veremos adiante, tal discurso defende o *empowerment* dos pobres e afirma que suas vozes precisam ser ouvidas.

No âmbito dessa dissertação, os discursos e as práticas acerca da *pobreza* e dos *pobres* analisados estão vinculados ao Banco Mundial e ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. Esses dois organismos têm adotado a concepção de pobreza vinculada ao *empoderamento dos pobres*, como veremos adiante.

No âmbito do IICA, a concepção de pobreza inclui, prioritariamente, povos indígenas e remanescentes de quilombos, como “os mais pobres dos pobres”. Essa

representação fundamenta-se na percepção de que a diferença deve ser lida como desigualdade e, portanto, ser superada, via estratégias de “desenvolvimento”.

Viola (2000) ao se referir à concepção de “desenvolvimento” afirma que esta produz uma interpretação reducionista da realidade, promovida pelos seus pilares fundamentais que são o eurocentrismo e o economicismo. Com relação a este último Viola (2000, p.11) afirma que.

Ello há comportado un notable reduccionismo, al identificar la realidad com un número muy reducido de variables cuantificables , ignorando todo aquello (desigualdad social , ecología , diversidad cultural , discriminación de género) que queda fuera de la contabilidad.

A concepção de que a realidade social pode ser medida e de fácil diagnóstico remete à questão do etnocentrismo. Ou seja, as diversidades são lidas por gestores de políticas públicas como desigualdades devido à discrepância entre os “indicadores”. Essas políticas buscam a padronização.

Escobar (1996, p.55), além de criticar a utilização dos índices de desenvolvimento como forma de mensurar o “desenvolvimento” ou “subdesenvolvimento”, destaca o domínio da renda per capita na classificação dos “pobres” pelo Banco Mundial:

Em 1948, cuando el Banco Mundial definió como pobres aquellos países com ingreso per capita inferior a 100 dólares , casi por decreto , dos tercios de la población mundial fueron transformados em sujetos pobres . Y si el problema era renda insuficiente, la solución era evidentemente , el crecimiento económico.

As críticas feitas por Viola (2000) e Escobar (1996) aos projetos de desenvolvimento podem ser estendidas ao PCPR-MA. A construção da “pobreza” no Maranhão é realizada com base nos números, ou seja, a “pobreza” é percebida como uma realidade quantificável.

2. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO COMBATE À POBREZA RURAL

O Estado do Maranhão é estereotipado¹⁷ como o Estado mais pobre da Federação, de acordo com os índices de distribuição de renda. Os índices criados por governos ou agências internacionais para quantificar o nível de “pobreza” ou “desenvolvimento” de uma população apontam o Maranhão como um dos Estados mais pobres da Federação.

O Maranhão conta com uma população rural de 2.287.405¹⁸, habitantes o que corresponde a 40,47 % da população total do Estado. O IDH atual o Maranhão é de 0,636. Tomando como referência a renda per capita, os dados do IBGE apontam que 52,9% da população maranhense sobrevive com renda mensal de até meio salário mínimo.

Em função dos indicadores sociais apontarem uma situação de pobreza na sociedade maranhense, também concentrada na zona rural do Estado, o Governo do Estado lançou, em 1998, um projeto específico, o Projeto de Combate à Pobreza Rural - PCPR. Esse projeto, ao longo de sua implantação, foi se desdobrando em vieses mais específicos, relacionados ao atendimento de público alvo diferenciado: os povos indígenas e os remanescentes de quilombos.

A análise da inserção dos povos indígenas no âmbito de ação do PCPR permite perceber a representação que fazem desses povos os governos federal e estadual.

2.1. O Maranhão no *combate* à pobreza rural

O IDH do Maranhão é o segundo menor do Brasil, ou seja, o contingente de pessoas consideradas “pobres” ou “excluídas” é grande. Inclusive, as campanhas

¹⁷ Pelos dados de institutos de pesquisa e pela imprensa.

¹⁸ Segundo dados coletados no site do Governo do Estado do Maranhão, www.ma.gov.br, acessado em 14/09/2006.

eleitorais, realizadas pelas oposições no Estado, giram em torno da crítica à situação socioeconômica do Estado, tomando como base o IDH.

O PCPR-MA construiu-se como uma alternativa à superação da “pobreza rural” no Maranhão, medida através dos índices de desenvolvimento como o IDH, renda per capita e da presença de bens materiais nas residências dos “pequenos produtores rurais”. Foi executado em um período que compreendeu os anos de 1998 a 2004. Constituiu-se de atividades voltadas para o fortalecimento institucional dos envolvidos na sua execução¹⁹ e o financiamento de subprojetos comunitários.

O PCPR-MA não se constitui como a primeira iniciativa do governo estadual no que se refere ao apoio aos produtores rurais. Consolidou-se através da reformulação de projetos anteriores, tais como o Projeto de Apoio a Pequenas Comunidades Rurais-APCR e o Projeto de Apoio aos Pequenos Produtores (PAPP), como pode ser percebido em GEAGRO/NEPE (2003, p.15):

O processo de descentralização das ações rurais focalizando o combate à pobreza rural no Maranhão se iniciou entre 1986 e 1992 com o Projeto de Apoio a Pequenas Comunidades Rurais (APCR). A partir de 1993, começa a ser implementado o Projeto Nordeste, em sua fase chamada de Projeto de Apoio aos Pequenos Produtores (PAPP). Logo em seguida, deu-se início à reformulação do referido projeto, passando a ser chamado de Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR-MA), nomenclatura que vem se mantendo até os dias atuais.

O PCPR-MA é apresentado como produto de uma série de reformulações de outros projetos o antecederam. O que se pode observar são dois momentos diferenciados na sua constituição. Um primeiro, quando é elaborada sua primeira versão, que assume um viés compensatório, e um segundo, quando o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA²⁰, assume sua condução e procura reformular seus objetivos e, conseqüentemente, suas prioridades.

Portanto, ao longo do seu processo de implementação, o PCPR foi incorporando novos elementos e perspectivas, especialmente após a contratação da consultoria do IICA. Nesse sentido, o consultor, o antropólogo Carlos Jara (IICA), ressalta que o PCPR-MA não deve ser visto como uma simples reformulação do PAPP,

¹⁹ Através da capacitação dos técnicos que atuaram no PCPR-MA.

²⁰ O IICA é responsável pela operacionalização do PCPR em vários estados brasileiros, através de acordos de cooperação técnica. Esse mesmo Instituto foi responsável pela reformulação do PCPR-MA.

procurando enfatizar seus objetivos de desenvolvimento e empoderamento da sociedade civil. Jara (1998, p. 248) afirma que:

O Programa de Combate à Pobreza Rural, o PCPR, não é a continuidade do PAPP reformulado, nem deve ser interpretado como um esquema compensatório, porque a finalidade do PCPR, realmente, é descentralizar e democratizar o desenvolvimento, “empoderar” a sociedade civil.²¹

O IICA classifica como assistencialistas e compensatórias as ações que vinham sendo desenvolvidas pelo PCPR-MA. Segundo Jara (1998, p.249), o PCPR não se configuraria como um projeto compensatório, ressaltando que:

É preciso trabalhar o PCPR sob um novo ponto de vista, diferente da perspectiva assistencialista do PAPP reformulado. Ainda quando o PCPR é pensado, essencialmente, como um esquema compensatório, estamos obrigados a repensá-lo como um programa de apoio ao desenvolvimento sustentável. Ou seja, quando o PCPR se materializa em projetos específicos, devemos ter clareza de que tais ações locais não vão esculpir resultados assistencialistas, mas ações de desenvolvimento local, sob um novo ponto de vista.

Na concepção do IICA, um projeto compensatório não consegue atuar profundamente sobre as “causas da pobreza”, mas apenas “aliviar” determinadas situações de “carência”. Segundo Jara (1998, p.249):

Os esquemas compensatórios não procuram mudar relacionamentos, aliviam a pobreza, contribuem para a legitimação dos governos, garantindo o controle social.

A discussão sobre projeto de caráter compensatório vinha sendo realizada em âmbito nacional. Sprandhel (2004) destaca as discussões ocorridas na Comissão Mista Especial de Combate à Pobreza no Congresso Nacional. A estratégia do combate à pobreza, através de projetos ou ações compensatórias foi defendida por alguns parlamentares e condenada por outros. O posicionamento do Senador Roberto Freire, segundo Sprandhel (2004, p.150), ilustra a crítica às ações compensatórias:

“Declarou também que não se enfrenta a pobreza nem se corrige a perversidade na distribuição de renda com políticas de ações

²¹ Quando Jara afirma que o PCPR não deve ser interpretado como um esquema compensatório, acredito que já se refere ao PCPR reformulado, munido da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Pois, em outras situações representa o Projeto como um esquema compensatório.

suplementares, políticas compensatórias e com projetos como o Fundo de Combate à Pobreza”.

Sprandhel (2004, p. 151) destaca os posicionamentos defendendo a necessidade de políticas de caráter compensatório para o combate à pobreza. Cita o Senador Roberto Saturnino (PSB/RJ) como defensor das políticas compensatórias aliadas à dimensões estruturais:

Sei perfeitamente que, no sistema econômico capitalista em que vivemos, com uma tendência de concentração manifesta de renda, riqueza e poder, toda política de natureza social será sempre compensatória, isto é, será uma compensação à própria tendência concentracionista do regime. Nem por isso se deve desqualificar esse tipo de política compensatória, mormente num país que atingiu o grau de injustiça social a que o Brasil foi levado, e muito especialmente se nessas políticas compensatórias se introduzir alguma dimensão de natureza estrutural, casando, por exemplo, a distribuição em termos de renda com algum investimento acoplado em educação, característica que move o sistema pelo lado estrutural.

As críticas do IICA ao caráter compensatório do PCPR-MA concentram-se basicamente na execução dos subprojetos comunitários. Estes não possibilitariam combater a pobreza por estarem voltados somente para a questão econômica, sem atingir as estruturas de poder que mantêm a situação de pobreza.

Cabe destacar que os subprojetos comunitários iniciados antes da avaliação do IICA permaneceram sendo financiados depois da mudança de metodologia, que previa o combate à pobreza associado ao desenvolvimento sustentável e a estratégias de empoderamento do público-alvo do PCPR-MA.

A tentativa de redirecionar o projeto não era percebida como tarefa simples pelo IICA. Seu superintendente no Maranhão percebia-o como um projeto compensatório de alívio à pobreza, sem sustentabilidade, característica dos projetos que vinham sendo executados pelo Banco Mundial:

Os programas, esses programas de alívio à pobreza, financiados pelo Banco Mundial são programas compensatórios. Então, há uma tarefa muito difícil para o próprio IICA introduzir elementos de sustentabilidade dentro de um projeto que é compensatório, compensatório²².

²² Entrevista concedida em 27 de março de 2006.

As reformulações realizadas no PCPR-MA, pelo IICA, tentam apontar para uma nova perspectiva de ação junto aos segmentos considerados “pobres” pelo Projeto.

Até a inserção do IICA no processo, os projetos de apoio às comunidades rurais não faziam uso da expressão “combate à pobreza”²³. A reformulação realizada no PCPR-MA, pelo IICA, toma essa expressão carro chefe do projeto, conforme pode ser visto em GEAGRO/NEPE (2003, p. 15):

A referida reformulação está centrada na questão mais relevante, direcionada à melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais mais pobres do Maranhão: o combate à pobreza.

O PCPR-MA, quase que integralmente, é financiado pelo Banco Mundial. A atuação do Banco Mundial nos projetos de “combate à pobreza” insere-se em um contexto de desenvolvimentismo surgido a partir do final da II Guerra Mundial. O Banco tem atuado com financiamentos de projetos a partir de uma perspectiva universalista. No Maranhão, tem financiado projetos de “combate à pobreza”, principalmente voltados para o campo. Esta é uma marca em toda a América Latina.

Alguns autores têm destacado que o Banco Mundial tem tido um papel significativo na definição e na administração da “pobreza” em todo o mundo. Segundo Procacci, apud Escobar (1996, p.54), foi criada uma “política de la pobreza”. Tal política implicou na administração da pobreza que:

Exigia la intervención en educación, salud, higiene, moralidad, empleo, la enseñanza de buenos hábitos de asociación, ahorro, crianza de los hijos, y así sucesivamente.

A atuação do Banco Mundial no Maranhão, em parceria com o Governo do Estado, através do PCPR-MA, tem tido características semelhantes a essas apresentadas por Escobar (1996). Os financiamentos do PCPR-MA têm se concentrado no que é chamado, de projetos de infra-estrutura, produtivos e sociais.

Comungo com Silva (2005, p.19) quando, referindo-se à centralidade que o “combate à pobreza” adquire nos últimos anos, afirma que:

²³ Cf. GEAGRO/NEPE (2003). Projeto de Apoio a Pequenas Comunidades Rurais (APCR) e o Projeto de Apoio aos Pequenos Produtores (PAPP).

No entanto, observo que o “combate à pobreza” tem se configurado como um mercado descoberto pelas agências internacionais. Em outros termos, a chamada pobreza rural, constituiu-se num importante produto que vem sendo negociado entre governos estaduais e agências financiadoras multilaterais.

Os projetos que antecederam o PCPR-MA estavam voltados para o apoio à produção rural em pequenas unidades. Esses projetos foram utilizados também como forma de intervenção do Governo do Estado do Maranhão na resolução de conflitos por territórios entre povos indígenas e povoados camponeses. Exemplo disso é o conflito entre os Tenetehara/Guajajara e os posseiros na Terra Indígena Cana Brava, como bem aponta Coelho (2002). O Governo intervinha no conflito apenas através da execução de projetos de apoio.

Coelho (2002, p.230) destaca uma importante característica desses projetos que se observa também no discurso dos técnicos do PCPR-MA:

A questão das terras não era tratada nesses projetos. Este de 1995, por exemplo, objetivava reverter o quadro de miséria, integrando os índios no processo produtivo, dotando as aldeias de meios necessários à busca da auto-suficiência.(grifos meus)

O PCPR-MA vai se instituindo nos mesmos moldes dos projetos anteriores, propondo-se a apoiar os produtores rurais na forma de financiamento de projetos comunitários a fundo perdido. Efetivado em junho de 1998, mediante o Acordo de Empréstimo n.º 4252/BR, o Projeto mobilizou a inversão de recursos equivalentes a US\$ 106,7 milhões, dos quais o Banco Mundial participou com US\$ 80,0 milhões (75%), o Governo Estadual com US\$ 16,0 milhões (15%) e os beneficiários com US\$ 10,7 milhões (10%). (Cf. GEAGRO/NEPE 2004, p.8)

Outro fim ao qual o PCPR-MA teria servido, segundo Silva (2005), seria o eleitoreiro. Nesse caso, os critérios para definir os pobres seriam mais irrelevantes ainda, haja vista que aqueles que se beneficiaram²⁴ do projeto tinham a autoridade legítima para indicar onde seriam executados os subprojetos, portanto, definindo seus próprios critérios. Estes não eram necessariamente de atendimento a “pobres”, mas atendimentos a áreas fundamentais para a obtenção de votos, ou na linguagem coerente, nos currais eleitorais.

²⁴ Nesse caso os beneficiados a que me refiro são os políticos que utilizaram o projeto eleitoreiramente, e não aqueles onde o projeto foi executado.

Silva (2005) caracterizou esse tipo de ação como “clientelismo de balcão” (p. 27) referindo-se à execução do Projeto através da mediação de políticos. Cita Matias para referir-se ao esquema de distribuição de projetos entre deputados:

Dentre as denúncias feitas por Matias, destaca-se um esquema de distribuição de projetos entre deputados que davam sustentação à governadora Roseana Sarney na Assembléia Legislativa.

As denúncias se deram em um contexto de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, do Crime Organizado. Em nível estadual também se tentou instaurar uma CPI para investigar o Programa Comunidade Viva, ou seja, o PCPR. No entanto, a CPI não foi instaurada por insuficiência de assinaturas.

Matias apud Silva (2005, p.28) afirma que:

O ex-deputado Francisco Caíca, cassado por envolvimento com o crime organizado, afirmou, em depoimento público, que a Governadora Roseana Sarney havia dado, na eleição de 1998 “dez projetos de Comunidade Viva para cada deputado”, e que Joaquim Laurixto, preso pelo assassinato do delegado Stênio Mendonça, embolsara a maior parte do dinheiro.

Percebe-se então, que no “campo de batalha” contra a “pobreza” no Maranhão estão envolvidos diversos agentes, com uma multiplicidade de objetivos, que não somente o “combate à pobreza”. Ou melhor, os subprojetos, acabaram sendo utilizados não apenas como um armamento específico pra destruir a pobreza, mas também como arsenal que pode ter contribuído para a eleição de muitos políticos, através de uma política eleitoreira e clientelista.

A avaliação do PCPR-MA realizada pelo IICA destaca esse favorecimento político. Ao avaliar os resultados do PCPR-MA, com relação ao “combate à pobreza”, o Superintendente do IICA critica o favorecimento de segmentos políticos pelo Projeto afirmando que:

O impacto dele na redução da pobreza foi muito pouca (sic) muito, muito, muito pouca (sic). Ele, como ele foi apropriado seus recursos serviram muito mais a segmentos políticos, a segmentos empresariais,

muito mais que as comunidades rurais mesmo, né? Ele serviu talvez até para favorecer a questão da concentração da renda em segmentos sociais... e também até mesmo para favorecer determinados segmentos políticos mais atrasados, contribuindo também para o retrocesso político do Estado.

Pode-se observar que o PCPR-MA sob a rubrica de “combate à pobreza”, constitui-se fundamentalmente como um instrumento político para atingir diferentes objetivos do governo do Estado.

2.2 Por que combater a pobreza?

As justificativas para a elaboração do PCPR remetem para a chamada superação da “pobreza”, fundamentada no IDH. No entanto, coloca-se com muita força o argumento da necessidade de elevação da produção agrícola e do PIB do estado.

Na opinião do superintendente do IICA, a construção do PCPR-MA como estratégia de “combate à pobreza”, teria ocorrido em decorrência da redução da produção de grãos, fonte de subsistência da população rural:

Formulado em cima de que o Estado do Maranhão tinha um grande contingente rural, de famílias rurais né, o estado do Nordeste com o maior contingente de famílias rurais residindo na zona rural, e que essas famílias iam se empobrecendo ao longo dos anos, ou seja, cada ano a produção de grãos alimentícios vinha caindo, ou seja, a produção do Estado é ... decadente, conseqüentemente, como essas famílias vivem praticamente em função do que produz, por exemplo, a renda monetária é muita pouca, e só acontece em algumas áreas em que tem o babaçu.

Acrescentou que:

Havia um processo de empobrecimento, mas não havia essa questão de quantificar a pobreza. Até essa questão da linha de pobreza... as famílias com menos de um salário mínimo, tá entendendo? Isso não chegou a ser colocado no projeto.

O projeto teria sido construído com base na suposição de que a decadência da produção agrícola do Estado resultaria no empobrecimento da população rural.

O IICA criticou a execução do PCPR-MA antes da sua intervenção, considerando que o projeto não possuía critérios bem definidos sobre quem seriam os

pobres e, conseqüentemente, seu público-alvo. Outra questão levantada pelo superintendente do IICA no Maranhão refere-se à ausência de estudos que possibilitassem a construção do Projeto: “Para o primeiro projeto, praticamente esses estudos são inexistentes, são inexistentes”.

O discurso oficial do governo justifica a execução do PCPR-MA considerando a situação de “pobreza” no Maranhão, GEAGRO/NEPE (2003, p. 53):

Vale ressaltar a questão da qualidade de vida medida pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-MA), feito pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com base nos dados de renda, educação e expectativa de vida, no período entre 1991 a 2000, que coloca o Maranhão no ranking dos piores Estados do Brasil, com o (IDH-M) de 0.636. Em 1991, dos 30 (trinta) municípios piores do Brasil, o Maranhão contava com 3 (três) municípios, quais sejam: Lagoa Grande do Maranhão, Santana do Maranhão e Matões do Norte.

No entanto, GEAGRO/NEPE (2003, p. 16) não descarta destaca o papel dos pequenos produtores²⁵ para a economia do Estado afirmando:

Não se pode esquecer o papel preponderante dos pequenos produtores rurais na economia do Estado, o que torna inaceitável a permanente situação de pobreza, de miséria, de indigência, e indignidade, em que se encontram mergulhados estes trabalhadores.

Os elaboradores e gestores desses programas e projetos utilizam a retórica do “combate à pobreza”, da auto-sustentação, da superação da miséria e etc., desconsiderando o significado que a produção assume para os chamados pequenos produtores rurais, que pode não estar voltado para a comercialização em larga escala.

As condições de *pobreza* do público-alvo são mensuradas pelo PCPR-MA através de índices de desenvolvimento criados por instituições internacionais e que são adotados pelos países em que estas instituições atuam. Essa situação expressa a “colonialidade do poder” (Quijano 2005) que se exerce não somente sobre os segmentos atendidos pelo Projeto, mas também sobre o Governo do Estado do Maranhão e seus gestores.

A “colonialidade do poder” (Quijano 2005) é exercida sobre o Governo do Estado do Maranhão através da imposição dos índices de desenvolvimento por parte do

²⁵ Nesse caso, estão incluídos no PCPR-MA, nesta categoria povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais, mulheres rurais e etc.

Banco Mundial e de concepções de *pobreza, desenvolvimento e combate à pobreza* construídas por este e por outros organismos internacionais. O discurso da GEAGRO/NEPE (2004, p.3) expressa esse movimento:

O Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR-MA), também conhecido como Projeto Comunidade Viva, foi um empreendimento do Governo do Estado do Maranhão, para reduzir os índices de pobreza da população rural do Estado e promover o seu desenvolvimento sustentável. (grifos meus)

Inicialmente, o projeto foi pensado para atingir como principais beneficiários os habitantes das comunidades rurais mais pobres do Estado, com até 7.500 (sete mil e quinhentos) habitantes, incluindo as sedes municipais, excetuando São Luís. (Cf. GEAGRO/NEPE, 2004, p.9).

Na primeira fase do projeto o critério utilizado para selecionar o público alvo era a renda familiar. De acordo com o Superintendente do IICA no Maranhão, a renda era o único critério para definir os atendidos:

O primeiro projeto está baseado única e exclusivamente no padrão renda. Por exemplo, eram as comunidades que tivessem é, é, é... renda menor do que um salário mínimo. Essa, essa foi (sic) o critério básico para, para orientar o projeto²⁶.

Posteriormente, com a reformulação empreendida pela consultoria do IICA, especial atenção foi dada às populações indígenas e quilombolas²⁷, aos quais foi dado tratamento prioritário de acesso aos investimentos do Projeto.

O PCPR-MA construiu um público a ser atendido, que se caracteriza pela diversidade: “comunidades rurais”, “povos indígenas”, “comunidades quilombolas”, “pescadores artesanais” e “mulheres e jovens rurais”. Deve-se atentar para o fato de que são grupos heterogêneos, que são tratados de forma homogênea pelo projeto. No Maranhão há oito povos indígenas, cada um com suas especificidades internas. As diversidades também são presentes entre as comunidades quilombolas e comunidades rurais.

²⁶ Entrevista realizada em 27 de março de 2006.

²⁷ Além desses segmentos também foram atendidos como público alvo-preferencial pescadores artesanais, mulheres e jovens rurais.

2.3. O local articulado ao global no “combate a pobreza”

A execução do PCPR-MA ficou a cargo da Subgerência do Núcleo Estadual de Programas Especiais – NEPE, órgão desconcentrado e integrante da estrutura organizacional da Gerência Estadual de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural – GEAGRO.

No entanto, a execução do PCPR-MA não foi feita exclusivamente pelo NEPE. Atuaram conjuntamente as Gerências de Estado do Desenvolvimento Regional – GDR, os conselhos municipais e as associações comunitárias.

Ao NEPE cabia atuar No planejamento, coordenação e execução de ações, com vistas ao fortalecimento da base econômica do Estado, utilizando recursos estaduais e internacionais. (Cf.GEAGRO/NEPE, 2003, p. 20).

O projeto tinha como base o associativismo, priorizando as associações de pequenos produtores. De acordo com GEAGRO/NEPE (2003, p. 17):

O PCPR-MA está estruturado com base no Associativismo, forma de trabalho organizada em grupos de pequenos produtores rurais, a partir dos elementos produtivos estratégicos, eleitos por eles como prioritários, com vistas à consolidação de um processo de melhoria da força de trabalho, do aumento do grau de controle do produtor rural sobre os meios de produção e da mudança de consciência de seus próprios interesses nas relações do processo produtivo.

O desenvolvimento do projeto foi previsto em três frentes. Uma, voltada para a execução de subprojetos comunitários. Utilizando recursos a fundo perdido, os subprojetos visavam financiar investimentos e empreendimentos de interesse das comunidades rurais pobres do Estado, por meio das linhas do Programa de Apoio Comunitário – PAC e do Fundo Municipal de Apoio Comunitário.

Outra frente, denominada Desenvolvimento Institucional, objetivava financiar: ações de assistência técnica, consultorias e treinamento visando à consolidação e o aperfeiçoamento do processo de organização comunitária e de tomada de decisões.

Pretendia-se com isso possibilitar a participação das comunidades no processo de gestão de investimentos financiados, bem como no fortalecimento dos Conselhos Municipais

A terceira frente de ação, designada como Administração do Projeto, tinha como objetivo financiar atividades que objetivavam apoiar a Unidade Técnica no seu papel de coordenação do Projeto, reforçando sua capacidade operacional para atender às suas funções de coordenação, administração, monitoramento e avaliação dos demais componentes do Projeto. (Cf. GEAGRO/NEPE, 2003, p. 19-20)

Os subprojetos financiados estavam concentrados no que é classificado pelo PCPR-MA como ações de: infra-estrutura, produtivos e sociais²⁸. A estrutura de execução do projeto seguiu o modelo do programa de Desarrollo Rural Integrado – DRI, executado pelo Banco Mundial na Colômbia a partir da década de 1970.

O DRI esteve estruturado da seguinte forma: A) Componente de producción²⁹, que incluía o Programa de desarrollo tecnológico e o Programa de organización e capacitación; B) Componente de programas sociales³⁰; C) Componente de infraestructura³¹.

Escobar (1996, p.94) tece uma crítica a forma como se estruturava a ação das instituições de desenvolvimento, que tomam como referência a conquista do desenvolvimento via um conjunto de intervenções técnicas:

El desarrollo nunca fue concebido como proceso cultural (la cultura era una variable residual, que desaparecería con el avance de la modernización) sino bien como un sistema de intervenciones técnicas aplicables más o menos universalmente con el objeto de llevar algunos bienes “indispensables” a una población “objetivo.

Submetidas ao crivo do Banco Mundial, essas instituições não só conduzem suas ações através da concessão de bens considerados indispensáveis aos atingidos pelos projetos, como restringem o leque de opções segundo determinações do Banco Mundial. No caso do PCPR-MA, pode-se observar que o financiamento dos subprojetos

²⁸Conforme Anexo I.

²⁹Consistia na transferência de tecnologias para incrementar a produção e aumentar a produtividade.

³⁰ Execução de programas de educação e saúde.

³¹ Executava subprogramas de construção de estradas, eletrificação rural e sistemas de abastecimento d'água.

comunitários sofreu restrições do Banco Mundial³², ou seja, havia determinadas ações interditas, tais como: fábrica de bebidas alcoólicas; plantio e beneficiamento de tabaco; construção de templos religiosos, sedes de partidos políticos, de entidades comunitárias e de sindicatos; aquisição de ambulância, terrenos e caminhões; aquisição de animais de grande porte para corte.³³

2.4 A ritualização da “pobreza”

A objetivação do conceito de “pobreza” do PCPR-MA, é percebida como um processo de “construção de coisas sociais” (BOURDIEU, 1992) através do poder das palavras.

O ato de nomeação dos considerados “pobres” pelo do PCPR-MA é realizado nos moldes do que Bourdieu (1992, p.98) denomina “rito de instituição”, ou seja, um rito:

Que tende a consagrar ou a legitimar, isto é, a fazer desconhecer como arbitrário e reconhecer como legítimo e natural um limite arbitrário, ou melhor, a operar solenemente, de maneira lícita e extraordinária uma transgressão dos limites constitutivos da ordem social e da ordem mental a serem salvaguardadas a qualquer preço.

O ato de consagração da pobreza no PCPR-MA ocorre através da utilização de imagens do cotidiano dos beneficiários do projeto para caracterizar a situação de pobreza e justificar a sua execução. Essas imagens reportam-se ao atraso e são consideradas como elementos que servem para medir, objetivamente, as condições de vida. De acordo com GEAGRO/NEPE (2003, p. 52), a “pobreza” pode ser objetivamente medida:

As condições de vida nas pequenas comunidades rurais podem ser medidas objetivamente, tomando-se como base os bens existentes em suas casas. De uma maneira geral, encontra-se uma trempe para cozinhar, um pote, onde é colocada a água para beber, poucos pratos, umas poucas panelas, alguns talheres, redes para dormir, uns mochos para sentar e uma mesa improvisada. No quintal é comum encontrar criação de galinhas, que são usadas na sua subsistência. (grifos meus)

³² A afirmação de que as restrições são postas pelo Banco Mundial foi feita por um interlocutor do IICA em entrevista realizada em 27/04/2006.

³³ Cf. www.ma.gov.br

O governo utiliza-se de um excesso de realismo para tentar caracterizar as condições de vida dos *pobres* a quem o PCPR-MA presta assistência. As propriedades substanciais são utilizadas como forma de legitimar a situação dos atendidos pelo Projeto como *pobreza*.

As condições de vida podem ser medidas objetivamente porque utiliza-se um padrão de moradia, alimentação e posse de bens materiais de populações urbanas de bom poder aquisitivo para comparar com a das *pequenas comunidades rurais*. Não importam as concepções que os atendidos constroem sobre suas condições de vida, pois o *real* permite aos executores do Projeto perceber a “pobreza” das comunidades.

Sobre a utilização da substancia como fim em si mesmo, Bachelard (1996, p.184) afirma:

Ora, o melhor meio de fugir às discussões objetivas é entrincheirar-se por trás das substâncias, é atribuir às substâncias os mais variados matizes, é torna-las o espelho de nossas impressões subjetivas. As imagens virtuais que o realista forma desse modo, admirando as mil variações de suas impressões pessoais, são as mais difíceis de afugentar.

O “rito de instituição” realizado pelos gestores do PCPR-MA³⁴ consagra essa diversidade sob o mesmo rótulo, num processo de “instituição de uma autoridade”, que segundo Bourdieu (1992, p.100), configura-se também como um dever ser:

“A imposição de um nome, isto é, de uma essência social. Instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um rito de ser que é também um dever ser”.

O Governo do Estado do Maranhão, juntamente com o Banco Mundial, reconhecidos como instituições política e economicamente responsáveis pela assistência a segmentos da sociedade considerados marginalizados, possuem o poder de realizar atos que instituem e consagram realidades diferenciadas como “pobres”.

Bourdieu (1992, p.87) afirma que:

O poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz cujas palavras (quer dizer, de maneira indissociável, a matéria de seu discurso e sua maneira de falar) constituem no máximo

³⁴Governo do Estado do Maranhão, Banco Mundial e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA.

um testemunho, um testemunho entre outros da garantia de delegação de que ele está investido.

Ao Governo do Estado do Maranhão é outorgada a obrigação de assistir à população maranhense, dessa forma, torna-se o seu “porta-voz”. Cabe questionar os fundamentos dessa assistência, buscando identificar se tem dado conta de administrar as diferenças existentes em sua unidade político-administrativa.

O paternalismo presente nas ações do Banco Mundial³⁵ garante o poder de nomeação e assistência a segmentos da sociedade maranhense. Além disso, está em jogo a legitimidade de uma instituição que trabalha em todo o mundo com programas do tipo do PCPR-MA, e que expressa certa “experiência” e “benevolência” em sua atuação. Como afirma Bourdieu (1992, p.84):

O uso da linguagem, ou melhor, tanto a maneira como a matéria do discurso, depende da posição social do locutor que, comanda o acesso que se lhe abre a língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa e legítima.

As instituições responsáveis pelo PCPR-MA, e, conseqüentemente, pela classificação das pessoas enquanto pobres, ou subdesenvolvidas possuem atributos que as legitimam para tanto.

Portanto, é legítimo afirmar que a classificação do público-alvo do PCPR-MA enquanto pobre, não ocorre pela simples imposição de um rótulo. Os enunciadores do discurso possuem propriedades que lhes legitimam, como a sua própria atuação em outros projetos envolvendo os segmentos atendidos pelo PCPR-MA.

O fato de aceitar o discurso proferido pelas agências que executam o Projeto não implica, necessariamente, que o público alvo se identifica com a classificação que lhe destinada. O que leva um povo indígena a escolher a eletrificação da aldeia como projeto a ser financiado pelo PCPR?

O ato de classificar ocorre num contexto de lutas e disputas. No caso em questão, situo-me neste campo de disputas. O campo acadêmico antropológico, do qual faço parte, utiliza-se de sua autoridade conferida por seu repertório teórico-metodológico e pela prática de pesquisa entre os povos indígenas, para classificá-los enquanto sociedades diferenciadas.

³⁵ Os financiamentos do Banco Mundial, em geral, são a fundo perdido.

Portanto, cabe sempre por em questão os interesses e os meios utilizados pelo agente social classificador. Como o ato de classificação opera sobre os agentes sociais classificados?

A classificação dos pobres no PCPR-MA está baseada em três parâmetros³⁶. O primeiro a ser utilizado foi a mensuração da renda per capita, comuns nas classificações feitas pelos organismos internacionais.

A utilização do critério renda per capita para classificar os pobres predominou no intervalo entre os anos de 1998³⁷ a 2001³⁸, juntamente com o IDH. Nesse período, os povos indígenas já recebiam financiamentos do PCPR-MA, no entanto não eram vistos como grupos prioritários no atendimento.

Após a reformulação feita pelo IICA, os povos indígenas passaram a ser considerados como parte do público-alvo prioritário do projeto. O IICA inclui esses povos no grupo dos chamados “mais pobres dos pobres”, juntamente com as comunidades quilombolas, as mulheres e jovens rurais e os pescadores artesanais, passando a receber tratamento especial pelo Projeto.

No entanto, o IDH permaneceu como um dos critérios de classificação dos pobres. A esse respeito o superintendente do IICA no Maranhão afirma:

Mas o estado ta fazendo de forma mista, ele tá atendendo por essa linha dos grupos chamados especiais e está atendendo também os municípios com menor IDH. Numa seqüência, por exemplo, depois dos grupos especiais vem logo após os 80 municípios com menor IDH. Então o estado faz um mix disso, que eu considero que já é um avanço³⁹ em relação ao que aconteceu no passado, que não havia nenhum critério⁴⁰ pra que, pra que houvesse o acesso⁴¹.

³⁶Uma classificação através da renda per capita, outra através do Índice de Desenvolvimento Humano e por último a classificação que leva em conta grupos historicamente “excluídos”, como povos indígenas e comunidades quilombolas. Essa última forma de classificação leva em conta a “pobreza” de “conhecimento” e “oportunidades políticas”.

³⁷ Ano de início da execução do PCPR-MA.

³⁸ Data da avaliação do PCPR-MA feita pelo IICA.

³⁹ Os agentes do IICA tentam constantemente positivar os critérios e a execução do PCPR-MA após a avaliação feita e desqualificar o “primeiro projeto”.

⁴⁰ O entrevistado que afirma que antes o PCPR-MA não determinava nenhum critério de acesso é mesmo que acima afirma que o critério de acesso era “única e exclusivamente” o “padrão renda”. Ou seja, o “primeiro projeto” não tinha “o” critério. Apenas adquirido com a colaboração do IICA.

⁴¹ Entrevista concedida em 27.03.2006.

A classificação do que o superintendente está chamando de “especiais” ocorria com base no que entendiam ser uma condição de carência absoluta, inclusive de conhecimento.

Sousa (2001, p.82) afirma que esse tipo de classificação remete para uma *ideologia da ausência*, ou seja, “que expressa o pobre a partir da falta de algum aspecto material e financeiro”.

Os povos indígenas são classificados como pobres, pelo PCPR-MA, pela ausência de renda, pela ausência de indicadores de desenvolvimento favoráveis⁴², pela ausência de bens materiais⁴³.

Os discursos enunciados produzem determinadas representações a respeito dos grupos que classificam. Escobar (1996, p.252) destaca que:

La naturaleza discursiva del capital resulta evidente en varias formas: por ejemplo, em la resignificación de la naturaleza em cuanto a recursos, la construcción de la pobreza como falta de desarrollo, de los campesinos como simples productores de alimentos, y del hambre como falta de alimento que exige el desarrollo rural, y em la representación del capital y la tecnología como agentes de transformación.

A classificação dos pobres pelo PCPR-MA adota critérios eleitos por dois organismos internacionais: o critério renda, priorizado pelo Banco Mundial e o critério IDH, utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

São critérios de caráter universalizante, que supõem que a pobreza, em qualquer lugar do mundo, possui o mesmo significado.

Os valores modernos, de matriz euro-ocidental, são postos como universais e superiores, submetendo todas as outras formas de organização social, política e cultural, rotulando essas formas de organização diferenciadas como pobres, atrasadas, subdesenvolvidas. Os grupos sociais são avaliados de acordo com o nível de diferenciação com relação aos valores tidos como hegemônicos. Com relação a essa universalidade e padronização Lander (2005, p.34) afirma:

Estes conhecimentos convertem-se, assim, nos padrões a partir dos quais se podem analisar e detectar as carências, os atrasos, os freios e impactos perversos que se dão como produto do primitivo ou o tradicional em todas as *outras* sociedades.

⁴² Educação, saúde, saneamento básico e etc.

⁴³ Habitações de alvenaria e telha, caminhos de acesso, eletrodomésticos e etc.

Discutindo a participação dos organismos internacionais na definição e no combate à pobreza no Brasil, e comparando as metodologias adotadas especificamente por duas organizações, Banco Mundial e PNUD, Sprandhel (2004, p.144) afirma que:

Um pesquisador do Banco Mundial ou do Pnud vem ao Brasil e treina equipes nacionais para que obtenham dados e os analisem a partir de uma grade metodológica predefinida e universal.

O Banco Mundial outorga-se a capacidade de conhecer e intervir nas questões sociais dos países em que atua, através do conhecimento técnico-científico⁴⁴. A esse respeito Escobar (1996, p.215) afirma que:

Solo cierto tipo de conocimiento, como el de los funcionarios del Banco Mundial y los expertos de los países en desarrollo formados en labor de enfrentar la desnutrición y el hambre, al tiempo que todo el conocimiento está dirigido a hacer del cliente algo cognoscible para las instituciones del desarrollo.

No ano de 1995 o Banco Mundial realizou um diagnóstico da pobreza no Brasil tentando definir uma linha de pobreza no país, nas palavras de Sprandhel (2004:144) “para identificar quem são e onde estão os pobres e como os níveis de pobreza se modificam no tempo”.

No ano seguinte, o PNUD⁴⁵, produziu o *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil/1996*. Sprandhel (2004, p. 146) afirma que:

Embora o Pnud trabalhe com outro indicador, o IDH, e inclua entre seus colaboradores cientistas políticos e representantes de organizações não-governamentais, existem muitas semelhanças entre este documento e o anterior.

Sprandhel (2004, p.146) conclui que:

Como o relatório do BIRD, o Pnud defendeu a estabilidade econômica e a necessidade de novos requisitos de competitividade decorrentes do processo de abertura comercial do país e da globalização da economia.

⁴⁴ Conhecimento técnico-científico baseado em uma forma de construção de conhecimento enraizada na matriz racionalista ocidental que despreza outras formas de construção de saberes.

⁴⁵ Em convênio com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA.

As mensurações são percebidas como capazes de determinar objetivamente quem são os pobres. Além disso, o estabelecimento da “linha de pobreza” é capaz de determinar os “mínimos” necessários à sobrevivência. Sprandhel (2004, p.163) ao destacar as discussões nas audiências públicas da Comissão Mista de Combate à Pobreza no Congresso Nacional lembra que para Roberto Borges Martins, presidente do Ipea:

A “linha de pobreza”, por sua vez, demarca o mínimo de renda imprescindível para a alimentação e para todas as outras necessidades pessoais básicas. Segundo o presidente do Ipea, uma regra comumente utilizada considera ser o valor da “linha de pobreza” duas vezes superior ao da “linha de indigência”.

Sousa (2004, p. 84) destaca que:

A incorporação do discurso econômico na representação da pobreza, ocasionou a adoção de esquemas de medição da pobreza expressa através da denominada linha de pobreza, que é demarcada através da medição de uma determinada (falta de) renda, ou seja: a determinação de um mínimo necessário (ABRANCHES, 1998) ao atendimento das denominadas necessidades sociais básicas.

As necessidades básicas, a serem atendidas pelo PCPR-MA referem-se, principalmente, aquelas de infra-estrutura⁴⁶ e produtividade econômica. Como selecionar necessidades básicas para povos indígenas? Existem necessidades básicas humanas?

Nesses cenários, geralmente elegem-se imagens para consolidar uma representação dos pobres e da pobreza, remontando a rusticidade e atraso. Reportando-se a uma situação de pobreza e dificuldades, o Relatório de Atividades faz a seguinte caracterização (GEAGRO/NEPE2003, p. 52):

As condições de vida dos pequenos produtores rurais no Maranhão não diferem muito daquelas que se encontram em outras áreas do Nordeste do Brasil. Historicamente vivem à distância do desenvolvimento econômico e social. Nasceram e cresceram em condições precárias e moram em casas feitas com as suas próprias mãos. Do patrimônio têm apenas aquilo que eles mesmo improvisam ou fabricam com seus limitados recursos, mas estão sempre trabalhando de sol a sol, na maioria das vezes para um patrão que não se importa que permaneçam no analfabetismo e na ignorância por toda vida.

⁴⁶ Eletrificação, “melhorias habitacionais”, instalação de agroindústrias e etc.

Ser pobre, nesse caso, significa não ter alcançado o “desenvolvimento econômico”, e ser desprovido de condições consideradas “mínimas” de infra-estrutura. A “pobreza” no PCPR-MA é construída de variadas formas, através dos índices de desenvolvimento, mensurações de renda, condições materiais de vida e etc.

No entanto, há algo de comum entre todas estas construções da pobreza e dos pobres no PCPR-MA. Todas desconsideram as noções de “pobreza”, “escassez”, “condições de vida” construídas pelos segmentos atendidos. A construção da pobreza no PCPR-MA segue o discurso de organismos internacionais e subalterniza as concepções que os atendidos constroem sobre si e sobre o mundo. Subordinam essas concepções a modelos de desenvolvimento e progresso construídos por uma matriz euro-ocidental.

A caracterização da pobreza é sempre feita através da exposição de imagens que representem miséria, escassez, degradação etc. A pobreza deve ser exibida para ser vista como tal. Denunciando a utilização das imagens como um objeto estético Glauber Rocha apud Escobar (1996, p.293-294) destaca que:

Así, mientras América Latina lamenta su miseria general, el observador foráneo cultiva el gusto de esa miseria, no como *sintoma* trágico, sino simplemente como objeto estético dentro de su campo de interés... Nosotros [los cineastas del Cinema Novo] entendemos el hambre que los europeos y la mayoría de los brasileños no han entendido... Sabemos – porque hicimos estas tristes, horribles y desesperadas películas en las que la razón no siempre prevalece – que este hambre no se curará con moderadas reformas gubernamentales, y que el disfraz del technicolor no puede esconder sus tumores, sino apenas agravarlos. Por lo tanto, solo una cultura del hambre, que debilite sus propias estructuras, puede superarse a sí misma cualitativamente. La manifestación más noble del hambre es la violencia (Rocha, 1982:70)

As imagens da fome expõem o que Teresa de Lauretis apud Escobar (1996, p.201) chama de “violência da representação”. Escobar (1996, p. 294) ressalta que:

El discurso del desarrollo ha convertido la representación del hambre en un acto de consumo de imágenes y sentimientos por parte de los bien nutridos, un acto de canibalismo, como dirían los artistas del Cinema Novo. Este consumo es un rasgo de la modernidad, nos recuerda Foucault (1975:84). (“Es justo que la enfermedad de unos se transformada en la experiencia de otros”).

O PCPR-MA utiliza as imagens da *pobreza* constantemente como forma de legitimar sua atuação. Não somente as imagens do *atraso* são expostas pelo Projeto como também as do *desenvolvimento* quando o Projeto presta conta de suas atividades.

2.5 A imagem como recurso de marketing do PCPR

A execução do PCPR-MA, em vários momentos, é justificada pelos seus gestores com base em dados que pretendem apontar uma situação evidente de pobreza que se referencia nos padrões modernos. Utilizam como exemplos desse estilo de pobreza a ausência de infra-estrutura referente a casas de alvenaria, luz elétrica, sistema de abastecimento d'água e etc, como expresso no texto abaixo GEAGRO/NEPE (2004, p 7):

Mais de 80% das comunidades rurais não têm água encanada e serviços de saúde pública e mais de 50% não têm eletricidade. Faltam escolas, os índices de analfabetismo é duas vezes maior que a média nacional.

A mesma perspectiva pode ser observada na descrição dos resultados obtidos pelo PCPR-MA (2004, p.34):

Casas de alvenaria substituíram casebres rústicos de pau-a-pique. Essas casas são geralmente são (sic) de “chão batido”, paredes de barro e cobertura de palha.

Os executores do PCPR-MA montam um cenário que visa caracterizar a “pobreza” através de imagens que remetem a “sofrimento”, “necessidades”, “carência”, que são confrontadas com imagens de “conforto”, “segurança”, “melhoria de condições”. A população rural é tratada enquanto “gente sofrida e despossuída”(p.22).

A atuação do estado, ao apresentar os resultados do Programa, pode ser analisada utilizando-se a categoria *teatrocracia* proposta por Balandier (1994).

Imagens são utilizadas no relatório final do PCPR-MA como forma de consagrar as representações do real, como se fossem a própria realidade,

independentemente das construções simbólicas. Buscam fazer o representado identificar-se com as representações construídas sobre eles. Dessa forma, procuram construir e naturalizar a idéia de “pobreza” via imagens que pretendem simbolizar o “atraso”.

Agem buscando produzir efeitos, via utilização de instrumentos teatrais para a manutenção do poder e a imposição de determinadas realidades. Balandier (1994, p. 16) reforça que:

Todo sistema de poder es un dispositivo destinado a producir efectos, entre ellos los comparables a las ilusiones que suscita la tramoya teatral.

Dessa forma, são as representações que fazem os gestores de uma casa de pau-a-pique, sem eletrificação e água encanada que contribuem para construção da “pobreza rural” no PCPR-MA. No entanto, o real que dá base a essa construção simbólica em torno dele pode contribuir para que várias outras construções simbólicas sejam realizadas.

Balandier (1994, p. 17-18) destaca que:

El gran actor político dirige lo real por medio de lo imaginario. Puede, por otra parte, centrarse en una u otra de las escenas, separarlas, gobernar y hacerse él mismo espectáculo.

O relatório final do PCPR-MA utiliza as imagens não só para construção da “pobreza”, mas também do “progresso”, e da “evolução”. Um deslize na versão final deste relatório deixa escapar seu estilo performativo, ou melhor, “teatrocrático”, como modo de produzir uma representação positiva dos resultados do PCPR-MA. As fotos não foram impressas no relatório, mas permaneceu o espaço a elas destinado com uma legenda indicando o tipo de imagem que deveria estar ali e o que se pretendia com sua apresentação.

Um dos cenários através do qual se pretendia mostrar a “evolução” estava a seguinte legenda GEAGRO/NEPE (2003, p.36):

Transporte de doente em rede carregada nos ombros, em caminho estreito ou picada na mata, aparecendo pelo menos quatro pessoas - duas carregando a rede e duas acompanhando, para revezamento.

Em seguida, havia a recomendação:

(Se não conseguir essa foto, substituir por foto de um ônibus estacionado em frente a uma escola comunitária, com crianças descendo do ônibus, uniformizadas e com material escolar. Tenta enquadrar na mesma foto um caminhão de carga tipo baú, atravessando a pista ou em frente a uma casa comercial. Alterar a legenda).

Os gestores pretendiam montar um cenário que remetesse primeiramente ao “atraso”, ou seja, doentes transportados em redes, demandando esforço físico e pessoas para carregá-lo. Em seguida, pretendiam demonstrar o “progresso” obtido com a construção das estradas, que permitiria o trânsito do transporte escolar, a manutenção comercial, ou seja, uma forma de integração rural/urbano, que contribuiria para “melhoria das condições de vida” da “gente sofrida” e “despossuída”.

Além de tentar justificar suas ações, percebe-se que os cenários de representação de pobreza/desenvolvimento tentam se impor como legítimos através do apelo ao figurativo.

As legendas apontam características de dois gêneros do teatro. A primeira citação expressa características da *tragédia*, representando situações cotidianas de homens comuns. E o segundo trecho diz respeito à *farsa* que retrata personagens e situações caricatas, ações exageradas e estereótipos.

Balandier (1994, p. 19) aponta que no teatro do poder o imaginário é utilizado como um recurso para destacar as melhorias para os súditos:

El recurso a lo imaginario no es otra cosa que la convocatória a un porvenir em el que lo inevitable traerá consigo mejoras para la mayoría de los súbditos. Las luces de escena del futuro iluminam el presente.

Os gestores do PCPR estruturam a prestação de contas do projeto, enfatizando seus resultados positivos. As fotografias deveriam ser o principal instrumento para isso. As legendas denunciam a tentativa de imposição da representação oficial. A indicação era de que as fotografias deveriam apresentar-se emparelhadas, uma demonstrando a situação anterior (pobreza) e outra apontando a situação atual (desenvolvimento) Cf. anexo II.

2.6 O Contexto das políticas de “combate à pobreza”: o universal e o particular em questão

Os projetos de “combate à pobreza”, como o PCPR-MA, inserem-se no contexto das políticas desenvolvimentistas, voltadas para a “modernização” de segmentos considerados atrasados, percebidos enquanto empecilhos ao desenvolvimento. Tem-se nesse contexto, as comunidades rurais e os povos indígenas como principais alvos dessas políticas.

Escobar (1996) utiliza o aporte teórico oferecido por Michel Foucault sobre a dinâmica do discurso para caracterizar o que ele denomina de “Invenición del Tercer Mundo”, demonstrando como no processo de “reconstrução”⁴⁷ do pós-guerra, os Estados Unidos e os países euro-ocidentais industrializados construíram as noções de “subdesenvolvimento” e “pobreza”, aplicando mecanismos de controle nas sociedades latino-americanas.

Escobar (1996) utiliza esse recorte teórico-metodológico para apresentar a forma como a noção de desenvolvimento foi construída historicamente e os mecanismos para sua construção.

O discurso e as práticas desenvolvimentistas apresentadas por Escobar se assemelham ao discurso colonial, através do qual as populações atendidas pelos agentes do desenvolvimento são percebidas enquanto segmentos em situação de precariedade necessitando de salvação. Bhabha (1998, p.111) afirma que o discurso colonial:

É um aparato que se apóia no reconhecimento e repúdio de diferenças raciais/culturais/históricas. Sua função estratégica predominante é a criação de um espaço para “povos sujeitos” através da produção de conhecimentos em termos dos quais se exerce vigilância e se estimula uma forma complexa de prazer/desprazer.

Tanto o discurso quanto a prática do PCPR-MA se configuram com base nesse modelo “colonial-desenvolvimentista”, pois descaracterizam as diferenças existentes

⁴⁷Ou construção nos moldes das agências de desenvolvimento.

entre segmentos muito específicos como comunidades rurais, povos indígenas e comunidades quilombolas, pensadas homogeneamente.

A descaracterização sócio-organizacional desses segmentos, que são postos pelo PCPR-MA como marginalizados e carentes de infra-estrutura, tem servido para a legitimação do que Bhabha chama de “sistemas de administración e instrucción”, ou o que Escobar caracteriza como um “regimen de gobierno sobre el Tercer Mundo” (30).

Em torno dos grupos considerados marginalizados, forma-se um aparato de atenção envolvendo especialistas e práticas de controle e administração, no caso em questão da pobreza, visando o “combate”.

A política do desenvolvimento, e, nesse caso, a política de “combate à pobreza” do PCPR-MA, inserem-se num contexto racionalista ocidental que representa a realidade social como objetiva e universal, desprezando as construções sócio-históricas e simbólicas produzidas pelas sociedades.

Os gestores de políticas como o PCPR-MA operam através de uma racionalidade que no plano teórico é classificada por Semprini (1999) como “epistemologia monocultural”. Por essa perspectiva, todas as organizações sociais que fogem do padrão euro-ocidental são lidas como “atrasadas” ou “subdesenvolvidas”.

Semprini (1999) caracteriza essa epistemologia pelo “essencialismo”, “universalismo”, “igualdade” e “objetivismo”, e a põe em oposição à “epistemologia multicultural”, caracterizada pelo “construtivismo”, “relativismo”, “diferença” e “subjetividade”. O mesmo autor percebe que a utilização de uma perspectiva monocultural está enraizada em um padrão universal que descarta qualquer possibilidade de cosmovisões específicas.

No caso do PCPR-MA, os gestores operam com uma concepção universal de “pobreza”. No entanto, cabe questionar que concepção de “pobreza” cada um dos segmentos atendidos pelo projeto tem construído e que variações podem ser encontradas internamente. Quantas concepções de pobreza podem ser encontradas em um estado como o Maranhão, com diversidades regionais e étnicas?

Segundo Semprini (1999, p.33):

O universalismo não é assim somente um engodo, mas uma impostura e violência. Ele pode realizar-se somente eliminando-se a diferença, reduzindo ao silêncio as vozes

discordantes e transformando em obrigação universal o que é somente um ponto de vista particular.

A universalidade vem sendo atacada pelo seu caráter unilateral que despreza a diversidade. Nos moldes de Semprini, Lander (2005, p.26-7)) afirma:

Ao construir-se a noção de universalidade a partir da experiência particular (ou paroquial) da história europeia e realizar a leitura da totalidade do tempo e da experiência humana do ponto de vista dessa particularidade, institui-se uma universalidade radicalmente excludente.

Percebe-se assim, uma continuidade entre o discurso do desenvolvimento e o pensamento evolucionista do século XIX. Sobre o pensamento evolucionista Copans (1974, p.26) afirma que:

Decalcando-se o modelo do evolucionismo biológico, buscam-se os estádios da evolução humana e, em consequência, as sociedades primitivas aparecem como antepassados naturais das sociedades ocidentais actuais. Trata-se de um evolucionismo unilinear, quer dizer, tal sucessão de estádios é necessária e obrigatória: por uma série de transformações passa-se do inferior ao superior.

Nas relações entre o Estado e as *minorias nacionais*⁴⁸ e sociais, o princípio colonizador permanece. Observe-se que, no caso dos povos indígenas, opera o equivalente lógico que os classificou como “sociedades primitivas”, no período áureo do evolucionismo, e como “pobres”, no desenvolvimentismo⁴⁹. Além disso, são percebidos como inferiores política e economicamente e assistidos por programas que “visam” superar tal desigualdade.

A colonialidade (Mignolo, 2003) se apresenta de variadas formas. Por exemplo, através dos conceitos universais (pobreza, subdesenvolvimento, atraso) que impõem a realidades diversas, noções muito particulares e localizadas. Tais noções compreendem

⁴⁸ Kymlicka, 1996

⁴⁹No entanto, sempre passíveis de administração.

um conjunto de práticas que devem ser realizadas como forma de superar estágios e caminhar rumo ao crescimento, desenvolvimento, progresso...

No PCPR-MA, um dos instrumentos utilizados para medir a “pobreza” do público a ser atendido era a renda familiar⁵⁰. Além da renda, salta aos olhos a quantidade de projetos de infra-estrutura (74% do total dos projetos financiados) que foram financiados. A infra-estrutura (energia elétrica, fossa sanitária, estradas, sistemas de abastecimento d’água), oferecida aos atendidos pelo PCPR-MA, estava baseada em uma concepção desenvolvimentista, incluindo também a transposição do modelo de vida urbana à segmentos sociais que podem ter outras necessidades infra-estruturais para sobreviver em seus habitats.

Percebe-se, inclusive, que no PCPR-MA os projetos produtivos (voltados para a geração de renda) e os projetos de infra-estrutura são interdependentes. Ou seja, o Estado tem procurado proporcionar os meios necessários à produção, escoamento e comercialização. Além de buscar “tirar” os segmentos sociais atendidos de uma possível situação de “exclusão”, o PCPR-MA seria uma forma de elevar a produção agrícola e pecuária no Estado, atuando não como um ato filantrópico, mas movido por muitos interesses que estão além do que foi proposto, ou seja, “tirar” os maranhenses da “pobreza”.

3. IDENTIDADE E SUSTENTABILIDADE: NOVOS VIESES NO “COMBATE À POBREZA”

O PCPR-MA deve ser compreendido como um projeto polifônico no que se refere à sua concepção e seus fundamentos. Durante sua execução, sofreu algumas

⁵⁰ A renda per capita a que me refiro é a renda considerada básica pelo Banco Mundial.

modificações, que, particularmente interessam aos propósitos desse trabalho, pois envolvem possíveis⁵¹ mudanças com relação à concepção de pobreza e combate à pobreza e novos critérios de instituição que passam a incluir os povos indígenas na categoria pobreza. Essas modificações que expressam as continuidades e descontinuidades, ou seja, as mudanças de estratégias e os entrincheiramentos no campo de batalha “contra a pobreza” no Maranhão.

As possíveis mudanças ocorridas na execução do PCPR-MA datam do ano de 2001, através da introdução do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA⁵² na avaliação e reformulação do PCPR-MA. O IICA⁵³ atua através de um acordo de cooperação técnica com o Governo do Estado do Maranhão.

A atuação do IICA ocorreu no sentido de introduzir estratégias que pudessem transformar o PCPR-MA em um “projeto melhor”. Uma das estratégias foi orientar as ações a partir dos princípios de sustentabilidade e identidade⁵⁴.

A cooperação técnica do IICA, com relação ao PCPR-MA, iniciou-se através de uma avaliação do projeto. Em entrevista, um interlocutor do IICA⁵⁵ afirma que:

Essa avaliação serviu inicialmente para apontar várias situações, entre... entre as situações levantadas críticas era a de que os segmentos sociais mais fragilizados da sociedade maranhense como os negros, os índios, os pescadores artesanais, mulheres rurais, jovens rurais estavam tendo muito pouco acesso ao Projeto de Combate à Pobreza.

A proposta do IICA foi no sentido de incluir no projeto o que considerava “os segmentos mais fragilizados da sociedade maranhense”. O superintendente do IICA afirmou que:

No final do Projeto de Combate à Pobreza Rural algumas experiências foram feitas no sentido da incorporação desses segmentos sociais, que foram os cursos de Planejamento do Desenvolvimento Municipal Sustentável né, voltado para formar lideranças desses segmentos.

⁵¹ A questão é colocada como uma possibilidade porque algumas mudanças parecem não passar de figura de retórica.

⁵² Segundo representante do IICA no Maranhão, em entrevista concedida dia 27.04.2006, “O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura é uma organização que integra a OEA. O sistema da Organização dos Estados Americanos, é que tem o domínio sobre a agricultura.

⁵³ Doravante sempre que nos referirmos a Instituto, estaremos nos referindo ao IICA.

⁵⁴ Será abordado mais detidamente posteriormente o papel que a sustentabilidade e a identidade assumem no PCPR-MA após a avaliação feita pelo IICA.

⁵⁵ O superintendente do IICA no Maranhão

Um dos pontos apontados na avaliação do IICA referia-se a atuação através do financiamento de subprojetos. Jara (1998, p.251) criticou a execução de subprojetos como o produto final da assistência:

Combater a pobreza mediante qualquer tipo de Subprojeto, sem trabalhar os aspectos invisíveis da realidade humana, é simplesmente uma ilusão.

O superintendente do IICA no Maranhão, também teceu críticas à perspectiva de financiamentos de subprojetos e comentou a necessidade da realização de projetos mobilizadores:

O projeto PCPR leva em consideração que você levando um projeto, você levando um recurso, você melhora imediatamente..., você desenvolve aquela comunidade. E ele (falando de Carlos Jara) levantou que isso é muito complexo, os projetos podem servir se eles foram considerados como projetos mobilizadores, eles podem servir como uma escala para o desenvolvimento, mas não necessariamente eles conseguem sozinhos fazer com que essa comunidade se desenvolva.

A atuação do PCPR-MA, segundo a perspectiva de Jara, deveria ser dirigida para a construção de estratégias de empoderamento das populações atendidas. Sem isso, o projeto não conseguiria ir além do alívio de algumas carências, portanto, não teria a capacidade de garantir autonomia às populações atendidas na condução de seus destinos.

A consultoria do IICA, ressignificou a execução dos subprojetos. Estes passaram a ser financiados após a participação do público alvo em cursos de desenvolvimento sustentável. Segundo o IICA, a escolha dos subprojetos deveria, necessariamente, estar ligada a discussão da realidade local, suas capacidades e necessidades. Jara (1998, p.258) afirma que:

Sem uma intenção pedagógica e promotora de energias políticas, sem ativar o seu potencial transformador, o PCPR será apenas um programa mediocre, conservador de uma cidadania empobrecida.

E acrescenta que (1998, p.258):

A intenção pedagógica é que a escolha de um determinado Subprojeto, dentre várias alternativas, seja definida pelos atores

envolvidos, tradicionalmente excluídos. E isso traduz um investimento na capacitação democrática da população.

Jara destaca uma preocupação com o fator político do “combate à pobreza”, entendendo que um subprojeto não deve reduzir-se ao seu valor econômico (1998, p. 259):

Na medida em que um Subprojeto de “Casa de Farinha” é pensado e executado com o objetivo de produzir farinha, estamos reduzindo a visibilidade do todo, empobrecendo a consciência. Estamos escondendo relacionamentos de dominação, que apagam o exercício da cidadania, tentando convencer os produtores de que estão participando do poder decisório.

A fase final do PCPR-MA foi marcada pela execução desses cursos de desenvolvimento sustentável, realizados para povos indígenas, comunidades quilombolas, mulheres rurais e etc.

3.1 Os “mais pobres dos pobres”

As principais críticas desenvolvidas pelo IICA com relação à execução do PCPR-MA estavam concentradas na eleição do público-alvo do projeto nas estratégias de combate à pobreza utilizadas antes da sua atuação. Para o IICA, o critério que vinha sendo utilizado para eleição do público-alvo, obedecia a um direcionamento do Banco Mundial para todos os projetos de combate à pobreza que financia.

Segundo o IICA, esse critério⁵⁶ poderia deixar de fora “os mais pobres dos pobres”, ou seja, aqueles segmentos que são hoje a prioridade do PCPR-MA. O IICA constrói sua crítica, argumentando que esses segmentos eram “desconhecidos das políticas públicas” (Rodriguez: 2005, p.28).

Essa crítica produzida pelo IICA pode ser questionada considerando-se que após a Constituição Federal de 1988, que se configurou como multicultural, povos indígenas e comunidades quilombolas, principalmente, tiveram assegurados direitos específicos em função de suas particularidades, desencadeando a elaboração de políticas públicas que lhes deram grande visibilidade. Esses segmentos passaram a ser alvo de

⁵⁶O IDH.

uma enxurrada de políticas públicas que se pretendem de respeito às particularidades culturais, mas que assumem um caráter universalista.

No âmbito dessas políticas, as diferenças culturais são percebidas como desigualdades e são estendidas aos segmentos culturalmente diferenciados políticas elaboradas para os chamados “pobres” da sociedade brasileira.

Quando analiso a relação entre o Governo do Estado do Maranhão e os povos indígenas, via políticas de assistência social, Gomes (2004, p.71) observo que:

“As ações de assistência social aos indígenas no Maranhão são extensões de ações elaboradas para segmentos da sociedade maranhense considerados como excluídos. Além de serem extensões das ações pensadas para “excluídos”, as ações se estendem aos mais diferentes povos, às vezes sendo executadas para dois povos ao mesmo tempo, desconsiderando-se as diferenças culturais existentes no que diz respeito à língua, organização sociopolítica, educação, concepções de saúde e doença e etc”.

Ao contrário do que afirmam os gestores do PCPR-MA, os povos indígenas são visibilizados pelas políticas públicas, e a eles tem sido estendidas políticas de caráter universalista e assistencialista.

Alguns exemplos podem servir para ilustrar a inclusão dos povos indígenas nas políticas públicas do Estado brasileiro. Programas sociais dos dois últimos governos federais operaram com a perspectiva da inclusão dos povos indígenas, como o PRONAF, o Bolsa Escola, o Bolsa Família, o Auxílio Maternidade, o Auxílio Idoso, o Viva Luz, o PETI, o Programa Fome Zero, dentre tantos outros.

Um dos principais agentes da reformulação do PCPR-MA, o antropólogo Calos Jara, (IICA) foi o responsável pela construção do Projeto Identidade que deu base à inclusão de comunidades quilombolas e povos indígenas no PCPR-MA.

O Projeto Identidade consistiu em um estudo realizado no ano de 2001, por este antropólogo, em algumas comunidades negras rurais, localizadas nos municípios de Cururupu, Mirinzal, Guimarães, Alcântara, Itapecuru-Mirim, Miranda do Norte, Vargem Grande e Codó, no Maranhão.

O estudo permitiu ao antropólogo contribuir para a reformulação do PCPR-MA, que afirma ter constatado que estas comunidades, assim como, os povos indígenas, as comunidades de pescadores artesanais e as mulheres e jovens rurais, eram os segmentos mais fragilizados da sociedade maranhense, ou “os excluídos dos excluídos”.

Com base nessa constatação, Jara propôs que esses segmentos, fossem prioritariamente considerados no que se refere ao direcionamento dos recursos do PCPR-MA.

O Projeto Identidade ressalta a necessidade de se promover o combate à pobreza associado ao desenvolvimento sustentável, com ênfase no respeito às diversidades étnico-culturais.

No entanto, o projeto adota como referência a igualdade. Isto significa que o atendimento compromete o respeito as cosmovisões diferenciadas do amplo público-alvo do Projeto. Observe o que coloca GEAGRO/NEPE (2004, p.44) com relação à inclusão dos indígenas e quilombolas:

O PCPR-MA estendeu às comunidades negras e indígenas, historicamente excluídas, as mesmas oportunidades oferecidas às demais comunidades interioranas.

A inclusão dos indígenas e comunidades quilombolas⁵⁷ expressa uma idéia de “pobreza”, “fome”, e “subdesenvolvimento”, como substantivos singulares. Dessa forma, o modo de “combate” também deve ser singular e não plural.

O PCPR-MA foi pensado através de um princípio racional e monocultural, ou seja, através de uma “igualdade ilusória”. Semprini (1999, p.93-4) afirma:

Esta igualdade também desconsidera as especificidades étnicas, históricas, identitárias – em suma, a diferença – que torna o espaço social heterogêneo. Cega a estas diferenças, esta igualdade é, na verdade, discriminatória. Enfim, aplicando-se somente a um cidadão ideal e não a indivíduos reais, plenos de subjetividade e de interioridade, a igualdade continua sendo um conceito abstrato, avaliada com base em parâmetros igualmente abstratos e que podem não corresponder às percepções de desigualdade como os indivíduos as experimentam.

Utilizando a metáfora do “jogo” (Lummis, 2000, p.107) sugere que:

⁵⁷Há uma imprecisão do PCPR-MA ao referir-se às “comunidades quilombolas” que às vezes são chamadas de “comunidades negras”, como se representassem a mesma coisa.

Como no caso da igualdade de oportunidades, a idéia de uma igualdade no desenvolvimento mundial pressupõe que todos os seres humanos estão, ou deveriam estar, jogando o mesmo jogo.

Operando com a concepção de igualdade, o PCPR-MA impõe a segmentos específicos normas generalizantes. Impõe regras de um “jogo” que não vem sendo jogado por todos, o “jogo” da busca pelo “desenvolvimento econômico”.

Com relação a esse contexto Lummis (2000, p. 107) afirma que:

Toda aquela multiplicidade fértil de culturas que existe no mundo, e que se desenvolveram (no sentido prévio da palavra) graças ao trabalho e à imaginação da totalidade da história humana, será agora submetida a um único padrão valorativo, e todos aqueles que não se adequarem a esse padrão serão refugados com o juízo mais condenatório que um utilitário pode fazer o de serem inúteis.

Os gestores do PCPR-MA desconsideram os desdobramentos dos subprojetos financiados, que resultam na introdução de novos elementos, acarretando processos de adaptação e mudança em comunidades culturalmente diferenciadas.

Povos indígenas, comunidades quilombolas, mulheres, camponeses, têm todos sido envolvidos no “jogo do desenvolvimento”, que acima de tudo tem dado a esses segmentos a incumbência de produzir, como já foi sugerido anteriormente. Sem esta característica não possuem valor algum.

3.2 Pobreza de saber

A reformulação do PCPR pelo IICA incorporou nova concepção de pobreza e de pobres. Passaram a ser considerados pobres os “excluídos dos excluídos”, ou seja, povos indígenas e comunidades quilombolas, prioritariamente.

A mudança de critério foi justificada com base no argumento de que essas populações, por muito tempo, haviam sido excluídas do direito ao acesso ao conhecimento, à informação e ao poder de voz. Esses grupos são considerados pelos executores do Projeto como marginalizados.

Jara (2001, p.252) classifica os pobres da seguinte forma:

Os pobres são também os não-cidadãos, os excluídos, os discriminados, os subalternizados, os despreparados, os desorganizados, os desqualificados, os desinformados, os desesperados, os clientelizados e os “despoderados”. Essa pobreza política deve ser combatida com prioridade, porque ela é objetivamente funcional para a manutenção das outras pobreza.

Jara propõe uma classificação da pobreza e dos pobres que dê ênfase à pobreza política e de conhecimento. Nessa classificação, o autor tende a adotar postura etnocêntrica. Ao utilizar expressões como (des)preparados, (des)informados, Jara assume uma referência exclusiva e singular do que seria informação e preparo. Significa desconsiderar outras possibilidades.

A classificação utilizada pelo IICA toma, também, como parâmetro para mensuração da pobreza a questão do poder. O IICA atua tendo como princípio o *empoderamento*. Jara (2001, p.256) afirma que:

“Empoderar” significa estimular o fortalecimento das energias políticas, a vontade e o desejo das pessoas para que possam elaborar suas próprias agendas de prioridades, possibilitando a articulação das suas necessidades.

Por essa perspectiva, pobres são os que não estão organizados segundo o modelo político euro-ocidental, e não dispõem dos conhecimentos também produzidos através do paradigma racionalista.

Franco *apud* Nogueira (1991, p.110) destaca que a que a definição de pobreza é relacional e se constituiu no confronto com os que possuem os bens, afirmando que:

Qualquer definição da pobreza está afirmando, explícita ou implicitamente, algo acerca da sociedade. A situação de quem não tem é incompreensível, se não se relaciona com as dos que tem. A pobreza é, assim inseparável da estrutura de poder e das conseqüentes desigualdades.

Dessa forma, nega-se aos considerados pobres, a possibilidade de manifestação de suas formas de organização e de construção de conhecimentos, por tratar-se de formas construídas histórica e socioculturalmente sob outras bases.

Jara (2001, p.256) prossegue a caracterização do modelo de combate à pobreza adotado pelo IICA, destacando a prioridade que assume o “empoderamento” das populações por essa perspectiva:

A erradicação da pobreza rural não pode ser deixada para os mecanismos do mercado nem para o assistencialismo e o clientelismo. É essencialmente uma questão política sustentada no “empoderamento” da população, na organização, capacitação e acesso à informação. É a política que puxa a economia.

A perspectiva do combate à pobreza, aliada ao “empoderamento” das populações, é conceituada por Demo (2000) como “Política Social do Conhecimento”. Para Demo (2000, p. 11):

A política social do conhecimento poderá representar o processo de formação da competência humana de fazer história própria, individual e coletiva, dentro da concepção estratégica do desenvolvimento humano.

A tríade conhecimento, informação e poder é fundamental nessa perspectiva. As situações de diferenças culturais encontradas entre as populações atendidas pelo PCPR-MA são lidas como desigualdades construídas pela carência desses elementos.

Jara (2001, p.272) enaltece a importância da educação e da informação afirmando que:

Por meio da educação e da informação, é possível semear na mente e no espírito coletivo das comunidades uma consciência mais esclarecida, bem como um sentimento de “torcida” dirigido à mudança nos relacionamentos entre atores e classes sociais, e entre a sociedade e a natureza.

A educação formal pautada em saberes construídos a partir da matriz racionalista/ocidental é posta por Jara como um instrumento indispensável para a superação da pobreza. Com isso, desconsidera outros saberes construídos por povos que possuem tradições milenares.

Da forma como é posta a afirmação, o autor considera a educação formal como um único modo de transmissão de conhecimentos e informação. Essa postura adotada por Jara expressa o que D’Angelis (1999) conceitua como “a ditadura da escola”. Ou seja, a imposição da escola como a única forma possível de garantia da sociabilidade.

Cabe questionar que modelo de educação se está propondo? Tratar da educação a partir, apenas, de uma perspectiva libertária é negar que a educação também possui sua face de dominação e de reprodução das estruturas sociais vigentes como destaca Bourdieu (1992).

Retomando o argumento do empoderamento, situado por Jara, pretendo colocar em discussão a inclusão dos povos indígenas vistos como “massa de manobra”, ou “despoderados”. Esses povos possuem suas próprias organizações, através das quais garantem direitos específicos, como no Processo Constituinte, e realizam mobilizações na forma das ocupações de órgãos públicos, interdição de rodovias e ferrovias, visando a obtenção de suas reivindicações.

A questão fundamental que se coloca na concepção de “pobreza” como exclusão do acesso ao conhecimento é a marca da *colonialidade* expressa na idéia de que só existiria um saber. Este deveria ser levado a todos e no bojo desse movimento seriam inculcados os valores sobre o mundo ocidental e sua tecnologia.

3.3 A identidade mobilizando os projetos: “gestão social do território”

A inserção do IICA na operacionalização do PCPR-MA marca uma mudança no paradigma de execução do projeto. Antes, a atuação estava baseada em uma concepção “projetista”⁵⁸, de financiamento de subprojetos para comunidades rurais no interior do Estado.

⁵⁸ Utilizo o termo para designar o período de execução do PCPR-MA em que o combate à pobreza estava associado somente ao financiamento dos subprojetos comunitários.

Essa postura recebeu várias críticas do IICA que considerou que os subprojetos geravam dependência por não contemplarem a *sustentabilidade*⁵⁹. Estariam pautados na concepção clássica de desenvolvimento, ao privilegiar os aspectos econômicos em detrimento dos aspectos sociais, culturais, simbólicos e etc.

A concepção “projetista” está voltada somente para a geração de renda e o aumento da produção, desconsiderando as particularidades locais. O financiamento dos subprojetos era o objetivo em si mesmo.

Os consultores do IICA entendem que sua inserção na execução do PCPR-MA não representou simplesmente a introdução dos “mais pobres dos pobres” como beneficiários no Projeto. Representou a possibilidade de trabalhar as potencialidades locais e o direcionamento das atividades para as potencialidades locais.

O IICA entende que inaugurou o paradigma de “combate à pobreza” através da “*gestão social do território*”. A pobreza, segundo essa perspectiva, é entendida de acordo com o contexto “dos pobres”. Por esse viés, ela não seria naturalizada. Da mesma forma, o “combate à pobreza” ocorreria no território próprio da população atendida.

A execução do PCPR-MA, através do paradigma da “gestão social do território”, constitui-se de forma bastante complexa. No novo contexto, os subprojetos colocam-se como o produto final de um processo que compreende o reconhecimento da realidade local da população atendida, as potencialidades humanas, econômicas, sociais e culturais, as capacidades humanas e etc.

Esse percurso compreende uma fase ligada à montagem dos cursos de planejamento do desenvolvimento local sustentável. Esses cursos representam a principal mudança ocorrida na execução do PCPR-MA. O financiamento dos subprojetos passou a se dar apenas após a realização desses os cursos. Segundo o IICA, essa estratégia permitiria financiar atividades sustentáveis através de eventos educativos voltados para o conhecimento da realidade numa postura crítica.

Segundo Rodriguez (2005, p. 41):

É na análise territorial que a pobreza, que não aparece como natural, dimensiona-se como um problema complexo. Vai além da mediação: constitui uma relação entre os fatores existentes em um território afetado pela pobreza, por exemplo, entre as oportunidades de geração

⁵⁹Principal foco de atuação dos projetos de “combate à pobreza” do IICA.

de renda na economia do território e a dotação dos recursos naturais; ou entre o sentido de pertencimento cultural e o desenvolvimento de tecidos sociais específicos, assim como nos aspectos relacionados com a subjetividade da subalternidade, o que permite compreender como os cenários da pobreza são configurados.

A gestão social do território justifica-se através de um discurso antropológico de valorização das potencialidades locais como forma de construir uma estratégia de desenvolvimento. Rodriguez (2005, p, 28) expõe que:

Foi preciso aproximar-se e aprender com essas populações como elas se estruturam para entender como mudar as suas realidades. Procedeu-se incentivando o mútuo reconhecimento para permitir aflorar a problemática particular de exclusão que vivenciam.

A intervenção do IICA tenta construir um modelo de política pública que privilegie a participação do público a quem de destina. Jara, prefaciando Sousa e Furtado (2004, p. 19), critica as políticas construídas nos escritórios

O enfoque convencional geralmente combina autoritarismo e participação constringida, razão pela qual geram-se experiências fragmentadas, dependentes e insustentáveis.

Apesar da tentativa de construir uma política de “combate à pobreza”, baseada nos valores culturais do “público-alvo”, permanece a utilização de parâmetros ocidentais que conduzirão a mudança dos segmentos atingidos.

Observe-se que acima Rodriguez refere-se à necessidade de “aprender com essas populações como elas se estruturam para entender como mudar suas realidades”, bem como, afirma a necessidade de incentivar o reconhecimento da problemática de exclusão vivenciada pelas populações atendidas pelo PCPR-MA. A que tipo de exclusão a autora refere-se? O que buscam com o incentivo para o reconhecimento da hipotética exclusão?

Como se percebe, há a consideração de que existem diferenças culturais e que estas variam de acordo com territórios. No entanto, o PCPR-MA teria a capacidade de modificar as realidades dos atendidos pelo Projeto.

As diferenças culturais e territoriais existentes entre o público-alvo do PCPR-MA aparecem de forma ambígua, às vezes percebidas como desigualdades socioeconômicas que precisam ser superadas. Em que medida as diferenças são reconhecidas se a proposta é modificá-las? Que sentido os gestores do PCPR-MA dão à diferença cultural?

A despeito do reconhecimento das diferenças culturais entre os segmentos alvos do PCPR-MA e da possibilidade de cada comunidade atendida pelo Projeto eleger o subprojeto de “combate à pobreza” de acordo com suas necessidades, estes devem ser selecionados num elenco⁶⁰ determinado pelo Banco Mundial, que limita a possibilidade de escolha.

A diversidade existente entre os segmentos atendidos pelo Projeto também é desconsiderada quando no Relatório Final do PCPR-MA (GEAGRO/NEPE, 2004, p. 3) coloca-se que indígenas e quilombolas teriam recebido tratamento igualitário com relação aos demais atendidos pelo Projeto:

O público-alvo preferencial do PCPR-MA foram os habitantes das comunidades rurais mais pobres do Estado, com até 7.500 (sete mil e quinhentos) habitantes, [...]. Mereceram igual atenção as populações indígenas e quilombolas ou afrodescendentes.

Em que medida são consideradas as diferenças culturais se as estratégias de “combate à pobreza” são universais? Como compatibilizar o atendimento a diferenças culturais com atendimento igualitário a segmentos muito diferenciados étnico-cultural e nacionalmente?

Além disso, deve-se ressaltar que a *gestão social do território* não adota completamente uma percepção multicultural. Os autores apresentam-na de forma que as diferenças culturais são lidas como desigualdades sociais que devem ser superadas. No entanto, a atuação não se dá apenas através da negação das diferenças, pois em algumas situações o discurso parece mesmo apontar para a existência de diversidades. Parece haver uma superposição da perspectiva da superação da exclusão social sobre a que trata do reconhecimento das identidades.

⁶⁰ Os subprojetos estão divididos entre infra-estrutura, sociais e produtivos.

A *gestão social do território* é justificada pela valorização das capacidades locais, ou seja, pela exploração do “capital humano” para a construção de um projeto de desenvolvimento. Segundo Rodriguez (2005, p. 27):

Hoje se reconhece que o capital humano de uma sociedade – entendido como acervo de conhecimento, informação, capacidades, competências e destrezas que possibilita (sic) o bem-estar humano integral e a sustentabilidade dos processos - constitui o principal fator de desenvolvimento.

As populações locais, por essa perspectiva, são entendidas como populações dotadas de histórias e capacidades. Por essa perspectiva, *a priori* pode-se entender que o público-alvo do Projeto teria contempladas, em todas as fases, suas estruturas sociais e seus sistemas simbólicos, que sempre se encontraram marginalizados com relação aos valores da sociedade brasileira.

Fazendo referência à importância dos territórios para as populações consideradas tradicionais como as indígenas e quilombolas, público preferencial da *gestão social do território*, Rodriguez (2005, p. 42) destaca a relação entre o homem, a natureza e a cultura afirmando que:

A construção cultural de territórios é tão antiga quanto o estabelecimento das primeiras sociedades humanas. Do ponto de vista material, ela é a dotação de recursos naturais – para serem transformados em bens e serviços necessários à vida humana, que condiciona a construção de assentamentos humanos em determinados espaços geográficos e ecológicos. (grifos meus)

E acrescenta que (2005, p. 43):

Há uma dimensão sócio cultural interconectada ao plano material que gera os significados responsáveis pelo sentido à existência e à prática social, o que implica o desenvolvimento de certos padrões culturais básicos que têm manifestações particulares a exemplo das tecnologias, com múltiplas atividades de transformação produtiva; formas de organização e diferenciação social; ideologias; e cosmovisões, que se desenvolvem em interação com o meio, de forma progressiva. (grifos meus)

Observa-se que são consideradas as particularidades socioculturais e simbólicas na construção de território, segundo Rodriguez. No entanto, percebe-se o destaque dado a relação entre território e sobrevivência econômica de um determinado grupo.

Apesar de destacar a necessidade de explorar também as potencialidades políticas e institucionais do público-alvo, o que se sobressai no discurso de Rodriguez é o território como um espaço de dotação de recursos, a perspectiva econômica de exploração desse espaço. A dimensão sócio-cultural aparece condicionada pela prática social, destacando-se a centralidade que o ponto e vista material adquire nesse discurso.

Segundo Rodriguez, a vida social no território aparece condicionada pela dotação de recursos econômicos. Os recursos naturais não são apenas meios de subsistência, mas servem diretamente à construção simbólico-cultural dos grupos.

O discurso da autora, apesar de considerar a existência de elementos simbólicos inerentes à constituição dos territórios, está, principalmente, voltado para os aspectos materiais e econômicos. Os elementos simbólicos não podem ser encontrados apenas através de elementos intangíveis. Uma árvore, uma pedra, um riacho podem ser construídos enquanto elementos carregados de simbolismo e significados que extrapolam os limites da materialidade.

Ramos (1986, p. 13), tratando da importância do território para sociedades indígenas, afirma que:

“Para as sociedades indígenas a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural mas – e tão importante quanto este – um recurso sociocultural”.

O território e sua base geográfica e material não estão a serviço apenas da manutenção das relações econômicas e de sobrevivência como Rodriguez parece sugerir. Também serve de base para a vida sociocultural, mítico-religiosa e etc.

Ainda sobre a centralidade da noção de território como fonte de dotação de recursos, Rodriguez (2005, p.45) afirma:

Observa-se que o território é demarcado tanto pela dotação de recursos do espaço habitado como pelas estruturas e instituições que regulamentam o manejo dos recursos ao exercerem o poder de decisão pela divisão particular do mundo e do futuro. (grifos meus)

E acrescenta que (2005, p.45):

O território é uma construção social e cultural, “o que lhe confere um tecido social particular dotado de uma determinada base de recursos naturais, certas formas de produção, consumo e troca, e de rede de instituições e formas de organização social que lhes dão coesão. (grifos meus)

A idéia de território enquanto espaço de dotação de recursos está sempre presente nas afirmações de Rodriguez, assim como de espaço social construído no qual de que as populações possuem uma relação particular com os recursos de acordo com suas visões de mundo e de futuro.

Nesse sentido, cabe indagar qual seria o sentido da intervenção e da idéia de *gestão social do território*, já que as populações atendidas respondem às demandas de dotação e manejo de recursos de acordo com suas particularidades.

Percebe-se que a concepção de *gestão social do território*, justifica a intervenção⁶¹ que foi produzida através dos subprojetos comunitários. Muitas outras concepções de território poderiam ter sido adotadas, no entanto, a concepção eleita foi a do território como provedor da subsistência de uma população.

Essa concepção pode ser melhor compreendida quando Rodriguez (2005, p. 46) afirma:

A concepção de território como unidade de planejamento e gestão do desenvolvimento permite visualizar as possibilidades de atender as complexas demandas dos assentamentos humanos mediante políticas e estratégias de manejo dos recursos econômicos, culturais e ambientais que sustentam e fomentam a integridade do território⁶². (Grifos meus)

⁶¹Os subprojetos comunitários priorizam atividades produtivas e de infra-estrutura, que segundo o discurso do Relatório Final, está voltado também para dar apoio à atividades produtivas.

⁶²Apesar de destacar que a *gestão social do território* seria uma estratégia de manejo não apenas de recursos econômicos, mas também culturais e ambientais, na prática, os subprojetos privilegiaram o financiamento de bens materiais que servem diretamente à produção. O PCPR-MA financiou subprojetos de eletrificação, agroindústrias, tratores, melhoria de caminhos de acesso, dentre outros.

Sousa e Furtado (2004, p. 81), que participaram da construção da estratégia de *gestão social do território*, procuram destacar a importância da intervenção nos territórios e da introdução de novas atividades afirmando que a *gestão social do território*:

Passa a atuar no espaço rural delimitado por um território e a considerar que as comunidades devem explorar características e potencialidades próprias, na busca de novas atividades que lhes tragam vantagens comparativas de natureza econômica, social, política e tecnológica, numa relação harmoniosa com a natureza tendo a agricultura familiar como instrumento.

Essa gestão é justificada como forma de desconstruir as históricas políticas públicas impositivas, sempre elaboradas dentro de gabinetes, sem considerar as aspirações do público a quem se direcionavam.

Sousa e Furtado (2004), trabalham uma idéia de território diferenciada da de Rodriguez. Valorizam mais o cultural e o simbólico em detrimento do econômico, destacado por Rodriguez. Para Sousa e Furtado (2004, p.56) baseados em Gillardot:

É no território que a população constrói a sua identidade, com seus sentimentos de pertença, expressam seu patrimônio cultural, ou seja, é local em que a sociedade define e gesta seu destino.

Sousa e Furtado (2004, p.55), procuram distinguir *território* e *lugar*, quando afirmam que:

Nem sempre o território imaginado como alvo dos processos de desenvolvimento corresponde ao “local” definido pela vontade coletiva da sociedade local.

E prosseguem a argumentação considerando que (2004, p. 55):

Para evitar o equívoco, Andrade (1995) alerta que o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando mais ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, seja público ou estatal.

Como observado, as perspectivas sobre *território* em Rodriguez (2005) e Sousa e Furtado (2004) em alguns sentidos se diferenciam. Para primeira, o território aparece mais como um espaço de onde se extrai a sobrevivência, ou seja, um espaço de dotação de recursos. Sousa e Furtado procuram ressaltar a multiplicidade de sentidos existente para o termo *território* definindo-se pela noção ligada à idéia de gestão, da forma como coloca Andrade. Sousa e Furtado afirmam que “a abordagem territorial diz respeito à idéia de gestão coletiva de uma área onde se constrói a identidade de um grupo social” (2004, p. 52).

Portanto, apesar de considerar o território como um espaço de construção de identidades coletivas, a noção adotada refere-se ao território como um espaço de intervenção. As perspectivas de Rodriguez e Sousa e Furtado se encontram nesse ponto.

A perspectiva da *gestão social do território*, como uma estratégia de combate à pobreza, tenta perceber a pobreza e o seu combate como algo inerente à questões internas a um determinado território.

Apesar do esforço para demonstrar a construção de uma estratégia de combate à pobreza baseada nas particularidades de cada segmento e de cada território atendido, Andrade⁶³ fazendo a apresentação de Sousa e Furtado (2004, p. 14) refere-se à *gestão social do território* da seguinte forma:

Uma metodologia que busca construir uma propícia visão de mundo para sairmos do isolamento; para começarmos a compreender, não só do ponto de vista racional, mas também sentimental, que somos efetivamente passageiros de um único mundo que interage; que existem problemas nas nossas comunidades possíveis de serem resolvidos com soluções locais, regionais; mas que também existem outros problemas ligados a questões mais amplas, a questões estruturais, a questões internacionais, como a dívida externa e a relação desta com a exclusão social no Brasil, por exemplo. (grifos meus)

Essa afirmação da ex-Secretária de Agricultura do Estado é emblemática, pois consegue expressar a execução do PCPR-MA melhor do que o discurso dos seus gestores e consultores no sentido de valorizar o respeito as particularidades e a exploração das potencialidades de cada território.

⁶³ Ex-Secretária de Estado de Agricultura durante muitos anos da operacionalização do PCPR-MA.

Quando a ex-Secretária afirma que “somos efetivamente passageiros de um único mundo que interage” e observamos os projetos financiados, voltados para a integração dos segmentos atendidos através da energia elétrica, da construção e pavimentação de estradas, etc., percebemos que o PCPR-MA foi concebido de por uma perspectiva universalizante e anti-diferencialista.

A *gestão social do território* parece ter sido uma estratégia utilizada para preparar os segmentos atendidos através dos Cursos de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável, para aceitar as demandas de financiamentos que o PCPR-MA disponibilizava.

A *gestão social do território*, como já foi exposto, diferencia-se por envolver fases como o “conhecimento” do público a ser atendido, a capacitação desse público para o desenvolvimento sustentável e, por fim, o financiamento dos projetos de combate à pobreza.

Cabe aqui tentar compreender de que forma foram construídos os Cursos de Planejamento para o Desenvolvimento Local Sustentável, bem como, seus princípios e fundamentos, e de que forma as particularidades e as territorialidades dos povos indígenas foram atendidas na sua execução.

3.4 A capacitação para o “desenvolvimento sustentável”

O IICA instaurou no PCPR-MA a perspectiva do combate à pobreza aliada ao “desenvolvimento sustentável”. O combate à pobreza seria mais eficaz no seu objetivo final, utilizando a metodologia da capacitação para o “desenvolvimento sustentável”. Uma estratégia que, pelo menos no plano teórico, distingue-se da concepção de combate à pobreza que denominei “*projetista*”.

A ação do IICA esteve voltada para a execução de cursos de desenvolvimento sustentável para os segmentos considerados, pelos gestores do PCPR-MA, “os mais pobres dos pobres”. Esses segmentos são os povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais e mulheres rurais.

A inovação residia na capacitação que os segmentos atendidos recebiam para desenvolver projetos comunitários baseados, teoricamente, nos princípios da sustentabilidade. Essa seria uma forma, segundo os gestores do IICA, de fugir das ações compensatórias que não consideram as potencialidades locais, executando projetos distantes das realidades do público-alvo.

Pela perspectiva do desenvolvimento sustentável, os projetos resultariam de uma escolha comunitária, baseada nas potencialidades locais e no projeto de futuro da comunidade atendida.

Os projetos executados por essa perspectiva atuariam profundamente nas causas da pobreza, não servindo apenas como remediadores de problemas. Além disso, as questões econômicas não alcançariam o protagonismo que possuíam antes. A pobreza a ser combatida através do paradigma da sustentabilidade é também, segundo os gestores, a pobreza de conhecimento, força política e consciência crítica.

Para a execução dessa estratégia de combate à pobreza, outras metodologias foram sendo incorporadas, como a *mediação social* e a *intervenção participativa* dos atores.

O Governo do Estado do Maranhão, em parceria com o IICA desenvolveu 5 (cinco) Cursos de Planejamento para o Desenvolvimento Local Sustentável entre os anos de 1999 e 2004.

Esses cursos foram direcionados a técnicos que trabalhavam com o desenvolvimento rural em instituições públicas e organizações da sociedade civil no Estado do Maranhão, aos povos indígenas, as comunidades negras rurais e as mulheres rurais, conforme o quadro abaixo:

**Quadro 1: referente aos cursos de Planejamento do desenvolvimento
Local Sustentável**

Público Alvo	Ano	Ênfase do Curso
Técnicos que trabalham com o desenvolvimento rural em instituições públicas e organizações da sociedade civil no Estado do Maranhão	1999	Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável

Comunidades Negras	2002	Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável
Povos Indígenas	2002	Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável
Comunidades de pescadores artesanais	2003	Planejamento do Desenvolvimento Rural Sustentável
Mulheres trabalhadoras rurais, camponesas e Agroextrativistas	2004	Equidade de Gênero

Fonte: Rodriguez, 2005

Observe-se que o primeiro curso executado no Maranhão esteve voltado para a formação, no desenvolvimento sustentável, de técnicos governamentais ou membros da sociedade civil envolvidos no que é chamado pelos gestores de “desenvolvimento rural”.

Essa foi uma inovação do IICA, qualificar os gestores de políticas públicas, que são despreparados para o trabalho que lhes compete. Foi dada relevância à formação dos técnicos, principalmente porque o Projeto atuava com povos indígenas e comunidades quilombolas.

Referindo-se a carência de recursos humanos qualificados para o trabalho do com povos indígenas, Souza Lima (2002, p.83) afirma que no Brasil esse problema se amplia para a falta de mecanismos institucionais:

Sabemos há bastante tempo da carência não apenas de pessoal qualificado (...), mas também de mecanismos institucionais de capacitação de pessoal para a ação indigenista, tanto para planejamento e avaliação, quanto para execução direta.

As políticas indigenistas, em geral, têm sido executadas por pessoas desqualificadas para o trabalho com as diferenças culturais e os órgãos não possuem instrumentos burocráticos adequados a esse trabalho.

A tabela acima, construída com base em dados de Rodriguez (2005), aponta que alguns dos cursos não foram classificados como de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável. O Curso desenvolvido para os pescadores, por exemplo, esteve voltado para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Já o curso executado para as mulheres rurais teve como ênfase a equidade de gênero. Rodriguez (2005), ao

apresentar os cursos executados não os diferencia e apresenta uma estrutura única que chama de “características gerais dos CPDLS⁶⁴”.

3.5 A formação das capacidades locais

Os cursos de desenvolvimento sustentável são apresentados pelo IICA como uma estratégia alternativa de combate à pobreza que transcende os aspectos econômicos. Esses cursos teriam o papel de facilitar a formação de “capacidades locais” e o planejamento de alternativas à pobreza, baseadas nas potencialidades dos territórios.

Rodriguez (2005, p. 57) apresenta os CPDLS da seguinte forma:

Os CPDLS são eventos educativos de curta e média duração – entre 10 a 14 semanas. Eles têm por objetivo formar capacidades para facilitar processos de planejamento e gestão do desenvolvimento sustentável nos territórios. Esses cursos capacitam o pessoal técnico que trabalha em instituições públicas, voltadas para o desenvolvimento, como os líderes de organizações da sociedade civil e as lideranças de organizações locais.

Os cursos foram realizados, apesar da ênfase dada aos territórios, fora dos territórios dos participantes. Por exemplo, o curso oferecido aos povos indígenas foi realizado no Centro de Formação Dehoniano de Santa Inês. Observe-se que os cursos eram oferecidos em um período que Rodriguez conceitua como médio ou curto, de 10 a 14 semanas.

Apesar de tentar justificar essa “nova” estratégia de combate à pobreza como respeitadora das diferenças culturais, os CPDLS se caracterizaram pela interferência no cotidiano e nas organizações sociais do público atendido. Refiro-me tanto ao fato de os participantes dos cursos serem retirados de suas atividades cotidianas, quanto ao objetivo do curso de possibilitar mudanças sociais, políticas e culturais.

A estratégia de combate à pobreza do PCPR, fundada na *gestão social do território*, definiu o público a ser atendido sem conhecimento prévio de suas formas de organização social, política e econômica, bem como suas noções de produção e consumo. Esse público foi previamente classificado como portador de formas de organização frágeis e vulneráveis.

⁶⁴ Cursos de Planejamento para o Desenvolvimento Local Sustentável.

A *gestão social do território* cumpriria o papel de transformar essas organizações, tornando-as mais autônomas. A perspectiva da *gestão social do território* se configura através de uma roupagem iluminista, capaz de tirar das trevas todos os segmentos atendidos, através de uma metodologia de capacitação, que visa despertar sua criticidade para que possam se tornar cidadãos.

Para os gestores do PCPR-MA, os segmentos atendidos pelo Projeto, desconhecem suas próprias realidades, cabendo-lhes despertar, via *gestão social do território*, o conhecimento crítico dessas realidades. Sousa e Furtado (2004, p.81) demonstram essa roupagem iluminista quando defendem o processo de capacitação desenvolvido nos CPDLS:

O processo de capacitação busca sensibilizar os profissionais e os comunitários por intermédio das mais diversas formas de comunicação e interação; busca despertá-los para a necessidade de compartilhar ações entre eles próprios e suas organizações para o melhor conhecimento da realidade e de suas próprias potencialidades no sentido de desenvolver a capacidade de atuar influenciando nas políticas.

Observe-se que os autores, nesse caso referem-se a necessidade de conhecimento das realidades, por parte dos atendidos, e do conhecimento das suas potencialidades para influenciar as políticas.

4. DAS “TREVAS” À “LUZ”, DA “POBREZA” AO “DESENVOLVIMENTO”: A AÇÃO DO PCPR JUNTO AOS CANELA.

A principal ação do PCPR-MA entre os Canela, foi a execução do subprojeto de eletrificação da aldeia Escalvado. A escolha desse subprojeto ocorreu como um desdobramento do curso de desenvolvimento sustentável. O processo de decisão sobre a eletrificação da aldeia foi marcado por disputas e tensão interna e pode ser relacionado a um dos principais elementos da cosmologia dos Canela, o mito de Awkhê .

4.1 Os indígenas a caminho do “desenvolvimento”

O CPDLS direcionado aos índios foi o terceiro. Anteriormente tinham acontecido os oferecidos aos técnicos que atuam com desenvolvimento rural e às comunidades negras rurais e quilombolas.

Estes cursos foram realizados através do que o IICA classifica como *mediação social* e da *Intervenção Participativa dos Atores*. Segundo Sousa e Furtado (2004, p. 81), intervenção visa dar “um novo rumo à capacitação como um processo dinâmico e contínuo que conduza a um processo transformador”.

Sousa e Furtado (2004, p. 67) assim caracterizam a *Intervenção Participativa dos Atores*:

A metodologia sugerida: apresenta-se basicamente como uma concepção dialética de trabalho, uma forma de ver a realidade de modo crítico, buscando articular, num processo integral e completo, a participação dos envolvidos (...). Ela tenta superar os aspectos meramente formativos e de capacitação, transformando-se num momento privilegiado de reflexão crítica e sistemática sobre a realidade, no sentido de fazer com que os participantes possam sentir-se como sujeitos do processo de capacitação, construindo com eles a possibilidade de sua atuação, no desenvolvimento territorial/local, como sujeitos conscientes, críticos e interativos.

Essa metodologia sugere um processo de formação dos cursistas aliado a uma tentativa de construção coletiva de estratégias de desenvolvimento territorial baseado em princípios de reflexão. Propõe a superação dos processos de capacitação que não consideram os indivíduos enquanto sujeitos, sendo percebidos como meros incorporadores de conhecimento. Por essa perspectiva, os cursistas contribuiriam para a construção dos currículos e desenvolveriam um senso crítico de suas realidades.

Sousa e Furtado (2004, p. 83) destacam:

A mediação acontece, portanto, por intermédio da participação, tendo em vista a ação conjunta, o senso de responsabilidade, a valorização dos conhecimentos e saberes, o processo de conscientização, a construção coletiva.

A metodologia adotada pelos CPDLS's afirma-se como uma perspectiva construtivista e não impositiva, levando em conta a participação de todos os envolvidos e seus saberes.

No entanto, apesar da tentativa da construção de uma estratégia de capacitação através de uma postura relativista, Sousa e Furtado (2004, p.83) destacam a necessidade de promover intervenções sobre o comportamento e as culturas dos atendidos, quando afirmam que:

Esses aspectos aqui levantados têm a perspectiva do desenvolvimento sustentável e possibilitam uma construção na direção de uma nova postura da sociedade diante dos desafios do presente e do futuro, consistindo num novo paradigma de desenvolvimento. Exigem, portanto, uma mudança em algumas questões culturais e em relação ao comportamento dos indivíduos, sendo fundamental o diálogo e a participação. Implicam um processo educativo de construção coletiva no qual os atores sociais e institucionais são os protagonistas do processo.

A afirmação dos autores aponta para uma perspectiva de intervenção sobre as formas de organização dos povos indígenas, interferindo no processo de histórico dessas sociedades.

Certamente, a capacitação realizada para os povos indígenas proporcionou modificações nos seus comportamentos e culturas. Essa afirmação leva em consideração não somente a “ação pedagógica” exercida pela capacitação, mas seus resultados. Ao final de cada curso, os índios cursistas elegiam, juntamente com suas aldeias, um subprojeto a ser financiado com recursos do PCPR-MA, desde que se enquadrasse nas rubricas infra-estrutura, incentivo à produção ou projeto social.

O povo Canela elegeu dentre as possibilidades postas pelo PCPR-MA, a eletrificação de sua aldeia.

O curso executado para os povos indígenas aconteceu em dois momentos. O primeiro, no período de 09 a 28/09 de 2002⁶⁵ e o segundo, de 07 a 31/10 de 2002⁶⁶.

⁶⁵ *Segmento teórico.*

⁶⁶ *Segmento prático.*

Promovido pela Gerencia de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural – GEAGRO/ Núcleo de Estudos e Projetos Especiais – NEPE, contou com várias parcerias: Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Teve a Coordenação e Execução do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA e o financiamento do PCPR-MA.

Esse curso contou com a participação de 32 indígenas de 24 aldeias. Suas duas etapas, segundo SEAGRO/NEPE (2002 p.1) totalizaram 284 horas:

A primeira etapa com carga horária de 124 horas contou com aulas teóricas e visitas de campo (...). A segunda etapa, constou de uma prática realizada em 08 aldeias, com carga horária de 160 horas (...). Participaram indígenas de sete Etnias/Nações: Krikati, Guajajara, Awá, Gavião, Timbira e Ka'apor.

Sousa e Furtado (2004, p. 86) destacam que antes da realização do curso foram realizadas visitas às aldeias, com vistas a conhecer a realidade indígena e a diversidade de situações. Os autores afirmam que:

Dada a diversidade e especificidade da realidade dos sujeitos participantes do evento, os indígenas são o foco agora, o IICA decidiu, antes, mesmo de iniciar etapa de planejamento do curso, fazer a viagem de reconhecimento em busca de elementos para elaborar a grade curricular com base na realidade e selecionar os participantes junto às comunidades.

A visita de reconhecimento das aldeias teve a duração de duas semanas, quando foram percorridas dezoito aldeias. Um período tão curto de tempo inviabiliza o conhecimento de realidades tão diversas, já que o curso envolveu povos diferentes (Cf. Sousa e Furtado 2004).

A escolha dos cursistas teria ocorrido de forma participativa, nos termos de Sousa e Furtado (2004, p. 87):

Segundo a sugestão dos próprios indígenas, cada aldeia indicou seus representantes por considerar essa forma um processo mais democrático. A equipe de coordenação do curso acatou a sugestão, mas recomendou critérios. Os indicados a participar deveriam falar e escrever em português, ter disponibilidade de se ausentar das aldeias durante sete semanas e, ainda, assumir a responsabilidade de continuar o trabalho.

Pude perceber, em campo, que esses critérios foram cumpridos. Os Canela afirmaram ter escolhido para participar do curso aqueles que possuíam melhor escolaridade e capacidade de lidar com o mundo dos brancos⁶⁷.

Os índios interferiram, inclusive, na elaboração dos critérios de escolha dos participantes. Contestaram a proposição dos organizadores, sugerindo que o processo todo tivesse o controle indígena. Sousa e Furtado (2004, p. 91) destacam que:

A sugestão de indicação de cinco ou seis, para que, entre estes, dois fossem selecionados foi contestada. Os caciques argumentaram que ninguém deveria ser indicado pelas instituições, porque depois “aqueles que não fossem escolhidos iriam passar vergonha diante de todos da aldeia.

Os encaminhamentos propostos pelos executores apontam para seu desconhecimento das regras de representação dos povos indígenas.

A heterogeneidade do público atendido por este curso era reconhecida, pelo menos no nível do discurso, pelos seus executores. Sousa e Furtado (2004, p. 91) colocaram que, além dos índios, alguns funcionários a eles relacionados participaram do curso:

O grupo era bastante heterogêneo. Contava com a participação de técnicos agrícolas, professores, caciques, pajés, chefes de postos e índios com diferentes graus de escolarização.

Cabe observar que a heterogeneidade citada não se refere a diversidade entre os povos indígenas, mas a formação/função dos cursistas.

Os índios influenciaram também na definição da duração do curso. As versões anteriores do curso haviam sido desenvolvidas em períodos que variaram de sete a 14 semanas. Segundo um professor indígena cursista, os índios não aceitaram ficar tanto tempo distante das atividades cotidianas em de suas aldeias e de suas famílias. Sousa e Furtado (2004, p. 91) apresentam essa mudança da seguinte forma:

⁶⁷ Os índios Canela que participaram do curso foram: Fabiana Têhtê, estudante do ensino médio na cidade de Barra do Corda, Roberto Thuner chefe de posto da Funai na aldeia Escalvado, e Armando Prefet, professor indígena.

O desenvolvimento do curso teve de ser reestruturado em módulos de duas semanas, mas intercaladas por uma outra de folga, para que pudessem retornar às suas aldeias. O horário das aulas também teve de ser reajustado e o cardápio, adequado aos seus hábitos alimentares.

Quanto à reestruturação dos horários das aulas e a adaptação dos cardápios, apontada pelos executores, há controvérsias. Consultoras que participaram do curso, uma como instrutora e outra como assistente, informaram que o curso possuía um ritmo intenso de aulas, em dois turnos e de que o cardápio era o mesmo para todos os participantes, desconsiderando o fato que havia povos diferentes e, conseqüentemente, diferentes hábitos alimentares.

Um dos Canela cursista criticou as condições do local onde o curso foi realizado e seu tempo de duração:

Nós sofremo muito lá, passamos dois meses fora da aldeia, sem ver brincadeira... eu sofri muito e muriçoca e também calor. Lá não é como aqui não.

Esse depoimento expressa as condições em que foram realizadas as atividades demonstrando a inadequação do local e do tempo de duração das atividades ao ritmo de vida dos índios, o que provocou incômodo aos participantes.

A primeira etapa do curso consistiu em atividades desenvolvidas em sala de aula, com a presença dos índios e dos professores, no Centro de Formação Dehoniano, em Santa Inês- MA. Esta etapa foi designada, por Sousa e Furtado, como *segmento teórico*. A segunda etapa foi realizada nas aldeias dos cursistas, consistindo no seu autodiagnóstico⁶⁸. Essa etapa foi conceituada por Sousa e Furtado como, *segmento prático*.

Sousa e Furtado (2004, p. 92), assim descrevem o *segmento teórico*:

“A primeira semana do curso ocorreu em sala de aula: Planejou-se um seminário introdutório, com a participação de especialistas no tema, oportunidade em que foram abordados os assuntos: a questão indígena no Brasil e no Maranhão, o contexto nacional e internacional do desenvolvimento sustentável e as políticas de combate à pobreza”.

⁶⁸ Utilizo o termo autodiagnóstico para respeitar o termo utilizado pelos executores do curso. No entanto, o autodiagnóstico foi realizado com base nos parâmetros estabelecidos pelos executores do curso. O autodiagnóstico tinha como objetivo levar os indígenas a identificar as necessidades infra-estruturais das aldeias, como saneamento básico e energia elétrica, por exemplo.

A apresentação da questão indígena no Brasil e no Maranhão foi realizada por uma professora de antropologia da UFMA e abordou informações gerais sobre as políticas indigenistas de educação, saúde e terra, assim como dados sobre a situação das terras indígenas no Maranhão.

Sousa e Furtado (2004, p. 92) destacam que cada dia de aula iniciava-se com o resgate do que havia sido trabalhado no dia anterior, como estratégia para avaliar a apropriação dos conhecimentos pelo cursistas. Destacam que “os resultados não foram muitos animadores”, pois os alunos não conseguiam acompanhar as discussões do curso. Argumentam que:

Os conceitos teóricos pareciam não tocá-los. Daí tomou-se uma decisão radical: o ponto de partida para trabalhar os conteúdos teóricos deveria ser uma vivência, uma dinâmica ou uma experiência concreta, situação do qual pudessem abstrair os conceitos que se pretendia trabalhar.

E acrescentam (2004, p. 92-93) que houve a necessidade de redirecionar as ações:

Resolveu-se, então, mudar a dinâmica do trabalho. A turma foi dividida por etnia para a realização de trabalhos em grupo, porque, assim, haveria a possibilidade de trocas mais próximas entre pares, da tradução para a língua nativa, o que garantiria o entendimento e a associação imediata com situações de seu cotidiano, fosse para confirmar ou rejeitar as idéias em pauta” (...). A solução foi sair da sala de aula e incluir visitas, músicas, eventos culturais, danças, fogueira, moqueada (sic), lazer, como eventos não só integrantes, mas motivadores dos conteúdos curriculares.

Os executores consideravam que a dificuldade de compreensão dos conteúdos localizava-se apenas em uma questão de diferenças lingüísticas, desconsiderando que representam também diferenças de lógicas e de visões de mundo. Acreditavam que a tradução das palavras possibilitaria a compreensão dos seus sentidos.

Ao se referir às dificuldades dos indígenas de comunicação através da “expressão verbal”, Sousa e Furtado (2004) se referem ao uso da Língua Portuguesa. Essa atitude mais uma vez expressa a postura colonialista do PCPR-MA. Seus gestores impõem a Língua Portuguesa como língua principal e única possibilidade de expressão verbal em um curso que agrega povos que possuem línguas próprias.

Ao *segmento teórico* sucedeu-se o *segmento prático*, que consistiu no levantamento das prioridades das aldeias. Nessa fase, os índios foram acompanhados pelos *monitores* que atuavam como auxiliares no diagnóstico que os indígenas realizavam sobre as necessidades infra-estruturais nas suas terras.

Sobre o *segmento prático*, Sousa e Furtado (2004, p. 210) esclarecem:

A segunda etapa, o trabalho de campo, constou de prática realizada em sete aldeias, com carga horária de 160 horas, e foi realizada de 7.10 a 1º. 11 de 2002.

E acrescentam que (2004, p. 110):

O objetivo desse trabalho foi realizar, na prática, um autodiagnóstico para a análise crítica da realidade e desenvolver nos participantes a capacidade de articulação dos dados levantados com a proposta de ações auto-sustentáveis, que culminam com elaboração de uma agenda de prioridade.

O trabalho com os povos indígenas acabou sendo realizado de forma diferente da programada. A proposta era agrupar os indígenas por região, ou seja, através da perspectiva da *gestão social do território*. Um território, nesse caso, representaria um espaço coletivo de intervenção onde seria desenvolvido um sentimento político de solidariedade entre grupos, que segundo a visão desses gestores, possuíam posição sociopolítica semelhante.

Ao tentar construir um território que conseguisse incluir todos os povos indígenas envolvidos no curso, o PCPR-MA desconsiderava o fato de que cada povo indígena possui sistema político próprio e se relaciona de forma diferenciada com a sociedade brasileira. Por outro lado, a representação de território para os indígenas era diferenciada, elementos que só foram percebidos pelos gestores, durante a realização das atividades.

Tentar construir um único território facilitaria aos executores a realização de seus objetivos, pois unificaria as atividades. No entanto, representaria uma total incompreensão dos processos sociais pelos quais passaram esses povos, desconsiderando até mesmo as suas rivalidades.

Sousa e Furtado (2004, p. 95) afirmam que:

Logo o reconhecimento da realidade mostrou que território para eles dizia respeito a cada aldeia em particular, mesmo em relação àquelas de uma mesma etnia. Assim não se poderia fazer o trabalho intercomunitário.

O reconhecimento da impossibilidade da utilização da estratégia intercomunitária só ocorreu após o trabalho ter sido realizado nesses moldes, em sete aldeias. Essa prática contradizia, inclusive, os princípios de etnodesenvolvimento postos como inspiradores do curso. As particularidades locais estavam sendo desconsideradas pela pretensão dos executores agrupar indivíduos que possuíam situações sociopolíticas e culturais diferenciadas

As atividades realizadas durante o *segmento prático* foram semelhantes para afrodescendentes e índios, conforme apontam Sousa e Furtado (2004, p. 110):

As atividades foram as mesmas realizadas com os afrodescendentes e a seqüência, semelhante, variando conforme a realidade de cada aldeia. Foi clara a preferência natural pelos desenhos⁶⁹, atividade em que se revelaram muito bons. Aqui merecem destaque os desenhos do presente, passado e futuro, nos quais mostram bem as aldeias em diferentes momentos, o que, pela expressão verbal, não conseguiam comunicar com clareza.

Um dos momentos fundamentais desse *segmento* foi a realização do *autodiagnóstico*. Sousa e Furtado (2004, p.111) destacam que:

O autodiagnóstico consistiu no levantamento da realidade feito pela própria comunidade, momento em que todos refletiram sobre sua origem, quem eram, o que tinham e para onde queriam ir.

É importante ressaltar que o autodiagnóstico era realizado através de *fichas de orientação* concedidas pelos executores do curso. Ou seja, o diagnóstico era feito pelos indígenas, mas sob proposta e orientação dos executores. Dessa forma, os rumos do diagnóstico eram dados pelos interesses de quem executava o curso e não dos indígenas.

Sousa e Furtado (2004, p. 113) assim apresentam a dinâmica do *autodiagnóstico*:

⁶⁹Já foi constatada por mim tal preferência dos indígenas pela expressão através de desenhos. Apesar de não considerar como Sousa e Furtado, que seja uma preferência natural.

Essa pesquisa sempre começava com um passeio, em grupo, pela aldeia, para que seus integrantes reconhecessem seu ambiente contassem suas histórias e fossem tomando consciência e, ao mesmo tempo, percebessem que antes muitas coisas eram vistas, porém sem um olhar mais crítico.

O *autodiagnóstico* era utilizado como uma forma de levar os indígenas a perceber suas realidades sob um ponto de vista diferente, inspirado nas noções de “carência” ou “pobreza” que inspiraram a execução do PCPR-MA.

O objetivo do *autodiagnóstico* era o levantamento das condições infra-estruturais das aldeias. A caracterização geral das aldeias, a partir de levantamentos realizados pelos indígenas, com das *fichas de orientação*⁷⁰ possibilitou a elaboração da sistematização abaixo, elaborada por Sousa e Furtado (2004, p. 114):

Em geral, as aldeias trabalhadas sobrevivem do cultivo da roça tradicional (toco), cujos tratos culturais constam apenas da capina, sem nenhuma assistência técnica especializada. Esse cultivo é de base familiar e produz apenas para o consumo, não sendo o seu produto, na maioria das vezes, suficiente para se manterem de um ano para o outro (...). As escolas existentes nas aldeias funcionam em condições precárias e oferecem o ensino de 1ª à 4ª série multisseriada (...). A energia elétrica monofásica e a energia solar existem somente em algumas aldeias, o que não ocorre com o sistema de telefonia pública (orelhão), que existe em quase todas as aldeias. Não há banheiros (privadas) e as fezes são depositadas a céu aberto. Há fossas sanitárias apenas nas escolas, nos postos de saúde e nos postos da Funai, mas essas instituições nem sempre existem nas aldeias. O lixo, em sua maioria, fica, espalhado pelas aldeias. Não existe sistema de coleta ou tratamento de lixo. O que há é a incineração praticada por somente algumas pessoas.

O diagnóstico pautou-se em elementos como condições sanitárias, existência de eletrificação nas aldeias e formas de realização das atividades produtivas, referências que indicam a *colonialidade do saber*, expressa na tentativa de impor concepções de infra-estrutura e organização social a povos diferenciados. O diagnóstico buscou disciplinar percepção dos povos indígenas sobre suas realidades.

A ausência dos elementos listados na ficha era considerada por Sousa e Furtado (2004, p.116) como indicativo de “problema” a ser solucionado. Para tanto, era construída uma *agenda de prioridade*. Sousa e Furtado (2004, p. 116) relatam que:

⁷⁰ Elaboradas pelos consultores do CPDLS.

“Após o levantamento dos problemas por área e sua priorização nas aldeias, os alunos do curso sistematizaram os problemas numa única lista, por ordem de prioridade, estabelecida de acordo com a votação realizada na aldeia e selecionaram os considerados mais sérios, por intermédio da técnica das carinhas. Em seguida, foram levantadas as possíveis soluções e ações ou projetos que deveriam ser viabilizados para solucioná-los, o que veio a constituir a Agenda de Prioridades, trabalhada por aldeia”.

A realização das atividades conduziu, finalmente, à fase da “escolha” dos subprojetos a serem financiados às aldeias. Os subprojetos financiados pelo PCPR-MA priorizaram elementos infra-estruturais e produtivos como forma de alavancar os índices de desenvolvimento do Estado.

Os subprojetos eleitos pelos indígenas, ao final do curso, indicam os limites aos quais a escolha esteve submetida.

QUADRO 2: SUBPROJETOS ELEITOS PELOS ÍNDIOS

Subprojeto	Quantidade
Eletrificação rural	09
Campo agrícola	07
Melhoria de campo agrícola	06
Melhoria de habitação	06
Trator	02
Piscicultura	02
Agroindústria	01
Vacaria	01
S. S. A. D ⁷¹	01
Total	35

Os subprojetos priorizam elementos de nossa sociedade, frequentemente utilizados como indicadores de “desenvolvimento”. Por exemplo: eletrificação, aquisição de equipamentos agrícolas, agroindústria, campos agrícolas, saneamento.

O maior número dos subprojetos está concentrado no que está sendo chamado de eletrificação rural. Nesse caso, coloco em questão, principalmente, a condição de sustentabilidade, um dos objetivos do curso. A eletrificação implica o pagamento do consumo de energia, acarretando novos custos para os índios. A projeção desses desdobramentos não consta das propostas.

Outros subprojetos dizem respeito a implementação de campos agrícolas, ação que já vem sendo desenvolvida pelo governo do Estado, sob o argumento de que são um forte instrumento de desenvolvimento. Esse discurso parece estar sendo incorporado

⁷¹Sistema de Saneamento e Abastecimento d’Água.

pelos indígenas. Observa-se que 13 dos 35 subprojetos são de implantação e melhorias de campos agrícolas.

Outro tipo de subprojeto que merece atenção é referente ao financiamento para aquisição de trator. A utilização desse instrumental requer qualificação para operação e recursos para sua manutenção, que não são previstos no projeto.

Projetos como os de “melhoria de habitação” também sugerem uma reflexão no que se refere à sustentabilidade. Em princípio, cabe questionar o que está sendo chamado de “melhoria de habitação” e articular essa questão a outra que seria em que medida a “melhoria das habitações” pode significar desenvolvimento sustentável.

A retórica da sustentabilidade perpassa todo o relatório dos consultores. Já em sua apresentação SEAGRO/NEPE,(2002,p. 2) está posto:

Enfim, espera-se que o curso tenha lançado uma semente para a conquista da autonomia dos indígenas, para a sua auto-sustentação, para que os povos indígenas possam ser “eles mesmos”.

A perspectiva de desenvolvimento adotada pelo PCPR-MA, apesar de utilizar-se da retórica da sustentabilidade, prioriza o desenvolvimento econômico através da geração de renda que os subprojetos implantados possam produzir, sem refletir sobre os desdobramentos que possam trazer aos beneficiários.

Várias ações indigenistas no Brasil, hoje, estão voltadas para projetos de desenvolvimento sustentável⁷² que procuram agregar a geração de renda à proteção ambiental, aos recursos disponíveis nas terras indígenas e ao reflorestamento. A experiência desenvolvida no Maranhão não poderia ser enquadrada nesse viés. Está muito mais próxima da perspectiva clássica de “desenvolvimento”.

A atuação do Estado do Maranhão com os povos indígenas tem sido estabelecida nos moldes de um paradigma conquistador que subsiste através da história e que se utiliza do discurso recorrente do desenvolvimento e do progresso, prometendo propiciar aos indígenas “os instrumentos típicos do progresso e do bem-estar”⁷³ .

⁷² Cf. vídeo referente ao III Seminário de Sustentabilidade Econômica e Ambiental dos Povos indígenas do Oiapoque, produzido pelo Laboratório de Imagem e Som em Antropologia da FFLCH-USP e Museu Koahi Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque Artes Ciencia e Tecnologia. O Seminário foi promovido pelo Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP, pela ONG The Nature Conservancy, Fapesp, CNPq.

⁷³Essa expressão foi retirada do relatório de viagem da SSI do dia 14.04.2003.

Viola (2000) discute a noção de *desenvolvimento* e apresenta como foi sendo construída ideologicamente pelas grandes potências econômicas. Além disso, demonstra como, por muito tempo, ela esteve indissociada do desenvolvimento econômico.

A idéia de desenvolvimento ganha força após a II Guerra Mundial através da ideologia das grandes potências econômicas capitalistas, que precisavam reorganizar as suas economias abaladas pela guerra.

As economias capitalistas industrializadas entendiam ser sua responsabilidade levar o desenvolvimento às nações “atrasadas”, através da industrialização, que acarretaria o desenvolvimento econômico, e, posteriormente, a criação de condições de desenvolvimento social.

Viola, 2000, p.11 afirma que:

O conceito de desenvolvimento tem se convertido em uma palavra-fetiche (...), tem sido um dos conceitos do século XX mais densamente imbuído de ideologia e prejuízos.

Esse autor ressalta, dentre os prejuízos que mais tem contribuído para caracterizar a concepção de desenvolvimento, (...) o economicismo e o eurocentrismo (p.11). A concepção de desenvolvimento em construção estava baseada na forma como os Estados Unidos e a Europa a concebiam. Esses países passavam por um processo de reconstrução e industrialização, e, portanto, necessitavam dos países considerados subdesenvolvidos para subsidiar o seu desenvolvimento, com o fornecimento de matéria-prima a baixo custo.

A partir da década de 1970, observou-se que o processo só era vantajoso para as potências industrializadas. O processo de desenvolvimento havia aumentado a distância econômica entre os países pobres e os países ricos, além de ter acirrado os problemas internos dos países pobres.

A concepção de desenvolvimento, ao partir da industrialização como referência universal, desprezava as variáveis culturais. As particularidades eram todas submetidas ao modelo universal de desenvolvimento, que visava a manutenção do poder econômico dos países capitalistas desenvolvidos.

Como as promessas de desenvolvimento não se concretizaram, pesquisadores começam a repensar a noção de desenvolvimento, buscando desconstruir o conceito que estava intimamente atrelado à variável econômica.

Viola (2000, p.18) fala de uma “descolonização da mente” que permitiu a percepção do desenvolvimento de forma particularizada, levando em consideração os aspectos culturais locais. Com o intuito de desconstruir a idéia de desenvolvimento como desenvolvimento econômico, “a UNESCO passa a considerar a ‘dimensão cultural do desenvolvimento’” (Viola, p.21).

Entram em cena os conceitos de “desenvolvimento sustentável” e “etnodesenvolvimento”.

Stavenhagem propõe o conceito de “etnodesenvolvimento”, para expressar o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade (apud Azanha, 2002 p. 31).

O etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo os seus interesses.

Trata-se de uma concepção de desenvolvimento que se constrói de modo particular e localizado, com base nas referências próprias de cada cultura.

A concepção de desenvolvimento sustentável refere-se ao desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras. O desenvolvimento sustentável representa um processo de mudança, no qual a exploração de recursos, a dinâmica dos investimentos e a orientação das inovações tecnológicas e institucionais são feitas de forma consistente com as necessidades atuais e futuras de um povo (Svedin, apud Sachs, 1990).

Dessa forma o conceito de desenvolvimento sustentável abarca uma nova consciência dos limites e da fragilidade dos equilíbrios ecológicos globais, um enfoque do desenvolvimento sócio-econômico orientado para a satisfação de necessidades básicas e o reconhecimento do papel fundamental que a autonomia cultural desempenha nesse processo (Sachs, 1990).

Alguns autores criticam as adjetivações que termo desenvolvimento tem recebido. Viola (2000) destaca que apesar do acréscimo do termo “sustentável”, a noção

clássica de desenvolvimento voltado para o crescimento econômico permanece como princípio orientador. Escobar (1996, p.368) reforça que a adjetivação que o termo desenvolvimento recebe não exclui antigas preocupações do desenvolvimento clássico:

El discurso del desarrollo sostenible redistribuye muchas de las preocupaciones del desarrollo clásico: necesidades básicas, población, recursos, tecnología, cooperación institucional, seguridad alimentaria e industrialismo, son términos que aparecen en el informe Brundtland, pero reconfigurados y reconstruidos. (Grifos meus)

Os termos grifados na citação acima podem ser facilmente identificados na execução do PCPR-MA. Escobar (1996, p. 363) prossegue expondo o desenvolvimento sustentável como uma herança da racionalidade ocidental, destacando que:

*Nuestro futuro común*⁷⁴ presentó la estrategia del desarrollo sostenible como la gran alternativa de finales de este siglo y comienzos del próximo. El desarrollo sostenible haría posible la erradicación de la pobreza y la protección del medio ambiente em outra gran hazaña de la racionalidad occidental.

O PCPR-MA opera com essa noção de combate à pobreza associada ao desenvolvimento sustentável. No entanto, permanece nessa atuação a prevalência dos valores racionais ocidentais de crescimento econômico e lucratividade.

Freitas (2003, p. 165) destaca que a noção de sustentabilidade está ligada a processos de colonização promovidos pelos países europeus, afirmando que:

As origens da noção de sustentabilidade estão correlacionadas com a expansão da hegemonia europeia nos continentes asiático, africano e americano. A ciência, a religião e a política, associadas com a economia, moldaram os processos civilizatórios instalados nessas regiões.

Para Freitas essas nações hegemônicas teriam criado uma face virtual da sustentabilidade baseada na noção de acessibilidade a “políticas públicas necessárias” (Freitas: 2003, p. 174). Para esse autor (2003, p. 175):

Essa face virtual da sustentabilidade, é revigorada pela ação dos modelos econômicos e dos governos hegemônicos em dimensão global. Em geral, estes governos reforçam a ideologização binária, discriminatória e etnocêntrica do tipo: ocidente-oriente; norte-sul;

⁷⁴ O termo em itálico representa o título do Informe de Brundtland (1987), documento que resultou da reunião da Comissão mundial do meio ambiente e desenvolvimento, convocada pela ONU e presidida pela primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland.

pobre-rico; desenvolvido-subdesenvolvido; avançado-atrasado, responsável-irresponsável, típica de processos colonialistas.

A noção de *combate à pobreza* associada ao desenvolvimento sustentável, posta em prática pelo PCPR-MA, atua nesses moldes, pondo em oposição pobres e ricos, desenvolvidos e subdesenvolvidos, avançados e atrasados. Essa noção de sustentabilidade põe em relevo a prevalência dos modelos hegemônicos das culturas ocidentais sobre as culturas que adotam outras cosmovisões. A sustentabilidade é realizada de acordo com os padrões hegemônicos.

4.2 Uma ponte entre “dois mundos? A implantação da energia elétrica entre os Canela

A energia elétrica foi implantada na Aldeia Escalvado, dos Canela, por intermédio de um subprojeto financiado pelo PCPR-MA. A eletrificação foi solicitada pelos indígenas dentre as possibilidades oferecidas pelos financiadores do PCPR-MA. O subprojeto foi elaborado por uma Associação indígena, a Canela Karoké⁷⁵, criada especificamente para este objetivo.

A rede de energia elétrica foi instalada na aldeia no dia 16 de julho de 2004 e os medidores do consumo de energia foram colocados no dia 11 de abril de 2005. A rede de energia atinge praticamente toda a aldeia. Das casas 150, segundo levantamento realizado por mim no dia 13 de Novembro de 2006, 147 possuem energia elétrica.

Aqueles que ainda não foram atendidos pelo projeto manifestam interesse em ser incluídos. Um dos entrevistados tentou utilizar-me como mediador junto ao administrador do núcleo Canela na FUNAI, para que fosse instalada a energia elétrica em sua casa.

Cabe ressaltar que o pedido de mediação partiu de um Canela que, por ocasião do processo de instalação da energia elétrica na aldeia, mudou sua casa de lugar para que não fosse incluída no circuito da rede elétrica. Nesse momento manifestava-se contrário a eletrificação, posição que foi alterada após ser conquistado pelo fascínio da nova *luz*.

⁷⁵ A aprovação dos subprojetos estava condicionada à elaboração destes por associações indígenas.

Após a implantação da energia elétrica, tem sido crescente a aquisição de aparelhos eletrodomésticos pelos Canela. Dados levantados por Jojo Canela, em 04 de outubro de 2005, apontam a existência de 116 desses aparelhos. Levantamento que realizei em novembro de 2006 contabilizou 137 aparelhos eletrodomésticos⁷⁶.

A maior quantidade de eletrodomésticos e eletrônicos presentes na aldeia está concentrada nos aparelhos de TV e nas antenas parabólicas⁷⁷. O número de televisores praticamente dobrou em um ano, de 24 em 2005 saltou para 40, em 2006.

Pude perceber o deslumbramento dos Canela com a televisão, principalmente, por parte das crianças, que quando não estão na escola ocupam boa parte de seu tempo na frente da TV, assistindo principalmente os programas de desenhos infantis e novelas ao final da tarde e à noite.

4.2.1. Gerações em confronto: o caminho do branco e o caminho do índio

O processo de escolha da instalação da energia elétrica na aldeia Escalvado, foi realizado através de dinâmicas ocorridas por ocasião do CPDLS Indígena. Durante a fase conceituada como *segmento prático* foi feito o *autodiagnóstico*, conforme especificado anteriormente, quando os indígenas levantavam os “problemas” da aldeia e os encaminhamentos para sua solução.

O técnicos do Governo do Estado do Maranhão que acompanharam o autodiagnóstico colocaram-se, segundo o cacique da aldeia, de forma aberta a acatar as decisões dos Canela quando afirmavam: “*o Estado tem... ta de braços aberto pra entregar o projeto, de qualquer um projeto que a comunidade, né, concordar*”.

Os indígenas resolveram que a energia elétrica seria o subprojeto a ser implantado na aldeia. Segundo pude perceber em seus relatos, a escolha deste subprojeto deveu-se, em grande parte ao fascínio que a luminosidade, proveniente da energia elétrica, exercia sobre eles quando estavam na cidade. Um professor indígena afirmou:

Sobre energia elétrica lá na aldeia né, porque nós achamos interessante a energia, porque quando a gente vai pra cidade, a gente

⁷⁶Conforme tabela em anexo III.

⁷⁷Os aparelhos de TV praticamente não funcionam sem as antenas parabólicas, pois as imagens não podem ser bem sintonizadas sem ela.

fica no claro a gente vê aquele luz, a gente não vê inseto andando no chão, então a gente ficou, ficamos invocado.

Outro professor Canela, discorrendo sobre a importância da luminosidade, afirmou:

Importante porque a gente veja a luz, porque quando a gente vê alguma pessoa que anda à noite, porque a gente enxerga longe. Quando a gente quer escrever alguma coisa. No tempo da festa do nosso cultural porque a gente ilumina, porque a gente precisa mostrar a nossa tradição.

Nesse depoimento são acrescentados outros elementos, como a possibilidade de à noite enxergar a uma distância maior, poder escrever e dar mais brilho aos seus rituais.

Outros argumentos em favor da energia elétrica reforçam a possibilidade de melhor locomoção dentro da aldeia, especialmente no que se refere a identificar animais peçonhentos e evitá-los, como se observa na fala de um Canela que se autodesigna como liderança:

Há muito tempo nós vinha sofrendo na escuridão...algumas pessoas saía de noite, não via cobra, pisava em cobra... era um sofrimento muito grande.

A seleção inicial, feita por ocasião do CPDLS foi de certa forma referendada por discussões realizadas na aldeia, numa dinâmica que alguns apontam ter tido a participação de todos. Isso não significa, no entanto, que a decisão tenha sido consensual, apesar da tentativa de construção do consenso por alguns Canela. Pude observar que a discussão foi marcada por uma tensão entre o fascínio pela energia elétrica e o temor pelas conseqüências que essa pudesse trazer.

A tentativa de construção do consenso pode ser observada na fala de um professor Canela:

Com muitos diálogos e com muita discussão os mais velhos começaram a entender, e união. Até que a comunidade indígenas todos entraram em acordo e chegaram a conclusão... diagnóstico, então foi assim.

Expressa, também, que todo o processo de discussão da energia foi realizado no sentido de convencer os mais velhos sobre a necessidade de implantação da eletricidade na aldeia.

As informações colhidas na aldeia sugerem que todas as discussões centralizavam-se apenas na aceitação ou rejeição da energia elétrica, descartando qualquer possibilidade de escolha de outro subprojeto, como por exemplo, a melhoria de estradas.

Observa-se que a escolha da eletricidade entre os Canela, além de ter se dado através de discussões internas, configurou um campo de disputas ideológicas entre agentes externos. De um lado, os que têm o poder de promover a transformação dos segmentos atendidos, utilizando-se de um discurso colonialista que considera poder garantir o bem-estar dos outros. Do outro lado, agentes que os Canela identificam como “indigenistas”, mas que pude perceber serem pesquisadores que com eles convivem. Os primeiros, fazendo a apologia do progresso via instalação da energia elétrica. Os segundos, alertando para as influências negativas que uma transformação desse porte poderia acarretar aos Canela.

Os discursos favoráveis a instalação da energia elétrica destacavam o que representavam como melhoria da vida na aldeia. Um dos aspectos destacado diz respeito à facilidade que ela traria para a realização de algumas atividades cotidianas. Atividades que afirmavam ser cansativas, como, por exemplo, pegar lenha para fazer fogo, para iluminar as casas e a aldeia, poderiam ser suprimidas:

Todo dia cê tem que pegar lenha, fazer fogo pra acender dentro de casa, e, sempre acendia o fogo lá no pátio, já... já foi muito tempo pra cá, então todo mundo concordou que energia ele pode ajudar muitos, então ela, não foi assim, puxando energia sem combinação, claro foi bem combinado, isso não atinge nada da cultura, porque a cultura dos Canela, ela é viva ainda, ela ainda é dez, quero dizer, então, por isso que todos os velhos, mais idoso, os jovens se combi..., se combinou, mulheres, então, por isso que puxou energia, não foi nada, uma pessoa falando e trazendo energia, então, isto que foi, que foi feito.

O atual cacique da aldeia Escalvado reforçou que a escolha da energia elétrica teria se dado para facilitar a vida na aldeia, afirmando que:

Os jovens já cansados de ta buscando lenha lá na mata, e trazia, fazia fogo... no outro dia fazia a mesma coisa. Então, nós, é, pedimos um projeto de energia pra ta lá no aldeia né, e isso, é o que a gente sempre falou, reunião durou mais de duas, três semana pra analisar, então foi assim.

Esses discursos destacam o processo de discussão que precedeu a decisão. Reforçam que as discussões teriam envolvido toda a aldeia, com a participação de jovens, idosos e mulheres. Os indígenas entrevistados destacam que a principal preocupação no processo de escolha da energia elétrica estava relacionada aos efeitos que poderiam advir para a aldeia, devido a influência de informações trazidas pela TV, pelos aparelhos de som, DVD e etc.

Essa preocupação, embora presente nas discussões, não foi suficiente para arrefecer o interesse pelo projeto. Um professor indígena expressa bem a tensão que marcou as discussões e a forma como, apesar de não haver consenso, a decisão foi tomada:

Aí de repente apareceu uma história sobre a energia, então nós aceitamos a chegada de energia. Então, do outro lado eu pensei, nós a comunidade pensamos bastante e nós já falamos sobre a cultura, a tradição... se num vai impedir, se num vai atrapaiá, mas todo mundo ficamo de acordo que a energia é uma coisa de benefício pra aldeia, então acho que até agora ninguém num ta encontrando mal né, nenhum erro, nada né. Tem alguma pessoa pode falar, mas é só isso.

O dilema entre ter as “coisas do mundo dos brancos” e manter a identidade Canela, expresso no discurso do professor Canela, também foi discutido por Sá (2006) quando trata da questão do retorno, para as aldeias, dos indígenas que estudam em centros urbanos.

Sá (2006) destaca que há uma representação dos Canela sobre os estudantes urbanizados como potenciais interlocutores com a sociedade majoritária. A tensão manifesta-se devido ao temor em “perder a identidade”. Buscam administrar a necessidade de apreensão dos conhecimentos sobre “o mundo dos brancos” e a manutenção dos seus valores culturais.

A referência ao fato: “de repente apareceu uma história sobre energia” parece sugerir que a discussão sobre a implantação da energia teria sido posta de forma repentina. No entanto, há informações de outros pesquisadores⁷⁸, de que a energia

⁷⁸ Cf. Folhes, 2004. Jonaton Silva Júnior, em conversas informais, por várias vezes referiu-se a esse projeto como pretensão de algum tempo dos Canela.

elétrica já era uma pretensão antiga dos Canela. A eleição da energia elétrica pelos Canela parece ter significado uma estratégia para realizar essa aspiração. Apropriaram-se da oportunidade oferecida pelo PCPR-MA para efetivar um interesse antigo.

Há informações de que os Canela vinham sendo estimulados a solicitar a implantação de energia elétrica por funcionários da FUNAI de Barra do Corda – MA. Folhes (2004, p.39) destaca que, numa das reuniões que presenciou na aldeia Escalvado, por ocasião da chegada do antropólogo William Crocker⁷⁹, a fala realizada pelo administrador do Núcleo Canela na FUNAI de Barra do Corda, apontou como conquista sua a execução de vários projetos entre os Canela, inclusive a instalação da energia elétrica:

Aproveitou a oportunidade e mencionou os projetos que havia conseguido para o benefício dos índios canelas, como o trator e a luz elétrica, a ser instalada em breve, assim como o projeto de piscicultura, da padaria para atender aos estudantes na cidade e, dos “setores de roça”, para dar condições de plantio para todo o ano às famílias.

Todos os entrevistados demonstraram que o processo de escolha do subprojeto realizou-se através de muita discussão e cautela com relação aos possíveis efeitos da eletricidade na aldeia. Além disso, destacaram o confronto entre as opiniões dos mais jovens e dos mais velhos.

O discurso de alguns índios enfatiza a disputa geracional na aldeia em torno da escolha da energia elétrica. De um lado, os mais velhos que não aceitavam a instalação da rede elétrica, temerosos dos efeitos que a eletrificação poderia trazer à sua cultura. Do outro lado, os mais jovens empolgados com a possibilidade de consumir bens do “mundo dos brancos” e adquirir novos conhecimentos.

O cacique da aldeia afirmou que:

A gente... a gente se reuniram né, as mulheres reuniram, e, sempre falava assim, de medo de que, porque próprio kupen, quando chega indigenista... se vocês buscam energia cultura e vocês vão acabar né. Assim é que os velhos ouviram e, não, nós podemos solicitar o projeto de energia. Ficamos com medo de que o jovem pode deixar de ta cantando na própria língua como eu já falei, mas o jovem é... reagiram que não pode acabar a nossa cultura, nós tem que fazer um jeito de usar é, do não índio e usar também do nosso, planejando é que vai as coisas.

⁷⁹Antropólogo norte americano que faz trabalho de campo há mais de 40 anos entre os Canela do Escalvado.

Um professor indígena a esse respeito afirmou:

Os mais velhos não aceita energia dentro, porque é um costume bem diferente, não é costume que, que, agora como, como nós jovens, nós aprendemos falar um pouco português, nós aprendemos escrever, aprendemos xamã, é... aprendemos um pouco de matemática, então, nós é, hã... essas pessoas, é sempre algumas pessoas dizendo que não.

Prosseguindo a sua fala, questionou a posição dos mais velhos que recusavam a eletrificação da aldeia. Em contrapartida, afirmou a necessidade de instalação da eletricidade como forma de integração, como algo que já vinha sendo pensado pelos Canela:

Então como já foi afundando a nossa idéia que essa integração⁸⁰ já há muitos anos pra cá, às vezes algumas autoridades que gostava dos Canela que chegava lá, aí era tudo escuro, era tudo difícil pras pessoas que.. que gosta da gente chegar pra lá né, no escuro.

A forma como esse discurso refere-se à integração reflete o movimento de *colonialidade do poder* (Quijano:2005, p.231). O Canela assume como positiva a integração e suas conseqüências, na forma da incorporação de bens e costumes ocidentais. Percebe os integracionistas como “autoridades que gostava dos Canela”, por desejarem tirá-los da situação em que se encontravam, concedendo-lhes bens do mundo dos brancos.

Esse discurso revela também que o processo de escolha da eletricidade não foi isento de influências externas. Destaca a influência de pessoas que conceitua como “indigenistas”⁸¹, que os teria alertado com relação a “problemas” que poderiam advir da instalação da energia elétrica.

Como vem sendo apontado, a escolha de eletrificação foi realizada através de uma tensão permanente entre a necessidade de possuir elementos do mundo dos

⁸⁰ Essa entrevista foi realizada logo após uma aula lecionada por mim, no Curso de Formação Continuada do Magistério Indígena em Santa Inês – MA (Novembro/2005), sobre Legislação Indigenista Brasileira onde resgatávamos a legislação de caráter integracionista que via os povos indígenas como uma categoria em transição.

⁸¹ Em uma outra ocasião, o mesmo Canela destacou que o antropólogo William Crocker teria promovido reunião com eles para alertar sobre os perigos que a eletricidade poderia trazer para o povo, principalmente afirmando que os mais velhos deveriam aconselhar os mais jovens para não assistir filmes ou outros programas de televisão que pudessem leva-los a “pensar diferente”.

brancos, como forma de interagir e construir estratégias de apreensão dos códigos não-indígenas, e a preocupação em proteger a cultura Canela.

A postura dos mais velhos, bem como a de alguns que possuem maiores conhecimentos sobre a relação Estado/povos indígenas, reflete a posição de quem já vivenciou diferenciadas investidas integracionistas do Estado Brasileiro. Relaciona a introdução da energia com algumas dessas estratégias de assimilação, como por exemplo, a educação, como expresso na fala do cacique da aldeia:

A energia está atingindo um pouco de nossa tradição e... e..., também que nem a palavra português que quando chega na minha tribo e vai atingindo as minhas palavra.

Um dos entrevistados destaca que os mais velhos estabeleciam a relação entre a energia e o fogo em sua capacidade de destruição, enfatizando que “ela é um fogo muito grande, um fogo lá dentro da aldeia que pode atingir qualquer um índio”.

Tratando das concepções de saúde e doença dos Baniwa do Alto Rio Negro, Garnelo (2003, p. 82) destaca a posição dos mais velhos com relação à postura dos mais jovens diante dos costumes do povo:

Os mais velhos expressam abertamente seu desconforto diante das atitudes dos mais jovens, situando-as num quadro geral de afrouxamento dos costumes que contribui para acelerar a disseminação do veneno, a entropia e a desorganização potencial do cosmos, comprometendo a sobrevivência da sociedade baniwa.

Durante a realização da pesquisa de campo pude verificar a postura de recusa dos mais velhos diante da introdução da energia elétrica e seus desdobramentos. Foram poucas as oportunidades nas quais encontrei diante da televisão pessoas mais velhas. Apesar das televisões e dos aparelhos de som estarem sempre ligados, as mulheres, crianças e adolescentes constituíam seus ouvintes.

Durante o dia, os mais velhos se ocupavam com atividades como a capina de seus quintais, a construção das casas dos parentes ou, apenas, ficavam sentados à porta de casa. Ao final da tarde realizavam sua reunião no pátio da aldeia. Alguns deles passavam a semana em seus “setores de roça”.⁸²

⁸²Os setores de roças são locais, afastados da aldeia, que os indígenas utilizam para o plantio de determinados produtos agrícolas utilizados para o consumo.

Alguns índios revelam o cuidado com o processo de escolha da eletricidade, principalmente por temerem possíveis efeitos negativos. O cacique da aldeia afirmou que alertava seu povo: *“nós temo que pensar muito, pensar pra levá esse situação de energia na, na nossa área, na comunidade Ramkokamekra/Canela”*.

Outros relatos destacam o “medo” de que pudessem perder a língua e deixassem de realizar rituais típicos como cantorias. Com relação a isso, os Canela reclamam que as cantorias têm perdido espaço para o som mecânico, entre os mais jovens. O cacique da aldeia, que também é cantador, afirma: *“Ficamo com medo de que, o jovem pode deixar de, ta cantando na própria língua como eu já falei”*. E acrescenta :

Então, isso que, que tem lá é esse, que ta os home, os menino, rapaz ligar... aí liga o aparelho e não quer participar da dança, isso que ta né, isso que um problema que a energia trouxe e ta lá .

O mito do Awkhê, expressão fundamental da cosmologia Timbira, é um elemento que precisa ser considerado para uma melhor compreensão das relações dos Canela com a alteridade e das motivações de suas ações. O discurso da maioria dos entrevistados está voltado para a necessidade de convivência entre elementos do mundo dos brancos e os valores culturais e simbólicos Canela.

Como apontou Silva Junior (2006, p.58), as ressignificações do mito de Awkhê, processadas via movimentos messiânicos, expressam um sentimento de “erro” reconhecido pelos Canela por não terem escolhido a “espingarda”, por ocasião da escolha ancestral. Acrescenta que a simbologia é a de que a escolha não deve recair mais sobre o arco, mas sobre a espingarda, que simboliza a tecnologia dos não-índios. As versões mais recentes do mito referem-se a uma situação de equiparação, muito mais do que de troca de situação social e econômica com os não índios. Todos compartilhariam da mesma tecnologia.

A opção pela eletrificação parece significar uma tentativa de equiparação como os brancos. Por várias vezes os Canela apresentaram a eletricidade como “um presente de Deus”. A associação de Awkhê com divindades católicas ocorre devido à influência de missionários evangélicos⁸³ na aldeia.

⁸³ Novas Tribos do Brasil.

Um dos entrevistados, professor Canela, afirma o seguinte sobre a relação entre Awkhê e Jesus Cristo:

Para nós Awkhê é o Cristo, Deus... ele é Jesus. Ele chegou primeiro no índio, depois com a queimada dele, nasceu de outra forma, nasceu o menino Jesus... de José e Maria. Da mesma forma aconteceu na sociedade de vocês, vocês também mataram, só que vocês não queimaram...morreu depois ressuscitou. Ele falava: - eu derramarei meu sangue, por vocês para dar uma nova vida para toda a humanidade. Ele disse: - não vou dar a vida só para não índio, só para norte-americano. Se a energia foi pro branco é pra ser pro índio também, isso... isso mesmo que é.

Um Canela⁸⁴ ao comentar sobre o medo que tinham da escuridão e sua alegria com a iluminação, destacou: *O tribo Canela ficamos muito alegre porque essa luz foi Deus que trouxe pra nós, essa luz não foi à toa não.*

4.2.2 A opção pelas “duas culturas”

Os relatos de alguns Canela apontam que a convivência com a energia elétrica tem ocorrido em um espaço de conflitos. Há versões que destacam que a eletrificação não tem significado “melhoria da qualidade de vida”, um dos objetivos dos financiamentos realizados pelo PCPR-MA. Outras apontam a satisfação decorrente do novo presente de Awkhê/Deus.

Da mesma forma que a decisão sobre a eletrificação da aldeia havia sido marcada por tensões, a avaliação que fazem da concretização dessa ação oscila entre pontos positivos e negativos. Alguns discursos referem-se a dificuldade que possuem de se relacionar com despesas regulares, decorrentes do novo “benefício”, como o pagamento das contas de energia:

Sobre respeito de pagamento da energia lá dentro o consumo até agora os índio num sabe ainda, porque eu não sei. Eles têm um relógio quando a gente liga um congelador, algum gravador, ele roda, roda, roda, com dois mês já tem mais de cento e poucos reais, né, aí, isso aí, é uma dívida muito grande pra nós até agora.⁸⁵

As falas alternam-se entre críticas negativas e entusiasmo. Um dos entrevistados, professor, destaca como benefício a possibilidade de conservação de alimentos:

⁸⁴O indígena entrevistado aluno do CPDLS.

⁸⁵Professor indígena.

Hoje em dia nós estamos satisfeitos, porque agora nós, nós usamos água gelada, nós tomamos suco bem gelado, nós temos, nós temos freezer que nós guardamos carne até pra dois meses, um mês. Então acho isso, estou satisfeito, porque antigamente, a gente usava, a gente... a gente guardava, guardava carne no fogo, na fumaça, como eles já falaram, já escreveram, no, no, no livro.

Outro efeito positivo destacado é a possibilidade de transitar facilmente pela aldeia à noite devido à maior luminosidade. Além disso, com a instalação da energia elétrica tornou-se possível utilizar o telefone⁸⁶ dentro da aldeia:

Os velhos andam na noite, as crianças andam na noite, não tem mais perigo e, todo mundo tá gostando dessa vida que agora tem energia lá dentro, porque hoje nós estamos alegres hoje, porque agora nós temos um posto de telefone lá dentro, nós ligamos agora, nós podemos saber a nossa família, porque, por causa da energia que agora tem.

O telefone tem um papel fundamental para os Canela⁸⁷, tanto para se comunicar com os indígenas que residem na cidade de Barra do Corda, em geral estudantes, quanto para resolver problemas com os órgãos indigenistas. A única alternativa de comunicação mais direta que possuíam antes era o telefone do SIVAM, ainda utilizado, só que com menos frequência.

Os telefones facilitaram a comunicação externa dos Canela, cuja aldeia fica distante e com difícil acesso a cidade de Barra do Corda, principal centro urbano com o qual mantém contatos constantes para fazer compras e tratamentos de saúde de média e alta complexidades, não realizados na aldeia.

Alguns Canela apontam a importância da energia para a informação, destacando o papel dos programas de televisão para a obtenção de informações sobre o mundo. Um deles afirmou:

Depois que foi implantada a energia melhorou muito, melhorou muito mesmo, bem 80, 90%. A gente assiste, assiste televisão, Globo Rural, assiste jornal sobre coisas do mundo. Porque sem energia ninguém vai saber de nada.

⁸⁶ Há somente telefones públicos na aldeia. Estes telefones funcionam somente quando existe energia elétrica, por serem ligados a satélites. Presenciei várias vezes a utilização dos telefones prejudicada pela falta de energia, principalmente, quando chovia.

⁸⁷ Pude observar que diariamente os Canela utilizam bastante o telefone para se comunicar principalmente com a FUNAI. Diversas vezes tive que fornecer cartões telefônicos para que realizassem ligações.

Nesse ponto, o discurso indígena coincide com o que é proferido pelos consultores do IICA ao realizarem a avaliação do PCPR-MA. Estes consideravam que os índios eram “os excluídos dos excluídos”, por serem, dentre outras adjetivações, *desinformados*.

A fala de outros Canela também está voltada para a valorização da eletrificação pela sua capacidade de propiciar coisas novas. Destacam: *“através de energia a gente ta conhecendo coisas novas”*; *“nós queremos acompanhar também a vida do não índio, porque nós também somos humanos”*.

Um professor Canela destacou a importância do conhecimento das “coisas do mundo dos brancos” e do investimento nas tecnologias da informação:

O governo sempre tem que melhorar as coisas que a gente precisa, a gente pode usar um equipamento tecnológico, computador, pode botar internet, equipamento tecnológico completo, além de nossa cultura; o índio precisa aprender coisa nova, apesar do mundo que se vive, porque o nosso mundo a gente já sabe, mas no mundo do branco.

Um outro ponto positivo enfatizado pelos Canela é a possibilidade de comercialização de alguns produtos, o que tem contribuído para a geração de renda para algumas famílias. Além disso, enaltecem também o papel da energia na ampliação do horário de aulas, permitindo estendê-las para o turno noturno. O cacique da aldeia afirmou:

O bom é que dá pra revender as coisas, comercializar refrigerante, suco, vai ter polpadeira pra beneficiar aldeia com frutos nativos, ou mesmo do outro mundo. Na área de educação tem pessoas estudando de noite. Quer fazer artesanato às vezes quando anoitece fica trabalhando dentro de casa.

Sobre a possibilidade de ampliar as possibilidades de diversificação da geração de renda e atividades na aldeia, um professor indígena afirma:

Através da energia a gente consegue fazer certos trabalhos, como botar oficinas, peças de carro, uma marcenaria, que traz benefícios pra comunidade e, além disso, a gente pode, por exemplo, comprar geladeira e algumas coisas de uso, não só de uso mas também a gente pode vender algumas coisas através da energia, se vende suco, bolo, até umas máquinas pesadas, fazer a padaria, fazer pão e bolo, é isso

que a energia traz para qualquer comunidade, tanto pra sociedade branca quanto pra sociedade indígena.

Muitas colocações sobre a positividade da eletrificação destacam a necessidade de conhecimento e relacionamento com o “mundo dos brancos”. No entanto, esse é um posicionamento que provoca reações adversas na aldeia. Para alguns, esse relacionamento não se apresenta como um risco de substituição dos valores culturais e simbólicos dos Canela pelas possibilidades oferecidas pelo “mundo dos brancos”. Ao contrário, expressam a idéia de convivência entre os dois mundos, segundo um dos seus líderes messiânicos:

Desde que a gente juntar, cantar, a índia cantando, cantador cantando e luz e a televisão na rua a gente apara, quando terminar de cantar aí pode ligar, pode ver o filme da televisão.

Para outros, seria muito difícil conciliar a utilização das Tv's e aparelhos de som com os momentos rituais. O cacique afirma essa impossibilidade:

Com energia a gente tá perdendo... em todas as casas tem televisão, então quando a gente decide fazer festa tradicional, então os jovens, rapazes e as meninas não vão lá no pátio, participar da festa tradicional... aí já é uma situação muito fraca, é muita fraqueza... Eu to achando muita dificuldade de achar um controle, de controlar...quando tem um cantigo os jovens não vão e quando tem um festo de não índio aí é que vão, quando é filme aí eles assiste, e não obedece o cacique, lideranças... aí ta pesado, ta pesado pra nós.

Quando destacam os “benefícios” trazidos pela energia elétrica, é citado, por exemplo, o fato de se poder comer carne fresca, que pode ser conservada por vários dias na geladeira. Esse discurso foi também utilizado no relatório final do PCPR-MA para apontar os benefícios levados pelo Projeto aos segmentos atendidos.

Os discursos que destacam desdobramentos negativos para a organização social dos Canela enfatizam que a convivência com a eletrificação tem sido conflituosa, por afastar as pessoas dos momentos rituais e reforçar o estilo de vida urbano na aldeia. A familiaridade dos Canela que estudam nas cidade com a energia elétrica favorece sua estadia na aldeia onde pouco participam das atividades cotidianas, dedicando-se a assistir programas de Tv e ouvir músicas.

O cacique atribui à eletrificação modificações que há muito tempo vem se processando entre os povos indígenas, como deixar de andar nu e pintar o corpo⁸⁸. Aponta essas mudanças, principalmente entre os índios que estudam em cidades. No entanto, todos os índios que observei na aldeia andavam vestidos, e somente os mais velhos tinham seus corpos pintados. O cacique afirma que:

Os aluno que ta fora da aldeia, que ta no meio dos kupen, quando ele, chegam lá, na aldeia, eles já num, num ta mais como os índio que tá lá na aldeia. Não queire mais se pintar como tradicional, vêve vestido, isso já é um que faz parte de energia também né.

Ressalta, em fala emblemática, o papel que a energia elétrica tem desempenhado na aldeia. Destaca a impossibilidade, em determinados momentos, de convivência simultânea entre elementos trazidos pela energia elétrica com os momentos rituais dos Canela:

A comunidade até agora, eles tão, é, quando como, na época de... de... festa. Nós vamo ter que trancar a chave pra participar só da cultura e, quando não é, aí é que liga a chave pra todo mundo ouvir num é? Fazer o que quer, então assim que a comunidade ta reagindo.

O mesmo Canela já havia, em momento anterior, alertado para o fato de que a energia vinha influenciando hábitos tradicionais e prejudicando a socialização dos mais jovens, principalmente aqueles que estudam nas cidades, que possuem contato mais próximo com os efeitos da eletrificação:

Assiste TV né, programa que só presta prá, prá ,prá bagunçar cabeça de jovem. Então, ele chega e quer é ligar a televisão, só ta lá no pé de televisão e, não queira participar do original dele, como dançar, como cantar, como todos aqui que a comunidade sempre envolve.

Sobre as influências negativas, principalmente da televisão e do som, sobre a cultura Canela, um dos alunos do CPDLS, dos mais empolgados com a eletricidade, destaca:

Eu to vendo que já é poucos cantores aqui que tão resistindo, preservando as nossas tradições, sempre ensinado os outros né, porque tem uns... tem uns...acho que complica, a gente vai vendo que os

⁸⁸O indígena que se apresenta como liderança Canela, na sua argumentação defende que as mudanças que tem se processado entre os Canela não são resultado da eletricidade, mas da relação interétnica entre índios e brancos, destacando principalmente as imposições exercidas pelos órgãos indigenistas desde o SPI, como se a eletricidade não fosse também “imposição” de políticas estatais.

filmes, besteiras e essa cultura que passa aqui, isso a gente fica com medo, a gente tá na luta.

Segundo o cacique da aldeia, a eletricidade tem provocado situações de desrespeito entre os Canela, influenciado nos rituais e trazido ensinamentos negativos:

Do outro lado é que só todo mundo tem...em cada casa todos competem, põe só alto e em outra casa bota mais alto, pessoa não fica velho já tá surdo. Aquele filme que passa, as novelas, alguns programas que os meninos já estão aprendendo, tirando os jovens de participar das festas, aí tradicional vai ficando fraco.

O cacique também demonstra que a energia elétrica aumentou o consumo e a comercialização de bebidas alcoólicas na aldeia, ressaltando situações de desordem provocadas:

Energia também trouxe bebida alcoólica, porque tem alguém que tem geladeira e sempre traz uma bebida alcoólica e guarda lá e congela... aí ele fica usando, fica vendendo e fica bagunçando nas casas alheias. Bebida alcoólica já provocou uma morte de um índio e por isso o tronco voltou.

Alguns Canela ressaltam uma permanente situação de “luta” contra as interferências da eletricidade sobre sua organização social, utilizando-se das mais variadas estratégias pedagógicas de controle. Um dos professores indígenas, entusiasta da eletrificação, afirma utilizar a educação escolar para difundir a importância de se valorizar a cultura Canela:

Tem que explicar pros nossos alunos pra que nosso conhecimento seja valorizado dentro da nossa comunidade e também respeitar a nossa cultura.

Ao tratar da reutilização do tronco⁸⁹ como uma forma de controle social, o cacique fala também das formas de controle social do “mundo dos brancos” e cita a polícia como uma das principais formas de controle social institucionalizado. Compara-

⁸⁹ Os Canela resgataram o costume de punir com a prisão em um tronco – posto no pátio da aldeia-, transgressores de regras de convivência desse povo. Segundo informações colhidas com o cacique da aldeia, no dia 15 de novembro de 2006, o costume foi resgatado para garantir o bem-estar e a harmonia social, devido alguns efeitos negativos trazidos pela eletricidade, como por exemplo, problemas trazidos com o aumento do consumo de bebidas alcoólicas que agora podem ser conservadas nas geladeiras e freezers. As bebidas alcoólicas vinham sendo até comercializadas. A duração da punição varia de acordo com a infração, as mais graves podem levar o indivíduo a passar até dois dias no tronco e as mais leves um dia ou algumas horas.

se com policiais quando busca controlar interferências negativas da eletrificação na aldeia:

Agora nós tamo tentando ver como nós vamos leva esse situação de energia com tradição...agora grupo é que vai como se fosse soldado... o cacique e lideranças é que tão pelo meio.

Uma multiplicidade de opiniões são expostas com relação à eletricidade, desde a do cacique da aldeia que se coloca, quase sempre, pessimista, à de outros indígenas que vêem a eletricidade como uma possibilidade de transitar entre os dois mundos.

O cacique ressalta:

A gente podia trazer agricultura, uma açude, um campo agrícola pra melhorar agricultura. Pensando que energia vai clarear aldeia todinha, mas ao contrário... a gente podia trazer um projeto grande desse mas, a gente se enganou.

Outros têm se colocado menos incomodados com os efeitos da energia. Uma das maiores lideranças Canela⁹⁰, afirma: *“eu fiquei satisfeito, fiquei alegre, por mim eu gosto o caminho do branco e o caminho do índio”*.

Uma outra liderança Canela destaca:

Nós queremos dois culturas, porque esses dois cultura é muito importante pra nós, porque cultura do branco tem um parte importante e outro não importante. Então, nós procura pro bem né.

As falas variam segundo a autoria, mas também, um mesmo autor altera seu discurso segundo o momento, seja de cautela ou empolgação com relação à implantação e a convivência com a eletricidade.

⁹⁰ Líder de dois movimentos messiânicos Canela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do PCPR-MA nos leva a afirmar que ele está incluído em uma série de relações que nos permitem compreendê-lo como um Projeto de múltiplas faces. A execução do PCPR-MA foi marcada por transformações na concepção de pobreza e combate à pobreza que mudaram o sentido de sua operacionalização, produzindo o protagonismo de segmentos que antes não tinham visibilidade nesse Projeto.

Essas mudanças, que coincidem com a cooperação técnica realizada pelo IICA, a partir da avaliação feita sobre o PCPR-MA, tiveram implicações na classificação dos “pobres” e no direcionamento dos recursos do Projeto, que passaram a atender prioritariamente os povos indígenas e comunidades remanescentes de quilombos através de ações inspiradas nos princípios do desenvolvimento sustentável.

A classificação estabelecida pelos gestores do PCPR-MA construiu os povos indígenas como segmentos pobres e marginalizados da sociedade maranhense, expressando uma concepção de pobreza relacionada à carência de bens materiais e conhecimentos enraizados na matriz racional/ocidental. É importante observar que o ato de classificação pode produzir realidades e construir determinados grupos, dependendo dos critérios utilizados como classificadores.

O PCPR-MA utilizou-se das mais variadas formas instituir como “pobres” os grupos a quem assistiu. Índices de “desenvolvimento”, renda per capita, imagens representando o “atraso”, falta de conhecimento e consciência política foram os arbitrários utilizados para construir a pobreza dos indígenas.

Esse fato nos leva a considerar, como o faz Rhanema (2000), que podem existir tantos pobres e tantas pobreza quanto seres humanos, pois apesar dos índices serem considerados objetivamente como mensuradores da pobreza e desenvolvimento, eles são apenas uma forma subjetiva que determinados grupos elegem para classificar os outros.

A construção da pobreza no PCPR-MA está inserida em um campo de disputas, cujos agentes eram os organismos internacionais envolvidos no seu financiamento e execução, pelo poder de afirmar quem são os “pobres”.

Independentemente da concepção de pobreza acionada pelo PCPR, todas conduziram a estratégias etnocêntricas que reduziam as diversidades sócio-culturais e organizacionais a números e imagens. Os diagnósticos objetivavam apontar os

problemas, fazendo uso teatral de imagens, num um excesso de realismo, que visava ritualizar a “pobreza”.

A construção da pobreza do chamado público-alvo do PCPR-MA foi realizada impondo como legítima uma classificação particular como universal.

A execução do PCPR-MA foi marcada por uma tensão constante entre os princípios que inspiravam a elaboração das ações e sua efetividade. Foram acionados princípios de respeito às potencialidades locais e ao pertencimento cultural, na forma do projeto de identidade e do desenvolvimento sustentável, que acabavam por configurar esquemas de colonialidade, de exercício de controle sobre os saberes e poderes locais.

A prioridade na *gestão social do território* a partir da metade de sua execução, que propunha a adoção de uma perspectiva antropológica na execução das ações, não representou exatamente respeito pelas particularidades culturais dos Canela, pois foi utilizada um concepção de território que significava espaço de intervenção, utilizado para cumprir os seus objetivos.

A execução do PCPR-MA realiza-se através do que Lao Montes (2000, p.90) conceitua de “*neurose narcisística do eu ocidental*”. Ou seja, a imposição da modernidade ocidental e da auto-imagem que o Ocidente faz de si próprio a grupos que partilham valores diferenciados. Toda a execução do Projeto se dá com base nos valores ocidental-modernos e no julgamento do “outro” que não partilha valores como “pobre”, “subdesenvolvido”, “atrasado”... .

Os interesses do Governo estão postos acima de qualquer interesse. O aumento do índice de desenvolvimento humano (IDH), uma das metas do projeto, pode ser utilizado como um forte aliado político do governo, caracterizando seu empenho em “erradicar” ou “combater” “problemas” sociais.

Outro dividendo político pode ser percebido na consecução da meta de elevar a produção agrícola e pecuária no Estado. “Tirar” os segmentos sociais atendidos de uma possível situação de “exclusão”, significaria impulsionar modificações na organização social dos segmentos que abrangem.

A execução do PCPR-MA significou a imposição de padrões universais para segmentos diferenciados, buscando “combater” e “superar” uma situação que talvez se caracterize como desagradável politicamente ao Estado, mas não para os atendidos pelo Projeto.

As particularidades dos segmentos atingidos pelo projeto, embora reconhecida pelos seus gestores do PCPR-MA, eram desconsideradas pela imposição de conceitos universais como: pobreza, subdesenvolvimento e atraso. Contra a “pobreza” impunham o “desenvolvimento”, o “crescimento econômico”, o “esclarecimento” e o “progresso”. Essa situação expressa o exercício da *colonialidade*, pois os atendidos foram condicionados a pensar suas realidades a partir de parâmetros exteriores, construídos pela matriz de pensamento racional/ocidental.

O exercício da *colonialidade* pode ser percebido no caso dos Canela, que historicamente foram ensinados a pensar sua realidade como “atrasada”, “pobre” e “subdesenvolvida” e a ver o mundo dos brancos sob o signo do “progresso” e do “desenvolvimento”.

A escolha da energia elétrica pelos Canela expressa a concretização de uma aspiração anterior. O fascínio pela luz elétrica já vinha se construindo nas suas relações com o mundo dos brancos. De forma tão definitiva que os Canela sequer cogitaram outras possibilidades de escolha dentre o elenco disponível. As discussões construíram em torno da aceitação ou rejeição da energia elétrica.

A tensão que marcou todo o processo de escolha entre os Canela tem se mantido na avaliação dos efeitos que a luz elétrica tem provocado na aldeia Escalvado. Os posicionamentos alternam-se entre cautela e empolgação. Uma mesma pessoa constrói opiniões positivas e negativas acerca da presença da energia elétrica na aldeia.

AS divergências apontam a necessidade de administrar o convívio com a energia elétrica, especialmente por representar um “presente enviado por Awkhê/Deus”.

A luz elétrica representa uma ameaça a realização de rituais tradicionais, que passam a concorrer com a televisão, mas significa também a possibilidade de adquirir conhecimentos sobre o “mundo dos brancos”, de acessar bens que agora compõem o repertório cultural do povo.

Por seu caráter ambíguo, a energia elétrica tem obrigado os Canela a aumentar a vigilância sobre seus costumes, bem como a reeditar antigas práticas de controle social, representado, por exemplo, pela punição realizada no *tronco*.

A busca pela equiparação com os brancos e o apego a suas tradições e formas simbólicas de representar o mundo são parte da mitologia Canela. Organizam seu

mundo com base no interesse pelo consumo dos bens oriundos do mundo dos brancos, e a valorizando seus bens culturais.

O discurso de um professor Canela expressa esse movimento liminar vivenciado pelos Canela: *nós temos, plurimundos, multiculturas, o governo tem que conhecer a diversidade de cada povo de um modo geral, pra poder respeitar a cultura uns dos outros.*

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AQUINO, Rubim Santos Leão de. **História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais**. Rio de Janeiro - RJ: Ed. Ao Livro Técnico, 1997.

AZANHA, Gilberto. **A Forma Timbira: Estrutura e Resistência**. Dissertação de Mestrado apresentada na FFLCH da USP. São Paulo, 1984.

AZANHA, Gilberto. **Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil**. In: Souza Lima, Antonio Carlos de; e Barroso-Hoffmann, Maria (Org) Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002.

BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**; Tradução: Estela dos Santos Abreu. – Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BALANDIER, Georges. **El Drama**. In: El poder em escenas. 1ª edición. Barcelona, Paidós Studio. 1994.

BHABHA, H. K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte:EDUFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução: Reynaldo Bairão. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz (português de Portugal) – 3ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO** Federativa do Brasil – 1988.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **A noção de colonialismo interno na etnologia**. In: Tempo Brasileiro, IV (8), fevereiro de 1966.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. **Territórios em confronto: a dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão**. São Paulo: Hucitec, 2002.

COPANS, Jean e outros. **Antropologia. Ciência das Sociedades Primitivas?** Ed. Setenta, Lizboa: 1974.

CROCKER, William H. **O movimento messiânico dos Canelas: uma introdução.** In: Leituras de Etnologia Brasileira. Org. Egon Schaden. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1976.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Contra a ditadura da escola. In: **Cadernos Cedes.** Vol. 19, nº. 49, p. 19 – 25. Campinas – SP, 1999.

DEMO, Pedro. **Política Social do conhecimento: sobre futuros do combate à pobreza.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DURKHEIM, Emile e MAUSS, Marcel. **Algumas Formas Primitivas de Classificação.** In: **Ensaio de Sociologia.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.

ESCOBAR, Arturo. **La Invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo.** Grupo Editorial Norma. 1996.

FOLHES, Rodrigo Theóphilo. **O antropólogo como nativo: etnografia sobre a produção do relacionamento etnográfico (William Crocker e os Ramkokamekra – Canela)** – Rio de Janeiro:PPGSA/IFCS/UFRJ. 2004.

FREITAS, Marcílio de. **Nuanças da sustentabilidade: visões fantásticas da Amazônia.** In: A Ilusão da Sustentabilidade/Organizado por Marcílio de Freitas; - Manaus: Edições Governo do estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura/Editora da Universidade Federal do Amazonas, Universidade do Estado do Amazonas, 2003. (Série Amazônia: a terra e o homem).

GARNELO, Luiza. Poder, **Hierarquia e Reciprocidade: saúde e harmonia entre os Baniwa do Alto Rio Negro.** Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz. 2003.

GEAGRO/NEPE. **Relatório de Atividades do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado do Maranhão PCPR-MA (Comunidade Viva).** 2003.

_____. **Relatório Final do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado do Maranhão PCPR-MA (Comunidade Viva).** 2004.

GOMES, Francisco Ernesto Basílio. **Povos Indígenas e Assistência Social: a diversidade em questão.** Monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais/UFMA. 2004.

JARA, Carlos Julio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção.** Instituto Interamericano de Cooperação Para a Agricultura.1998.

KYMLICKA, Will. **Ciudadanía Multicultural. Una teoria liberal de los derechos de las minorías.** Barcelona/ Bueno Aires / México: Paidós. 1996.

LANDER, Edgardo. **Ciências Sociais: Saberes Coloniais e Eurocêntricos.** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso Livros, 2005.

LAO-MONTES, Augustin. **Latino americanismo: atravessando genealogias e cruzando fronteiras.** IN: Caderno de CRH. Vol.32. Jan-jun, 2000. p.87-108.

LUMMIS, Douglas C.. **Igualdade.** In: Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

MARANHÃO. **Relatórios de Viagem dos técnicos da Supervisão de Serviços Indígenas.** São Luís. 2002.

_____. **Relatórios de Viagem dos técnicos da Supervisão de Serviços Indígenas.** São Luís. 2003.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: Ed: UFMG, 2003.

SEAGRO/NEPE. **Documento Final.** III Curso de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável no Maranhão: construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para as comunidades indígenas. Santa Inês – MA. 2002.

NIMUENDAJU, Curt. **The Eastern Timbira.** University of California Publications in American Archaeology and Ethnology, Volume 41. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1946.

NOGUEIRA, M^a Lucia L. Uma representação conceitual da pobreza. In: **Revista Serviço Social e sociedade.** São Paulo: Cortez, ano XII, p. 101-113, 1991.

- RAMOS, Alcida. **Sociedades Indígenas**. São Paulo: Ática, 1986
- RODRÍGUEZ, Melania Portila. **Gestão Social do Território: Experiências no Estado do Maranhão**. – Brasília: IICA, 2005.
- SÁ, R. R. DE. **Ser ou não ser: essa é a questão? Estudo das relações interétnicas entre indígenas e não-indígenas em centros urbanos**. Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais – UFMA, 2006.
- SACHS, I. **Desenvolvimento Sustentável, bio-industrialização descentralizada e Novas Configurações Rural-Urbanas. Os casos da Índia e do Brasil**. In: Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento, p. 474-475. Pensamiento Iberoamericano, vol 46, 1990.
- SEMPRINI, Andréa. **Multiculturalismo**. Tradução Laureano Pelegrin. Bauru, SP. EDUSC, 1999.
- SILVA, José Domingos Cantanhede. **Pobreza e Desenvolvimento: o PCPR nas Comunidades Quilombolas**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UFMA. 2005.
- SILVA JUNIOR, Jonaton Alves. **Awkhê resignificado – O Messianismo Canela**. Monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais – UFMA. 2006.
- SOUSA, José Ribamar Furtado de, e FURTADO, Eliane Dayse Pontes Furtado. **(R)evolução no desenvolvimento rural: território e mediação social: a experiência com quilombolas e indígenas no Maranhão** – Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2004.
- SOUSA, Maria do Socorro Alves de. **A POBREZA COMO REPRESENTAÇÃO: o que faz ser pobres no Programa Comunidade Solidária**. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas PPGPP/UFMA. 2001.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Problemas de qualificação de pessoal para novas formas de ação indigenista**. In: Souza Lima, Antonio Carlos de; e Barroso-Hoffmann, Maria (Org) Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002.

SPRANDHEL, Marcia Anita. **A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil** – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

VIOLA RECASENS, Andreu. **Las crisis del desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo**. In: Antropología del desarrollo. Barcelona: Piados, 2000.

ANEXO I

Tabela 10. Subprojetos financiados para comunidades indígenas

Tipo e natureza temática	N.º de subprojetos	Valor total dos subprojetos (R\$ 1,00)	N.º total de famílias beneficiadas
INFRA-ESTRUTURA			
– Açude	7	185.827	537
– Eletrificação Rural	33	1.679.656	1.671
– Melhoramento de Caminho de Acesso	12	759.023	572
– Sistema simplificado de abastecimento d'água	6	268.269	601
Subtotal	58	2.892.775	3.381
PRODUTIVOS			
– Agroindústria (miniusina de arroz)	1	59.938	65
– Agroindústria (casa de farinha)	4	84.708	238
– Barco e Apetrechos de Pesca	2	34.704	163
– Campo Agrícola	20	1.209.113	900
– Projeto Comunitário Irrigado	1	47.574	29
– Piscicultura	2	104.544	178
– Trator	6	295.252	404
– Vacaria	1	58.196	25
Subtotal	37	1.894.029	2.002
SOCIAIS			
– Melhoria Habitacional	13	873.457	493
– Reforma e equipagem de escola	1	16.832	76
Subtotal	14	890.289	569
T O T A L	109	5.677.093	5.952

Fonte: GEAGRO/NEPE (2004)

ANEXO II

Foto 1

Fila de adultos e crianças com vasilhames d'água, esperando a sua vez para pegar água em uma bica ou mina, em lugar ermo, com vegetação em volta

Foto 2

Reservatório superior de água, de preferência enquadrando também a casinha da moto-bomba e tubulação externa de poço artesiano, com placa identificando financiamento do PCPR-MA

Foto 3

Transporte de doente em rede carregada nos ombros, em caminho estreito ou picada na mata, aparecendo pelo menos quatro pessoas – duas carregando a rede e duas acompanhando, para revezamento

(Se não conseguir essa foto, substituir por foto de um ônibus estacionado em frente a uma escola comunitária, com crianças descendo do ônibus, uniformizadas e com material escolar. Tentar enquadrar na mesma foto um caminhão de carga tipo baú, atravessando a pista ou em frente a uma casa comercial. Alterar a legenda.)

Foto 4.

Ambulância em frente a um casebre de um povoado do interior, com enfermeiro ou assistente (trajando branco) ajudando uma gestante a entrar no veículo.

Foto 7

Rede elétrica em uma rua ou praça de povoado, onde se pode perceber luminárias públicas nos postes e antenas parabólicas na frente de uma ou mais casas e pessoas transitando

Foto 7. A energia elétrica transformou completamente a vida dos moradores dos pequenos povoados maranhenses.

Foto 8

Leito de estrada com uma ponte, ambas recuperadas com financiamento do PCPR, em bom estado, com veículo e pessoas trafegando, e com placa identificadora do financiamento do PCPR.

Foto 9

Trator estacionado em área cultivada com mandioca, arroz ou milho, com carroça acoplada e sendo carregada de produtos, vendo-se pessoas colhendo e transportando caixas ou sacos para a carroça

ANEXO III

Eletrodoméstico	Qtd 2005	Qtd 2006
Aparelho de Tv	24	40
Aparelho de som	23	14
Aparelho de DVD	04	14
Antena Parabólica	24	32
Freezer	02	03
Geladeira	32	29
Liquidificador	06	03
Ventilador	01	02
Total	116	137